UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

ANA CAROLINA LIRANI MAZARINI

Do flâneur parisiense à ralé endividada paulistana.

Paralelos entre dois cenários da modernização urbana.

MARÍLIA

2022

ANA CAROLINA LIRANI MAZARINI

Do flâneur parisiense à ralé endividada paulistana.

Paralelos entre dois cenários da modernização urbana.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus de Marília, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de concentração: Sociologia Urbana

Orientador: Jose Geraldo Alberto Bertoncini Poker

MARÍLIA

2022

M475f

Mazarini, Ana Carolina Lirani
Do flâneur parisiense à ralé endividada paulistana : Paralelos entre dois cenários da modernização urbana / Ana Carolina Lirani Mazarini. -- Marília, 2022
173 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: José Geraldo Alberto Bertoncini Poker

1. Sociologia Urbana. 2. Modernidade. 3. Flâneur. 4. Intervenção Urbana. 5. São Paulo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANA CAROLINA LIRANI MAZARINI

Do flâneur parisiense à ralé endividada paulistana.

Paralelos entre dois cenários da modernização urbana.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais .

Área de concentração: Sociologia Urbana

Linha de pesquisa: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). JOSE GERALDO ALBERTO BERTONCINI POKER (Participaçao Virtual).Departamento de Sociologia e Antropologia / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciencias, Marilia.

Prof(a). Dr(a). LUIS ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA (Participaçao Virtual).Departamento de Sociologia e Antropologia / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciencias, Marilia

Prof. Dr. EDEMIR DE CARVALHO (Participaçao Virtual).Departamento de Antropologia / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). GABRIEL CUNHA SALUM (Participaçao Virtual). Departamento de Direito / Faculdade de Direito da Alta Paulista

Prof(a). Dr(a). RODOLFO ARRUDA LEITE DE BARROS (Participaçao Virtual). Departamento de Sociologia e Antropologia / Universidade Federal da Grande Dourados

Marília, 05 de julho de 2022

À minha mãe, Ana Regina, que sempre foi a estrutura para que eu pudesse me apoiar para seguir meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha mãe, Ana Regina, por toda dedicação a mim. Sem ela, sem ela, seus respaldos emocionais e financeiros, certamente essa tese e esse título de doutorado não teria acontecido. Agradeço também meus avós, Ana Luiza e Roque, que sempre estiveram presentes em minha vida e foram estímulo para essa caminhada acadêmica.

Ao Guilherme, meu marido, meu melhor amigo, meu companheiro de vida, um dos meus alicerces, que com toda sua paciência, seu cuidado, seu conselhos, suas ponderações foram suporte e ajuda em toda minha caminhada acadêmica.

Agradeço ao meu orientador, Poker, pela atenção e orientação presente na execução dessa tese. Ao meu grande professor Edemir, meu mestre, que vem desde a graduação me guiando nas reflexões do campo da sociologia urbana.

Aos meus colegas de Gesp, em especial ao Silvio e Danila que em muito contribuíram nas reflexões desta tese.

Aos funcionários da biblioteca pela assistência, a atenção e os bons momentos acumulados aos longos desses anos.

Aos colegas e professores, que ao longo desses doze anos foram parte dessa caminhada prazerosa e ao mesmo tempo difícil e que deixam bons momentos de companheirismo e reflexões.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

"A cidade se percebe como estando em desenvolvimento. Certo número de coisas, de acontecimento, de elementos vai vir ou se produzir. O que se pode fazer para enfrentar o que não se conhece com exatidão?" (FOUCAULT, 2008, Pg..25)

Resumo:

Entender a lógica de produção e exclusão das cidades brasileiras foi o fio condutor do percurso percorrido neste trabalho dentro das ciências sociais e que levaram a produção desta tese. Ao debruçar sobre as mazelas sociais características do cenário urbano brasileiro compreendi que para lançar luz sobre minhas indagações precisaria compreender a gênese do processo de formação do ideário de metrópole moderna. Assim surgiu os objetivos deste trabalho que é o de fazer uma análise sobre as bases de formação dos espaços urbanos modernos, como também, o de indicar os pontos e as formas sobre as quais elas estão presentes dentro da formação da sociedade urbana brasileira. A partir de um levantamento bibliográfico ligado às bases da sociologia e da sociologia urbana realizamos uma análise histórica e sociológica do modelo de intervenção urbana implementada em Paris na segunda metade do século XIX, por Napoleão III e pelo urbanista Haussmann, com o entendimento de que foi essa a experiência que consolidou o modelo de intervenção urbana cuja produção e gestão do espaço urbano tem como base a racionalidade econômica, e que trouxe como características para os espaços urbanos e para as subjetividades modernas a segregação espacial e a figura do flâneur como seu habitante, e que apresenta paralelos nos processos de renovação e constituição urbana até os dias de hoje. Dessa forma, também buscamos, a partir da análise documental dos últimos projetos de renovação propostos para a região central de São Paulo, identificar esses elementos de reprodutibilidade de constituição dos espaços da cidade e de reformulação das subjetividades presentes na região que acarreta não apenas nos problemas sociais já identificados nas cidades brasileiras, mas que visam e introduzem um ideário de sociedade moderna nacional. Identificamos elementos de convergência entre os dois momentos de construção de ideário urbano, como no recorte das cidades em espaços segregados e estratificados e na construção do modelo de subjetividade desejável ao indivíduo moderno, mas que também apresenta novas formulações em termos de construção de espaço e de sujeito quando implementados no cenário latino-americano. Assim, esse processo de modernização da cidade de São Paulo trouxe para o seio da sociedade paulista moderna enclaves segregadores que são habitados por uma nova tipologia de flâneur: a ralé endividada.

Palavras-chaves: Sociologia Urbana; Modernidade; Flâneur; Intervenção urbana; São Paulo.

Abstract

To understand the logic of production and exclusion in Brazilian cities was the guiding line of this work path within the Social Sciences and that led to the production of this thesis. When looking at the social problems characteristic of the Brazilian urban scenario, I understood that in order to shed light on my inquiries, I would need to understand the genesis of the formation process of modern metropolis ideals. Thus arose the objectives of this work, which is to make an analysis of the foundations of the modern urban spaces formation, as well as to indicate the points and ways in which they are present within the formation of Brazilian urban society. From a bibliographic survey linked to the bases of sociology and urban sociology, we carried out a historical and sociological analysis of the urban intervention model implemented in Paris in the 19th century second half, by Napoleon III and the urbanist Haussmann, with the understanding that it was this experience that consolidated the urban intervention model in which the urban space production and management are based on economic rationality, and that brought as characteristics to urban spaces and to modern subjectivities the spatial segregation and the figure of the flâneur as its inhabitant, and that it parallel itself in the urban constitution and renovation processes until the present day. Therefore, we also seek, from the documentary analysis of the last renovation projects proposed for the central region of São Paulo, to identify these reproducibility elements of the city spaces constitution and of the subjectivity reformulation present in the region, that not only causes social problems already identified in Brazilian cities, but which aim at and introduce an ideal of modern national society. We identified elements of convergence between the two moments of construction of urban ideals, such as the cutting of cities into segregated and stratified spaces and the construction of the model of subjectivity desirable to the modern individual, but which also presents new formulations in terms of space and subject construction when implemented in the Latin American scenario. Thereby, this process of modernization of the city of São Paulo brought to the core of modern São Paulo society the segregating enclaves that are inhabited by a new typology of flâneur: the indebted ralé.

Keywords: Urban Sociology; Modernity; Flâneur; Urban Intervention; São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O motim (1848), de autoria de Daumier, sobre o levante de fevereiro de 184831

Figura 2 - Foto de Marville (tirada entre 1850 e 1851) mostra as demolições em torno da Rue de Rivoli e do Palais. 34

Figura 3 - Exemplo de Passagem que Haussmann pretendia para Paris. 37

Figura 4 - As demolições do Boulevard de Sébastopol e da Rue de Rennes. 47

Figura 5 - Mapa da localização das ocupações dos movimentos de moradia. 66

Figura 6 - A Atual Rua Mauá com a ocupação Mauá ao fundo e O Bulevar pretendido para a localização 75

Figura 7 - A atual Rua do triunfo conhecida como antiga Boca de Lixo, espaço do cinema marginal e o Bulevar pretendido para a localização. 76

Figura 8 - Projeto de PPP da habitação no centro da cidade de São Paulo 99

Figura 9 - Maquete online do Projeto de PPP da habitação no centro da cidade de São Paulo 99

Figura 10 - Tabela com as rendas passíveis a serem contempladas na PPP do centro 101

Figura 11 - Gráfico com o total das famílias moradores da região a serem contempladas na PPP do centro 102

Figura 12 - Imagens do torres habitacionais localizadas no Complexo Júlio Preste 103

Figura 13 - Barricada na rue Soufflot, uma pintura de 1848 de Horace Vernet. O Parthenon é mostrado ao fundo. 108

Figura 14 - Jean Béraud Les Grands Boulevards Le Theatre Des Varietes (1875-1890) 111

Figura 15- Imagem do fluxo situado na Rua Helvetia localizado no centro da cidade. 154

Figura 16 - Imagem ocupação Plínio Ramos localizado no centro da cidade. 155

Figura 17 – Maquete eletrônica sobre os espaços públicos no projeto Nova Luz 156

Figura 18 - Premissa de atendimentos às famílias a serem contempladas na PPP do centro 158

Figura 19 -Tabela com as rendas passíveis a serem contempladas na PPP do centro 158

Sumário

Introdução 12

Apresentação tese 12

Panorama teórico 15

Estruturação dos Capítulos 17

1. Aspectos da formação e dos significados da metrópole moderna. 20

1.2 O plano Haussmann e a Paris de Walter Benjamin e Baudelaire 30

1.2.1 Contexto histórico 30

1.3 A experiência do consumo nas passagens 34

1.4 A experiência do flâneur 37

1.5 A execução da construção da capital da modernidade. 45

2. O processo de construção da São Paulo Moderna. 54

2.1 O centro de São Paulo 62

2.2 Intervenções na região central de São Paulo 67

2.3 O centro como Bulevar – Vitrine 71

2.3.1 O projeto Nova Luz 71

2.3.2 Projetos e Planos 74

2.3.3 As justificativas do projeto 80

2.3.4 Associação Amoaluz 85

2.4 A Nova tentativa de retomada Populacional 96

2.4.1 A PPP habitacional do Centro 97

2.4.2 O recorte populacional na PPP 91

2.4.3 PPP como uma nova versão dos enclaves fortificados. 103

3. A urbanidade e o indivíduo moderno 107

3.1 O levante popular 107

3.2 A representação do indivíduo moderno no nível da mercadoria e do espetáculo 109

3.3 O enclave de Haussmann como modelo do conjunto de dispositivos 115

3.3.1 A definição e uso dos dispositivos 122

3.3.1.1 Os dispositivos disciplinares 124

3.3.1.2 Os dispositivos de segurança. 130

4. A construção da São Paulo do ralé endividad a 143

4.1 O enclave globalizado das Nações Unidas. 143

4.2 A arte de governar neoliberal e o modelo da dívida 147

4.3 O novo centro à la Haussmann e a ralé endividada 153

5. Conclusão 161

Referências bibliográficas
172

Introdução

Apresentação tese

Oriunda da região metropolitana de São Paulo, cresci com as margens da linha do trem sendo mais do que apenas um meio de locomoção que cortava a cidade de Franco da Rocha ao meio, a linha do trem foi me passada como sinal da possibilidade de ida à metrópole, de inserção em um meio urbano muito mais desenvolvido, muito mais moderno.

Até que findo meus anos escolares, partir para a jornada que todos nós jovens metropolitanos classe média temos que passar na entrada da vida adulta, *tomar* o trem sentido Luz na tentativa de *ganhar* a vida e assim, a possibilidade de não mais ser um morador do subúrbio metropolitano, mas sim ser parte da metrópole.

Chegada minha hora, *tomei* o trem e junto me veio um choque de realidade da qual me trouxe para as ciências sociais.

As histórias de vida que ouvi dos trabalhadores que diariamente possuem 3 horas de jornadas de locomoção desgastantes que incluem o trem, metrô e ônibus para o trabalho por décadas e o choque de constatar ao descer na estação Luz do que realmente é o centro da metrópole São Paulo, com suas mazelas sociais, sua mistura de modernidade e atraso, seu cenário de luta política que levam os movimentos sociais a se postarem em frente dos edifícios públicos governamentais para que suas pautas e suas demandas sejam ouvidas, todos esses cenários fizeram de mim uma socióloga e me levaram a elaboração desse trabalho.

Ficou nítido para mim que a metrópole da oportunidade não era uma representação de que todos podiam partilhar, alguns sim possuíam as possibilidades de se tornarem moradores e citadinos da metrópole, mas para a grande maioria, essa possibilidade eram quase nula ou circunscrita com anos de luta, sendo que na maioria dos casos essas pessoas acabam nas franjas da cidade.

Entender essa lógica de produção e exclusão da metrópole foi o trabalho reflexivo que me acompanha desde da graduação em Ciências Sociais quando a partir da observação participante de uma recém-associação nascida na região central da cidade de São Paulo, me debrucei sobre a história de constituição da cidade de São Paulo e das lutas sociais que nela há.

Os cenários reais das pessoas em situação de rua, que com a pandemia passaram a ser constituir de famílias inteiras, o comércio popular e muitas vezes ilegal e o cotidiano dos cortiços e ocupações tradicionais do centro da cidade, fizeram do centro velho da cidade de São Paulo meu local de observação e de pesquisa.

Minha trajetória, que partiu dessa sensibilidade inicial acerca das mazelas sociais e do quotidiano do trabalhador e morador da região metropolitana de São Paulo, se inicia nas Ciências Sociais e já com uma tendência de se debruçar sobre as reflexões que circundam as questões das cidades e da Sociologia urbana.

Nesse primeiro momento, tive por indicação dos professores contato com obras de referência para a área, como os textos dos integrantes da Escola de Chicago, Simmel e Walter Benjamin que cada qual com sua leitura do fenômeno urbano me foram bases nas reflexões sobre a constituição das cidades modernas e que estão colocadas no primeiro capítulo desta tese.

Enquanto pesquisadora sempre tive o interesse pela região central da cidade de São Paulo que com sua complexa gama de questões é um campo de estudo múltiplo e denso. Para começar meu caminho de pesquisa e delimitar meu projeto de iniciação científica, delimitei dois percursos de trabalho da qual me dediquei por todos esses meus anos enquanto pesquisadora e que resultaram nos meus trabalhos de TCC, dissertação e nesta tese.

De um lado com orientação tive contato e fiz um trabalho de estudo na extensa bibliografia sobre as tentativas de revitalização que o centro da cidade passou ao longo dos anos, autores como Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato, Flávio Villaça, Lúcio Kowarick, Mariana Fix, Teresa Pires do Rio Caldeira e Heitor Frúgoli Júnior foram e são bases de um trabalho reflexivo e histórico sobre os processos que ocorrem não apenas no centro velho da cidade, mas em toda sua extensão.

Do outro busquei analisar o projeto que estava em voga para a região, o projeto Nova Luz que acabou sendo meu objeto de análise ao longo desses 10 anos de pesquisa e a PPP habitacional do centro que substituiu o projeto Nova Luz no período em que defendia minha dissertação de mestrado e montava meu pré-projeto de doutorado.

Como pesquisa de Iniciação Científica e TCC desenvolvi um trabalho de observação participante de uma associação de moradores e comerciantes da região da Luz e da Santa

Efigênia, a AMOALUZ, criada com o propósito de ser um movimento de resistência e de pressão popular contra o projeto Nova Luz. Nesse primeiro trabalho comecei a desenvolver o levantamento histórico e reflexivo sobre as intervenções urbanas na região central da cidade, como também ao fazer a descrição densa da associação desenvolvi uma reflexão sobre o que seriam esses novos movimentos sociais e suas fragilidades de mobilização, de estruturação e de temporalidade.

Para a dissertação optei pela continuidade do trabalho desenvolvido na graduação, assim a partir de meu caderno de campo e das primeiras reflexões desenvolvidas para o TCC, desenvolvi um trabalho novamente dividido em duas partes.

Primeiro fazendo uma análise do histórico de formação do centro da cidade de São Paulo, com os autores Flávio Villaça, Lúcio Kowarick, Ermínia Maricato que descrevem esse processo com o objetivo de contribuir no entendimento da forma e do objetivos que envolveram e envolvem as tentativas de renovação do centro de São Paulo e com as autoras Raquel Rolnik, Mariana Fix, Teresa Pires do Rio Caldeira e Heitor Frúgoli Júnior que vão dar continuidade a essas reflexão a partir do entendimento do ideário da construção de uma São Paulo globalizada.

Na segunda parte da dissertação realizei um trabalho de análise do projeto Nova Luz, então o mais recente projeto para a região, com uma descrição sobre as intencionalidades, objetivos e caminhos de implementação do projeto na região, como também um trabalho de análise da associação AmoaLuz, principal coletivo de contestação ao projeto.

Através da descrição densa da associação e do meu percurso etnográfico em campo, desenvolvi um trabalho reflexivo sobre as características dos "novíssimos movimentos sociais" que estão presentes nos espaços urbano, apontando suas características e fragilidades, tendo como base uma bibliografia sobre movimentos sociais e novos movimentos sociais com os autores Alain Touraine, Manuel Castell, Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren.

Sempre tendo como objetivo entender os processos de renovação da cidade a partir de projetos que não apresentam qualquer ligação com os problemas e as reais questões presentes nos espaços do centro da cidade e que possuem como objetivo a construção de uma outra cidade.

Esta tese é a continuação dessa trajetória reflexiva, todo meu trabalho reflexivo sobre o fenômeno urbano no sentido mais amplo e no contexto de formação do centro da cidade de São Paulo estão contidos nesse trabalho.

As plantas e os projetos executivos tanto do projeto Nova Luz quanto da PPP Habitacional para a região, foram parte do material de pesquisa que compõe a realização do trabalho de pesquisa ao longo dos anos e dessa tese, neles a pretensão é a de entender a partir de seus discursos e ilustrações, os ideários de urbano pretendidos para os espaços da região central da cidade.

Foi realizado um trabalho reflexivo de aprofundamento de entendimento do modo como se opera e com quais finalidades se dão os processos de renovação e de requalificação dos espaços urbanos, para tal empreitada buscamos nas reflexões de Michel Foucault sobre gestão, poder e governamentalidade uma ferramenta teórica e metodológica que nos auxiliou nesse entendimento do urbano como parte do processo de constituição do ideário de sociedade moderna.

A partir de um estudo histórico e sociológico do projeto de renovação da metrópole Paris do século XIX projetada pelo Barão Haussmann e dos projetos recentes propostos para a região central de São paulo, buscamos traçar paralelos entre os dois momentos históricos com o propósito de contribuir no entendimento do fenômeno urbano moderno como a construção de cenários na constituição da sociedade moderna, nesses dois momentos históricos, na Paris métropole do século XIX e na São Paulo metrópole latino americana do século XXI, em um exercício de reflexão sobre o modo de estruturação dos espaços urbanos moderno e sobre a formação do indivíduo moderno nesses dois momentos históricos.

Panorama teórico

Segundo reflexões sociológicas clássicas, na qual podem ser incluídas as reflexões de Walter Benjamin, há um consenso que a modernização urbana está diretamente associada ao processo de industrialização, ao aumento populacional e possui como primeiro palco a Paris da segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, a cidade torna-se o espaço para a busca de novos desenhos que moldam as condições necessárias à ordenação, ao disciplinamento que seriam os definidores do indivíduo moderno e do cenário idealizado dessa nova sociedade.

A metrópole seria o palco dessa nova disciplina moderna que busca a intensificação dos processos socioeconômicos das relações capitalistas, sendo assim, não há metrópole sem a hegemonia do capital.

Sobre esse mesmo prisma o professor Harvey (2015) nos mostra como já na Paris de Haussmann há um modelo de intervenção urbana que se colocou de maneira estratégica com o poder público e setores do capital financeiro para a reconstrução das áreas centrais da cidade a partir de uma lógica de favorecimento da especulação imobiliária que propiciou a cidade um *status* de cidade moderna, mas que gerou uma situação de miserabilidade e exclusão social a qual ainda reverbera nas metrópoles contemporâneas.

Nesse mesmo processo, foi incorporada aos objetivos das renovações urbanas, não apenas a remodelação dos espaços urbanos, mas também do citadino que nelas habitam. Assim nasce o flâneur de Walter Benjamin, esse "indivíduo inventado" que moldado a partir de novas normas, indumentárias e condutas burguesas que devem coabitar em harmonia com o novo espaço público urbano necessário para o desenvolvimento do ideário moderno de sociedade.

Para a análise deste processo, tomamos como base reflexiva os estudos de Michel Foucault acerca das diferentes artes de governo e a criação da governamentalidade que se define como a implementação das técnicas de imposição e de condução à padrões de condutas e comportamento que ligam o desenvolvimento desse indivíduo moderno a racionalidade econômica e as técnicas de governo que levaram a consolidação do Estado moderno.

Para esse trabalho, o projeto de renovação de Paris proposto por Haussmann, vai trabalhar nesse sentido, através da remodelação do centro parisiense, da criação dos bulevares e das passagens, impõe-se um modelo de uso e de experiência urbana que ligada às concepções da cultura burguesa, enquadra e educa os indivíduos a partir de normas de condutas, consideradas modernas, e que por fim trabalha na fabricação do modelo de subjetividade moderna desejada.

Assim, enxergamos esse projeto dentro da noção desenvolvida por Foucault de dispositivo, pois cria no centro de Paris, a partir de regulamentações do espaço, o ambiente "a céu aberto" necessário para a instalação de técnicas de policiamento e gestão comportamental

que em nome da "saúde e do bem-estar da cidade e da população" cria um enclave de normalização das condutas.

Tomando como referências os estudos a partir da bibliografia já citada sobre a historicidade dos projetos de intervenções urbanas destinadas ao centro da cidade de São Paulo e em uma análise mais aprofundada sobre os últimos dos projetos para a região central da cidade, demonstramos como o que ocorre em termos de políticas urbanas na cidade de São Paulo é uma reprodução do ideário de metrópole oriunda na Paris de Napoleão e Haussmann, não apenas no sentido do ideário de renovação do espaço, mas também de reprodutibilidade da tentativa de fabricação do indivíduo moderno urbano brasileiro.

Tendo os autores Vera da Silva Telles, que demonstra como no país o processo individual de entrada e de experimentação dos cenários modernos passa pelo processo de endividamento via a utilização de cartões de créditos, e o sociólogo italiano Lazzarato que tendo como base os estudos de Foucault, nos aponta que as novíssimas técnicas de condução dos corpos passa pelo processo de endividamento pessoal. Demonstramos, a partir de uma análise crítica do Projeto Nova Luz e da PPP Habitacional do centro, como os projetos de renovação do centro de São Paulo estão trabalhando no sentido da fabricação de um flâneur que nas condições presentes dentro do cenário contemporâneo nacional só são possíveis dentro da formação de um flâneur endividado.

A tese desse trabalho foi desenvolvida mediante a hipótese de que o paradigma de produção da cidade moderna está ligado a racionalidade econômica que interliga poder público, capital financeiro e valorização especulativa da terra urbana, tendo esse modelo não apenas o objetivo de reformular os espaços urbanos no sentido de constituição de cenários modernos, mas também de trabalhar na formação do novo indivíduo moderno. Modelo esse que ainda se observa nos projetos de renovação do centro da cidade de São Paulo, que assim como ocorreu na Paris de Haussmann que fabricou o flâneur, produz no cenário da metrópole São Paulo do século XXI, a ralé endividada.

Estruturação dos Capítulos

A proposta de elaboração dessa tese se estrutura em 4 capítulos trabalhados a partir das seguintes reflexões:

No primeiro capítulo trazemos uma reflexão acerca da racionalidade econômica como traço fundamental na construção da cidade moderna, a partir dos estudos da literatura clássica da sociologia, que perpassa as ideias de Weber, Simmel e da Escola de Chicago. Ainda a partir da análise histórica e sociológica do modelo de intervenção urbana da Paris da segunda metade do século XIX, de Napoleão terceiro e o urbanista Haussmann, buscamos entender a gênese desse modelo de intervenção urbana que já apresentou uma articulação estratégica entre o poder público e setores do capital financeiro, incluindo a lógica do favorecimento da especulação imobiliária, o que propiciou a cidade de Paris o status de cidade moderna e de espaços mais viáveis à ordem capitalista industrial e que também vira o palco do sujeito moderno que vai *flanar* pelos bulevares e pelas passagens construídas. Porém como colocado pelo professor Harvey (2015) um modelo de projeto de intervenção que possui como característica base a negação radical de qualquer realidade existente, para a construção de uma nova ordem urbana e social que gerou uma situação de miserabilidade e exclusão social a qual ainda se reverbera nas metrópoles contemporâneas.

No segundo capítulo buscamos demonstrar como essa mesma lógica de intervenção presente nas obras de Haussmann para Paris foram e ainda são planejadas para a cidade de São Paulo com o objetivo de transformá-la no cenário da metrópole moderna idealizada no século XIX europeu. Tomamos o centro da cidade como objeto de estudo não apenas pelas inúmeras tentativas de renovação urbana, mas também, pela presença dos principais problemas sociais enfrentados pela sociedade brasileira, com o objetivo de um entendendimento de como esses processos de tentativa de reconstrução da área central da cidade vêm ocorrendo, trazendo aproximações e diferenciações do processo ocorrido na Paris do século XIX e nos estudos já realizados por outros pesquisadores sobre o centro da cidade, a fim de adicionar elementos de reflexão sobre a formação e a renovação das nossas cidades.

No terceiro capítulos, através do estudo acerca da construção das Paris de Haussmann, apresentados no capítulos anteriores, procuramos compreender como tais projetos, trabalharam na formação do indivíduo moderno urbano, como o indivíduo inventado necessário dentro dos novos cenários urbanos modernos, a partir das obras de Benjamin (2006) e Berman (2007) a respeito da figura do flâneur, buscamos identificar como o projeto de renovação de paris trabalhou dentro de uma lógica de implementação e condução de condutas que remodelou esse novo indivíduo a partir de tecnologias que nos possibilita a um

entendimento desses projetos urbanos como um conjunto de dispositivos como pensado por Michel Foucault.

No quarto capítulo, refletimos a partir dos projeto Nova Luz e da Parceria Público-Privado para habitação no centro da cidade, como esse mesmo modelo de construção do indivíduo moderno foi introduzido no âmbito brasileiro a partir da lógica do endividamento, que tomando as premissas neoliberais, promove o acesso ao ideário moderno pelo endividamento pessoal como apontado por Vera da Silva Telles que se coloca como a maneira possível de reprodução da formação do indivíduo moderno, presente na Paris de Haussmann, mas que produz um novo modelo de flâneur, a ralé endividada.

1. Aspectos da formação e dos significados da metrópole moderna.

O surgimento e a consolidação dos complexos aglomerados urbanos, as metrópoles modernas, guardam uma estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Na visão desse trabalho o fenômeno da urbanização e o entendimento de uma redefinição do que seria o indivíduo moderno, está vinculado ao fato de que os novos espaços da cidade moderna podem ser analisados como o cenário para a "materialização da modernidade".

Para Weber, que entende a modernidade como um processo histórico/evolutivo em que a transferência de poder se deu no sentido da quebra de uma racionalidade de poder baseada nos valores morais e religiosos, em que a manutenção do poder tem seu carácter divino, para uma racionalidade baseada na economia, tem no fenômeno urbano o cenário ideal para o desenrolar dessa virada e que leva a constituir novas estruturações da gestão do social.

Em Weber, a cidade deve ser entendida como o lugar do mercado, o lugar das trocas econômicas e simbólicas. Logo nas primeiras passagens da reflexão em seu livro Economia e Sociedade, Weber salienta a relação existente entre a constituição dos espaços urbanos com a estruturação de uma produção econômica/mercado, categorizando a cidade como *assentamento* de um mercado permanente (2005, p. 410)

> Em princípio, uma cidade pode basear-se em dois fundamentos. Estes são: a) a existência de uma sede senhorial-territorial, sobretudo uma sede principesca, como centro, para cujas necessidades econômicas ou políticas trabalham as indústrias, com especialização da produção, e o comércio adquire bens. Mas um oikos senhorial-territorial ou principesco, mesmo acompanhado de um povoado muito grande de artesãos e pequenos comerciantes obrigados a serviços e tributos, não se costuma chamar de "cidade", se bem que historicamente uma parcela muito grande das cidades mais importantes tenha sua origem nesse tipo de povoado, e a produção para uma corte principesca tenha permanecido para muitas delas (as cidades principescas) uma fonte de renda sumamente importante, muitas vezes a mais importante, dos habitantes. A segunda característica que se tem que acrescentar para se poder falar de uma "cidade" é b) a realização de uma troca de bens não apenas

> ocasional, mas regular, na localidade, como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um mercado. (WEBER, 2005, p. 409)

Seguindo o raciocínio, Weber mostra como o surgimento de uma cidade está intrinsecamente ligado ao surgimento de um mercado local que pode se formar a partir do incentivo de um senhor territorial ou príncipe da região ou por um movimento de "intrusos" como piratas e colonos comerciantes interessados em estabelecer um comércio local que segundo o autor, foi bastante frequente em regiões litorâneas do mediterrâneo.

Weber descreve a lógica de estruturação mercantil dos espaços urbanos trazendo uma descrição que elucida o fio histórico da estruturação econômica das cidades modernas. O autor identifica que já estava presente nos primeiros assentamentos urbanos as características ligadas ao rentismo/consumo dentro desses espaços.

Na lógica descrita a consolidação desses espaços como local de incidência de grande fluxo do trabalho de artesãos e do comércio urbano, alavanca o valor dos terrenos desses locais, que estão concentrados nas mão de uma aristocracia urbana que recebe os tributos dessas terras pagos pelos comerciantes e artesãos locais, nos mostrando assim, que a lógica econômica de base do funcionamento das cidades modernas já estava presente nesses primeiros assentamentos.

O autor ao esquematizar as estruturações das relações mercantis existentes dentro dos aglomerados urbanos, vai indicando que é nesse momento que surge uma nova lógica dentro das relações e associações econômicas que deve ser entendida como uma política econômica urbana.

> A chamada "política econômica urbana", no sentido específico da palavra, caracterizava-se, principalmente, pelo fato de tentar fixar, mediante a regulação da economia e no interesse da conservação da continuidade e barateza da alimentação das massas e da estabilidade das oportunidades aquisitivas dos artesãos e comerciantes, aquelas condições, naquela época em grande parte naturalmente surgidas, da economia urbana. (WEBER, 2005, p. 414)

Para o autor, o intercâmbio propiciado pelo espaço urbano entre produtos agrícolas/não-agrícolas e de comerciantes locais com um mercado consumidor, representou a formação de uma nova base de economia de trocas especializadas que contrasta com a forma econômica que se reuniam no *Oikos*[1].

[1] Termo greco que significa "casa, lar, domicílio, meio ambiente", seu significado se refere a economia como arte de administrar a casa, em seu sentido particular.

Nessa nova economia as cidades também acabam por conquistar uma autonomia política que segundo o Weber pode ser diagnosticada nas cidades ocidentais a partir de transformações dos jogos de poder que escapam dos detentores tradicionais existentes nas cidades medievais que passam a ter relações mais promíscuas com as forças econômicas locais e que levam as cidades a possuírem uma organização política que permite a regulamentação do solo urbano em nome de corporações e associações de mercado, a criação de sistemas de pagamento de impostos e tributos "intramuros" e a formação de centros de mercados especializados voltados para a produção e comercialização de uma só cadeia de produtos, como também, a possibilidade de essas cidades se consolidarem como centros autônomos para a regulamentação de suas próprias leis.

Resumindo, para Weber, a dominação racional é tão legítima quanto a patriarcal, a patrimonial e a carismática. Um novo tipo de dominação que proporcionou a instauração de autoridades plurais que a partir da implementação de novas regulamentações, passaram a conviver de forma "pacífica" e em uma ordenação legal dentro de um quadro de dominação não-legítima de poder, chamando assim atenção para o fato que é essa tipologia que aglutina em um mesmo espaço vontades coletivas e pluralidades de expressão social e político que é condição base de origem da modernidade e da economia capitalista moderna.

O espaço urbano segundo o autor foi o lugar de gênese da burguesia que emergiu e progressivamente se impôs como ator coletivo implementando um novo tipo de cidadania, a cidadania urbana que na visão de Weber, foi um tipo de cidadania revolucionário pois introduziu no âmbito da sociedade urbana, uma automatização e reestruturação da vida social que legitimou campos específicos com corpos de especialistas – econômico, jurídico, político – que tornaram a cidade o espaço privilegiado para o aparecimento do capitalismo e da individualidade moderna.

Com muitos pontos de convergência com Weber e em uma continuidade reflexiva George Simmel, sociólogo alemão nascido na Berlim de 1858, acompanha o desenvolvimento de sua cidade ao longo do curso do século XIX, que de cidade – residência passa por um processo de modernização, que faz dessa cidade seu campo de estudo sobre a modernidade e seus reflexos na vida e no psique do indivíduo.

Em sua obra intitulada *As aventuras de George Simmel* (2013), o professor Leopoldo Waizbort nos dá um panorama sobre as transformações que Berlim vai passar nesse momento em que Simmel desenvolve suas reflexões sobre a sociedade moderna.

> Berlim se desenvolveu muito no curso do século XIX: Luz elétrica, novos espaços, prostituição, pobreza, dinheiro, política, artes, mercadorias, ruas de comércio, passagens, exposições, barulho, dinheiro, política, artes, trens, bondes, automóveis, ideias, exposições, estranhos: Tudo isso é novo. (WAIZBORT, 2013, p.311)

Em Simmel, o que caracteriza a metrópole moderna é sua relação com o dinheiro, tornando-se o lugar da economia monetária, com a proliferação de espaços destinados ao mercado, com suas vitrines e estímulos ao consumo. A metrópole se torna em um curto espaço de tempo o cenário ideal para a consolidação que toma, tanto a estruturação da sociedade quanto a psique do indivíduo moderno, em uma nova racionalidade pautada no dinheiro.

> A metrópole moderna, entretanto, é provida quase que inteiramente pela produção para o mercado, isto é, para compradores inteiramente desconhecidos, que nunca entram pessoalmente no campo de visão propriamente dito do produtor. Através desse anonimato, os interesses de cada parte adquirem um caráter impiedosamente prosaico. (SIMMEL *IN* VELHO, 1967, p. 16)

Essa metrópole da análise simmeliana é o cenário e o espelho desse cotidiano moderno, um cotidiano fugaz, efêmero e casual que vai ser também o alicerce da nova dinâmica social baseada na superficialidade e no sentimento blasé. Ao mesmo tempo, e com a necessidade dessa nova dinâmica, essa metrópole vai ser o lugar da diferenciação econômico e social da sociedade e como toda grande cidade, ela vai apresentar em seu movimento histórico uma união de interesses econômicos que vai acarretar o enriquecimento de parte de sua população ao custo da miséria social de muitos e tudo ocorrendo em um ritmo acelerado. Como colocado pelo professor Waizbort para ilustrar o caso de Berlim.

> Berlim era, em vastas partes, uma cidade da miséria social. Paralelamente, a prostituição: ela anda de mãos dadas com a industrialização da cidade, e Berlim se tornou disso o exemplo extremado. Na cidade grande, mais do que mercadoria, a prostituição se transforma em artigo de massa, para a massa. Ela é contemporânea da massa da grande cidade. Ela está por entre a cidade, nas ruas, já que em Berlim os bordéis são terminantes e eficazmente proibidos. (WAIZBORT, 2013, p.311)

Dada a realidade demonstrada acima, Simmel salienta que dentre os habitantes da metrópole se faz necessária a produção de um padrão homogeneizador que fabrica uma atitude de reserva em que o comportamento do indivíduo se baseia na “indiferença” em relação ao outro e que produz um indivíduo solitário na multidão que coabita os espaços urbanos.

> "A cidade proporciona, um novo tipo de solidão, muito mais intensa, e que não existia anteriormente – na cidade pequena conhecemos as pessoas, elas não são estranhas. Os modernos são indiferentes. Neles opera aquele "princípio da indiferença" (WAIZBORT, 2013, p.324).

Marcella Delle Donne mostra, em seu livro *Teorias sobre a cidade* (1979), em uma análise da metrópole como fenômeno social salienta-se relações sociais que tem como fio condutor as relações de interesse, para a autora há claramente uma relação direta entre o modo de produção capitalista e o uso das cidades que são

> Local de especulação fundiária das mercadorias que são o solo e as habitações, de especulação humana dessas mercadorias que são a força de trabalho do proletariado e subproleteriado das "barreiras" urbanas locais de conflito dos "estados maiores" empenhados na luta econômica. (DELLE DONNE, 1979, p.215)

O espaço urbano moderno é então esse lugar de exclusão e marginalização do processo de estruturação dos planos urbanísticos, introduzindo nessas cidades o processo de "guetificação", que analisaremos mais adiante com os estudos de Louis Wirth, e que torna a vida na metrópole insuportável mesmo para aqueles que detém a possibilidade de participação na metrópole pelo seu poder de compra.

Trazendo para o seio da discussão a historiografia das cidades com bases marxistas, temos como ponto de análise o texto de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (*2010), que vai se debruçar justamente nesses pontos da miserabilidade social que acompanham o processo de urbanização e as condições dos bairros habitados pelos proletários na metrópole Londres, como também, ao tomar a urbanização moderna como variável da industrialização presente nas cidades, descreve no segundo capítulo do livro a situação real dos espaços da cidade que foram moldadas as exigências do domínio da economia capitalista.

O autor nos relata como com desenvolvimento da indústria e comércio se dando de forma cada vez mais complexa que intensifica também a formação de uma massa proletária que submetida a um processo de precarização diante do avanço da cidade rumo a uma metrópole moderna é alocada aos "bairros de má fama", como colocado pelo autor, e lá são submetidas a condições tais que modificam seus hábitos costumeiros e os transformam em condições de "desumanidade", como descrito pelo autor.

> Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos eles seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão todos eles, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam

> como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências. (ENGELS, 2010, p. 68)

Na visão do autor essa metrópole moderna, do começo da industrialização, tem como principal característica a guerra social, em que as casas devem ser mantidas em um estado de sítio, onde a classe proletária é jogada a um meio caótico que lhe dá apenas a possibilidade de buscar um emprego com condições salariais para se manter vivo e para não morrer de fome, ou tendo que optar por praticar pequenos delitos para o mesmo fim, sendo no último caso prontamente reprimidos pelas forças policiais para que não choquem a burguesia local.

Voltemos a descrição dos "bairros de má fama" onde se encontra a classe trabalhadora, segundo o livro esses bairros são compostos da seguinte maneira

> as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa. (ENGELS, 2010, p. 70)

O autor continua no decorrer do texto relatando a existência de vários desses bairros miseráveis por toda Londres e que na maioria das vezes ao estarem localizadas muito próximas das regiões dos palácios ou das amplas e iluminadas ruas retratam o "novo mundo", estão constantemente ameaçadas de serem destruídas para implementação de projetos que visam o "progresso". Nas páginas do livro de Engels, vislumbramos a partir de uma reflexão sociológica, as reais consequências presentes nas cidades modernas e que deixam evidentes que nesse processo de consolidação da sociedade moderna em que a cidade é o principal cenário, a segregação já é parte integrante do processo.

Essa realidade descrita por Engels não é apenas um fenômeno característico das metrópoles europeias. Nos Estados Unidos surge na cidade de Chicago uma das mais influentes escolas de estudos urbanos da história da sociologia urbana. A conhecida Escola de Chicago foi um centro de pesquisa de sociologia urbana dentro da Universidade de Chicago que se dedicou a estudar e enfrentar os problemas "práticos" urgentes ligados ao enorme crescimento das grandes cidades, que acompanhou a industrialização, o desenvolvimento capitalista e a imigração em massa, principalmente nos Estados Unidos, nos fins do século XIX e início do XX.

Como contribuição para as reflexões dentro da sociologia urbana, a escola vai trabalhar no sentido de compreender o urbanismo como uma teoria normativa das formas urbanas. O primeiro de seus representantes foi Robert E. Park, jornalista, estudava os acontecimentos da cidade e defendia a tese de que os o fenômeno cidade deveria ser abordado dentro de uma ecologia social. As cidades, em sua concepção, podem ser entendia como um organismo orgânico que possui uma evolução temporal, de nascimento, desenvolvimento e encolhimento que deve ser estudada a partir de investigações, observações e interpretações de suas realidades para assim poder ser desenvolvido conceitos, esquemas e modelos com as orientações de transformá-las.

Ainda dentro dessa sua abordagem da cidade como um ser orgânico, o autor vai tentar refletir sobre a segregação socioespacial existentes, a partir de uma perspectiva funcionalista em que aborda a questão a partir de uma integração social e como algo inerente à cidade moderna.

A ideia era que a segregação ocorria a partir de um movimento de adaptação do indivíduo ao espaço urbano, ou seja, somente aquele que se adaptasse melhor ao modo de vida urbana, encontraria oportunidades de habitar as melhores áreas da cidade e ter as melhores oportunidades de trabalho e renda.

Park (1967) afirma que o crescimento urbano não pode ser controlado, que ele deve seguir de forma orgânica sendo moldado a partir da necessidade das lógicas de competitividade e lucratividade das atividades urbanas e que assim a segregação socioespacial deve ser analisada como um elemento "natural" dentro do processo de urbanização.

O autor ainda, ao realizar pesquisas em bairros de imigrantes nas cidades americanas como Nova York e Chicago onde se formavam os guetos, afirma que esses processos de segregação deveriam ser entendidos como um movimento voluntário do indivíduo de preferir morar próximos de seus semelhantes por razões que vinham de cunho social, cultural, moral, entre outras. Apontando uma falsa noção de autossegregação que encobriram as diferenças socioeconômicas que já existiam entre diferentes grupos da população urbana.

Outro autor de destaque nos estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago foi o sociólogo alemão Louis Wirth, que publicou um artigo intitulado ``O urbanismo como modo de vida" (1967), que virou um marco sobre a sociologia urbana e dentro das produções realizadas pela Escola. No artigo ele avança na reflexão sobre o entendimento do fenômeno urbano, contribuindo no entendimento do urbanismo como uma teoria normativa das formas urbanas.

Wirth procura uma definição sociológica de cidade na intencionalidade da formulação de um conhecimento que servisse de instrumento para atrair a atenção sobre as inter-relações presentes na sociedade urbana. Ele vai insistir na natureza peculiar da vida urbana, que deve ser vista e estudada como uma forma específica de associação humana, que deve ser olhada com um viés sociológico que procure identificar os elementos do fenômeno urbano que caracteriza tal espaço como um modo de vida particular de um grupo de indivíduos.

Assim, para Wirth o problema central da sociologia da cidade seria o de descobrir as formas-tipos de ação e organização social que emergem em localidades relativamente permanentes e densas de indivíduos heterogêneos.

Para o autor, o fenômeno urbano ao ser entendido como um novo modelo de estruturação da vida individual e da vida coletiva deve ser empiricamente abordado a partir de três perspectivas que estão interligadas e que operam como condutores desse fenômeno moderno.

O primeiro deles ligado a densidade de agrupamento populacional característico dos novos aglomerados urbanos. Em Wirth, as cidades são formadas por aglomerações complexas de indivíduos que dão origem à segregações espaciais em função da cor da pele, da origem étnica, do status econômico e social, de gosto e de preferências. Havendo assim entre os

citadinos o desempenho de papéis fortemente segmentados, mantendo relações impessoais com um grande número de pessoas de forma superficial, efêmera e segmentada.

Outro novo aspecto desse fenômeno reside nas questões que envolvem a interação social que na metrópole moderna ganha uma grande variedade de tipos de personalidade no meio urbano e torna complexa a estrutura de classes, e gera com isso uma estratificação social mais ramificada e diferenciada do que aquelas das sociedades mais integradas.

Ao encontro com Weber e Simmel, Wirth aponta que a tendências das interações nas grandes cidades apresentam uma racionalidade econômica, que enfraquece os vínculos calcados no parentesco, declina o significado social da família, desaparecem as relações de vizinhanças e são erodidas as bases tradicionais da solidariedade social.

E por último aponta para a necessidade do espaço urbano ter uma maior atenção no que diz respeito ao controle social, pois para o autor, no caldo de diferentes culturas presentes nos espaços da metrópole e cujos modos de vida são altamente diferenciados, aparecem formas permanentes a indiferença e a tolerância, o que caracteriza o espaço urbano como um lugar de contrastes e dos mais violentos. Assim, o controle social se faz necessário, principalmente sobre grupos sociais organizados formalmente que diante da perda de força dos verdadeiros laços de parentesco, são criados em grupos de parentesco fictícios.

Elencadas em uma descrição teórica sobre as reflexões presentes ao longo da história da sociologia, as metrópoles trouxeram indagações quando observadas em suas realidades, esses resultados de um processo de transformação físico de seus espaços que tinham como objetivo criar os cenários para o avanço da sociedade para o que se configura modernidade.

As transformações que ocorreram na cidade de Paris feitas por Haussmann nos interessa sobretudo pelo fato de que a metrópole proposta tinha como objetivo ser o lugar institucional da sociedade burguesa moderna, assim eles criaram um projeto de urbanização da cidade que repensa toda a funcionalidade dos espaços urbanos, transformando – o em uma metrópole como cenário da sociedade moderna e da imposição de uma lógica da burguesia, que na visão desse trabalho, ressoa nos projetos atuais de renovação dos espaços urbanos inclusive nas metrópoles latino-americanos como São Paulo.

Partimos então agora para uma análise do mais icônico desses processos, a produção e o resultado da Paris moderna de Napoleão III e Haussmann, que será analisada reflexiva de três autores que se debruçaram a partir de propostas diferentes sobre esse projeto proposto para Paris.

O primeiro Walter Benjamin, sociólogo alemão, desenvolveu um projeto que permaneceu inacabado na qual organizou um conjunto de texto que refletia sobre a cidade de Paris no século XIX, coletando material de 1927 a 1940 sobre as transformações da qual a cidade e a sociedade francesa passavam.

Ao demonstrar uma curiosidade pelo novo tipo de arquitetura urbana proposta por Haussmann, Benjamin analisa a cidade a partir do seu todo, como a constituição de um objeto alegórico em que sua configuração, seus fluxos, suas atmosferas, transcendem os intuitos urbanísticos, se revelando uma alegoria para o entendimento dos mecanismos estruturantes da modernidade do século XIX.

O autor demonstra a partir da vivência pela cidade a transformação que essa passava afastando-se de seu passado arraigado ao Antigo Regime e trazendo os elementos urbanos das passagens como a iluminação a gás, a fotografia, o folhetim, os *magasins de nouveautés* e nos *grands magasins*.

A estratégia benjaminiana ao privilegiar as cenas cotidianas, a análise dos pequenos detalhes foi a de demonstrar como Paris se tornou uma alegoria do mundo moderno que se consolidava.

Para tanto, ele cria a figura do flâneur, uma proposta metodológica que se coloca como um contraponto das formas mais abstratas da análise histórica. Essa figura é o personagem urbano, aquele que observa e descreve as paisagens urbanas, associado ao pensamento de Simmel, ele é um personagem da multidão moderna que tenta desvendar os espaços labirínticos das cidades modernas, a partir de uma ideia de distanciamento com os espaços e se colocando como um viajante, um estrangeiro dentro de sua própria cidade que constrói mecanismo de estranhamentos que o desenraiza de suas percepções comuns da cidade e assim, lhe permitindo um esforço de análise e crítica que se assemelha a uma reflexão sociológica de seu próprio lugar de origem.

Assim, o segundo autor escolhido foi Charles Baudelaire que ao se colocar como um verdadeiro flâneur em Paris tornou-a objeto de sua escrita lírica. A partir de seu livro *O spleen de Paris* (2000)*,* Baudelaire nos revela as características que essa nova cidade carrega, seu olhar de flâneur vai ao encontro da multidão passante, e que por instante apreende a cidade para além de seus encantos, movimentos e novidades.

O escritor representa o personagem do paradigma da cidade moderna e do caráter individualista que caracteriza o homem moderno. Marshall Berman em seu livro *Tudo que é sólido desmancha no ar,* mostra como o autor rompe com a tradição literária nascida da observação das cidades, criando um novo modelo de cidade moderna, abrindo caminhos para a consolidação de uma possível representação da cidade como cenário do moderno.

> O que Baudelaire procura comunicar através dessa linguagem, antes de mais nada, é aquilo que chamarei de cenas modernas primordiais: experiências que brotam da concreta vida cotidiana de Paris de Bonaparte e de Haussmann, mas estão impregnadas de uma ressonância e uma profundidade mística que as impelem para além de seu tempo e lugar, transformando-as em arquétipos da vida moderna. (BERMAN, Marshall, 2007, p. 178)

Por fim, utilizamos as reflexões oferecidas pelo geógrafo britânico David Harvey sobre esse momento de transformação do espaço urbano da cidade em seu livro *Paris: a capital da modernidade* (2015)*,* no sentido de analisar o processo de concepção e construção desses cenários do moderno.

Em um exercício chamado de materialismo histórico-geográfico, Harvey nos mostra como o redesenho da cidade sobre a liderança de Haussmann, já apontou a lógica da especulação imobiliária e da subordinação das políticas urbanas as lógicas dos mercados financeiros, que organizam os espaços da cidade segundo os interesses dos políticos, banqueiros e proprietários fundiários.

Nos dando um panorama reflexivo sobre a gênese desse modelo de planejamento urbano e suas consequências socioespaciais que reverberam nas formas de se replanejar as cidades até os dias de hoje.

1.2 O plano Haussmann e a Paris de Walter Benjamin e Baudelaire

1.2.1 Contexto histórico

A Paris de 1848 em nada se parecia com a metrópole moderna, local de exposições e de expressão filosófica – cultural da qual a cidade ficaria conhecida no desenrolar de sua história. Em 1848, a cidade estava tomada pela fome, pelo desemprego e pela miséria que assolavam o país e que enchia a cidade de pessoas oriundas de outras regiões na busca por um sustento. As greves, manifestações de rua e levantes conspiratórios que no desenrolar da década 1840 fervilhavam pelo labirinto urbano que era a cidade de Paris.

Em seu Livro *Paris: capital da modernidade* (2015), o geógrafo David Harvey, descreve como em 23 de Fevereiro de 1848, no *Boulevard des Capucines*, uma manifestação que reivindicavam melhores condições de vida para a população da cidade saiu do controle e as tropas nacionais atiraram e mataram cerca de cinquenta manifestantes, o que se seguiu a esse episódio foi uma mobilização social que levou trabalhadores, estudantes, burgueses insatisfeitos, donos de pequenas propriedades e parte dos membros da guarda nacional irem às ruas em oposição à monarquia, a população invadiu o Palácio das Tulherias, antiga residência do rei, saqueou e destruiu móveis e quadros, o povo sentará no trono real e em seguida o arrasta pelas ruas da cidade e o queimaram na Bastilha, como representada na obra Daumier intitulado O motim.

Figura 1 - O motim (1848), de autoria de Daumier, sobre o levante de fevereiro de 1848

Fonte: Harvey, 2015.

Era o fim da monarquia na França, Luís Filipe abdica do trono, o parlamento é dissolvido e a monarquia de julho é destronada. No *Hôtel de Ville*, situado no centro da capital francesa, um governo provisório foi declarado, nasce assim na história da França, a Segunda República (1848-1852). Em abril daquele ano, eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte foi realizada, o Partido da Ordem, representante da defesa da propriedade privada, torna-se vencedor, o que em junho causa um levante entre os socialistas que forma barricadas nas ruas de Paris levando a Assembleia Nacional Constituinte a declarar estado de sítio no país.

Associações políticas passam a ser controladas pela polícia, jornais são suspensos e reuniões públicas ficam proibidas, é nesse cenário que em novembro a constituição é promulgada, firmando uma república presidencialista que elege Luís Bonaparte III como presidente para um mandato de 4 anos. Em 1852, Luís Bonaparte perpetrou um golpe de Estado, tornando-se imperador da França. Karl Marx denominou esse o golpe de 18 Brumário de Luís Bonaparte (HARVEY, 2015; MARX, 2011).

É nesse contexto de luta social, de queda da monarquia e da instalação de um golpe de estado que a França vai "entrar" no seu período de modernização e a capital seria nos planos do imperador o cenário, o espelho desse processo que teria de ser guiado por ele com mãos de ferro. Assim, com o intuito de executar seus planos para a capital, aparece em cena a figura de Haussmann.

Georges Eugène Haussmann nasceu no dia 27 de março de 1809 em uma família luterana da região de Cologne que se estabeleceu em Versalhes e depois em Paris. Em 1831 tornou-se secretário-geral da prefeitura de Vienne. Passando como vice-prefeito ao longo dos anos por cidades menores na França onde se envolveu em projetos de melhoria urbana, até que em 1848 se tornou conselheiro da prefeitura de Bordeaux e, em outubro daquele ano, apoiou a candidatura de Bonaparte à presidência da República.

Em janeiro de 1849, foi nomeado prefeito de Var, com a missão política de "refazer" as eleições da região, como também, organizar e promover as melhorias urbanas na região, no cargo "refez" a câmara de vereadores e patrocinou a campanha a favor do restabelecimento do Império. Após o golpe colaborou na organização das recepções oficiais de Napoleão com o objetivo de discorrer sobre o programa do Império, e foi nesse momento que Haussmann chamou a atenção do Imperador.

No dia 29 de junho de 1853, Georges Eugène Haussmann prestou juramento como prefeito do Sena, estudiosos[2] apontam que sua nomeação tinha como principal objetivo pôr em prática o projeto de grandes obras urbanas desejadas por Napoleão III para a época.

> A capacidade de Haussmann de mobilizar o espetáculo para os propósitos imperiais durante a visita a Bordeaux foi devidamente notada (assim como suas simpatias e energias bonapartistas). Em junho de 1853, foi novamente transferido para Paris. No dia em que Haussmann fez seu juramento de posse no cargo, o imperador lhe

[2] Ver HARVEY, 2015 e HUSSEY, 2011

> entregou um mapa, conforme a lenda narrada por ele mesmo em suas *Mémoires* [Memórias], no qual estavam traçados em esboços de quatro diferentes cores (representando a urgência dos projetos) os planos para a reconstrução do sistema viário de Paris. Esse foi, segundo Haussmann, o plano que ele realizou fielmente (com algumas exceções) nas duas décadas seguintes (HARVEY, 2015, p. 20).

Haussmann soube absorver os planos, para além do urbanístico, que o imperador buscava. Para além de pensar um plano que focava nas reformulações das estruturas urbanas como as questões viárias, de distribuição de água corrente e de dispersão do esgoto, o plano buscava criar o mito da ruptura total com o passado para que se criasse a sensação de que a história vivida antes da ascensão do imperador era irrelevante.

A ideia era garantir que não se havia alternativa para o autoritarismo bonapartista e para isso, Haussmann tratou de utilizar formas e materiais que transformassem os espaços de Paris em uma nova escala, pensando a cidade em uma nova totalidade e com novas tecnologias que orientaram novas formas organizacionais que seguiram como exemplo para a formação do que deveria ser uma metrópole moderna.

> Sobre a transformação da cidade sob Napoleão III: " o subsolo foi profundamente escavado para a instalação de tubos de gás e para a construção de esgotos… Nunca se empregaram em Paris tantos materiais de construção, nunca se construíram tantas casas residenciais e hotéis, nunca se restauraram ou edificaram tantos monumentos, alinharam-se tantas fachadas em pedra talhada… era preciso trabalhar depressa e tirar o melhor partido de um terreno comprado a alto preço: Duplo estímulo. Em Paris, os subsolos ocuparam o lugar das caves que tiveram de se aprofundar um andar sob a terra; o emprego da argamassa e do cimento, que teve como princípio as descobertas de Vicat, contribuíram para a economia e a ousadia dessas construções subterrâneas. (BENJAMIN, 2009, p.163 [E 1ª. 3]).

As reformas de Haussmann visavam o embelezamento estratégico da metrópole através da substituição da "verdadeira Paris", escura, lamacenta, malcheirosa, labiríntica de ruas estreitas, por uma cidade extremamente planejada com largas e arborizadas avenidas, os famosos Bulevares, que também possuíam o intuito de impedir a insurreição dos populares em barricadas e propiciar um ágil deslocamento militar e econômico na cidade e propor uma nova fisionomia para Paris.

Tais reformas trouxeram para a cidade grandes demolições que foram passadas pelas autoridades locais como o exercício de transformação que não apenas a cidade parisiense precisava, mas também a sociedade francesa. A foto de Marville abaixo, nos dá uma dimensão desse momento de renovação dos espaços da cidade.

Figura 2 - Foto de Marville (tirada entre 1850 e 1851) mostra as demolições em torno da Rue de Rivoli e do Palais.

Fonte: Harvey, 2015

1.3 A experiência do consumo nas passagens

A metrópole de Paris surge na visão de Walter Benjamin como importante imagem sobre a construção da modernidade. Para o autor, a cidade ganha cenário de consolidação do processo de produção capitalista e pela criação de uma cidade dos sonhos que atuou no imaginário de seus habitantes.

A construção das passagens, as novas tipologias urbanas que eram a representação das inovações tecnológicas, a moda, a arquitetura, são na visão de Benjamin constructos que representavam os novos conceitos que deveriam ser fios – condutores da modernidade, como o progresso e o fetiche. A cidade incorpora ao seu desenvolvimento e seu cotidiano as novas

formas de produção trazendo ao imaginário social dos habitantes da cidade, tipificações das relações sociais de culto ao capitalismo e como o "lugar da fetichização da mercadoria".[3]

De acordo com Benjamin, no seu livro passagens, na parte de notas e materiais intitulada "E – Haussmannização, Lutas de barricadas", o embelezamento estratégico consistiria em dois movimentos: na abertura de "Novas artérias" que "fariam comunicar o coração de Paris com as estações e as descongestionar iam" e, principalmente, na abertura de outras vias que "participaram do combate travado contra a miséria e a revolução; seriam vias estratégicas, atingindo os núcleos de epidemias, os centros de rebeldia, permitindo, com a vinda de ar puro, a chegada do exército".[4]

O símbolo urbano desta cidade do consumo são as passagens, centros das mercadorias de luxo como colocado por Benjamin em seu livro *Passagens* ao citar um guia ilustrado de Paris

> Estas passagens, uma recente invenção do luxo industrial, são galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore, que atravessam quarteirões inteiros, cujos proprietários se uniram para esse tipo de especulação. Em ambos os lados dessas galerias, que recebem a luz do alto, alinham-se as lojas mais elegantes, de modo que tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura (BENJAMIN, 2009, p. 40).

Hussey em seu livro *A história secreta de Paris,* descreve a proliferação das passagens que passaram a ligar ruas e bulevares formando uma rota pela cidade desse tipo caminho de contemplação do moderno e voltadas para a atividades totalmente dedicadas ao comércio e ao lazer, citando o livro *The arcades Project* de Walter Benjamin, Hussey destaca.

> As passagens eram "o refúgio favorito dos fumantes e caminhantes, palco das operações para todo tipo de pequeno negócio. Em cada arcada há pelo menos um estabelecimento de limpeza. Em um salão que é elegantemente mobiliado, de acordo com o que seu intencional uso permite, cavalheiros sentam-se em bancos altos e leem confortavelmente um jornal enquanto alguém escova a sujeira de suas roupas e botas (HUSSEY, 2011, p. 278).

A primeira dessas construções foi criada em 1799, a passagem do *Caire*, em 1840 já haviam centenas de passagens pelas cidades sendo apenas no Segundo Império, em 1870 o desenvolvimento e expansão dessa tipologia pela cidade, situadas em sua maioria ao longo da margem direita da cidade.

---

[3] BENJAMIN. Paris, a capital do século XIX. In: Passagens, 2009.

[4] BENJAMIN. Paris, a capital do século XIX. In: Passagens, 2009. Pg. 169 [E 3ª. 3]

Altamente atrativas para uma parte da população elas eram formadas por livreiros e vendedores de roupas finas em sentido de atender ao comércio de luxo e os *magasins nouveautés*, elas foram imediatamente ligadas aos valores da sociedade burguesa como os confortos domésticos do trabalho, a ordem e valorização da família. Benjamin, ao citar descrições sobre as instalações internas e o cotidiano dessas ruas – salões deixa nítidas essas apreciações.

> Ruas-salões: "As mais largas e mais bem situadas dentre as ruas-galerias foram ornamentadas com gosta e suntuosamente mobiliadas. As paredes e os tetos foram cobertos de ...mármores raros, de douraduras…, de espelhos e de quadros; guarneciam-se as janelas de magníficas tapeçarias e de cortinas bordadas com desenhos maravilhosos; cadeiras, poltronas, canapés… ofereceram assentos cômodos aos visitantes fatigados; enfim, móveis artísticos, antigos baús…, vitrines cheias de curiosidades…, potes contendo flores naturais, aquários cheios de peixes vivos; gaiolas povoadas de pássaros raros completaram a decoração dessas ruas-galerias que à noite, eram iluminadas por candelabros dourados e lustres de cristal. O governo quais que as ruas pertencendo ao povo de Paris ultrapassassem em magnificência os salões dos mais poderosos soberanos…pela manhã, as ruas-galerias ficam entregues ao pessoal da limpeza que areja, varre cuidadosamente, escova, espana, esfrega os móveis e conserva por toda parte a mais escrupulosa limpeza. Em seguida, conforme a estação, fecham-se as janelas ou deixam-nas abertas, acende-se a lareira ou se descem as cortinas… Entre nove e dez horas, todo trabalho de limpeza está terminado e os transeuntes, raros até então, se põem a circular em grande número. A entrada das galerias é rigorosamente proibida a todo indivíduo sujo ou portador de um grande fardo; é igualmente proibido fumar e escarrar. MOILIN[5] (1869 Apud BENJAMIN, 2009. P. 94 [A 9ª, I])

Figura 3 - Exemplo de Passagem que Haussmann pretendia para Paris.

[5] Retirado por Benjamin de Tony Moilin, *Paris em l´An 2000*, Paris,1869, pp. 26-29.

Fonte: Harvey,2015

1.4 A experiência do flâneur

Esses *grands boulevards* com seus icônicos *magasins*, como o ilustrado acima, se tornaram um dos aspectos mais notáveis da cidade durante o segundo império, templo do novo valor da modernidade, o comércio, eles também eram os espaços nas ruas para os anúncios das novas maravilhas da época moderna.

A criação da alegoria metrópole que deve ser compreendida através de dois aspectos fundamentais: Pela constatação da criação de um cenário perfeito do homem moderno e da interpretação desses movimentos pela reestruturação da cidade ocasionada pelas reformas urbanísticas promovidas no século XIX.

Essa "nova Paris" destaca-se nas observações benjaminianas como a metrópole do desenvolvimento das passagens, das inovações tecnológicas, da moda, da arquitetura, enfim de todos os constructos que representaram de fetiche que surgem com a vida moderna como colocado por Baudelaire e descrito por Marshall. "Aqui a vida moderna surge como um

grande show de moda, um sistema de aparições deslumbrantes, brilhantes fachadas, espetaculares triunfos de decoração e estilo" (BERMAN, 2007, p. 163).

O projeto da metrópole moderna transforma Paris em um canteiro de obras e os seus espaços por meio de projetos urbanos que como colocado por Benjamin favorece o capital financeiro. "Paris vive o auge da especulação."[6]

Ainda em Benjamin, observamos como se deu esse processo de renovação para grande parte da população parisiense, mostrando como

> Em 1864, em seu discurso na Câmara, expressa seu ódio pela população desenraizada da grande cidade. Esta cresce constantemente devido aos próprios empreendimentos de Haussmann. O aumento dos alugueis impele o proletariado para os subúrbios. Com isso, os bairros de Paris perdem sua fisionomia própria. Surge o "cinturão vermelho" operário. (BENJAMIN,1994, p.49)

Bairros inteiros desapareceram e antigos cortiços foram substituídos por praças, jardins e alamedas, num processo violento de modernização da cidade e de reformulação dela por inteira.

A Paris metrópole se torna uma cidade estranha para seus habitantes, caracterizada como um imenso canteiro de obras, uma arena de ambições, um grande mercado de consumo. Um novo emaranhado de construções que na visão do autor produz incessantemente ruínas, pois essas novas possuem o mesmo destino das antigas, a saber a morte, o desaparecimento, a ruína.

Em "O cisne", Baudelaire relata esse estranhamento ao declamar sobre as imagens antigas de Paris quando passeia pelos novos quarteirões.

I

Andrômaca, eu penso em você! Esse pequeno rio,
Pobre e triste espelho onde outrora resplandecia
A imensa majestade de suas dores de viúva,
Esse Simeonte mentiroso que aumenta com teu pranto,

Fecundou subitamente minha memória fértil,
Quando eu atravessava o novo Carrossel.

[6] BENJAMIN. Paris, a capital do século XIX. In: Passagens, p. 49

A velha Paris não existe mais (a forma de uma cidade
Muda mais rápido, ah! que o coração de um mortal);

Só em espírito vejo todo esse campo de barracos,
Essas pilhas de capitéis esboçados e de cornijas,
Os gramados, os grandes blocos esverdeados pela água das poças,
E, brilhando no ladrilho, a confusão de quinquilharias.

Lá era exposta outrora uma feira de animais;
Lá eu vi, numa manhã, quando sob o céu
Frio e claro o Trabalho acorda, onde a sujeira
Impele um furacão sombrio no ar silencioso,

Um cisne que escapara de sua jaula,
E, esfregando seus pés espalmados sobre o pavimento seco,
Sob o sol áspero arrastava sua plumagem branca.
Junto a regato sem água, o animal abrindo o bico

Banhava nervosamente suas asas na poeira,
E dizia, com o coração cheio de seu belo lago natal:
"Água, quando cairás? quando soarás, raio?"
Eu vejo esse infeliz, mito estranho e fatal,

Em direção ao céu às vezes, como o homem de Ovídio,
Em direção ao céu irônico e cruelmente belo,
Sobre seu pescoço convulsivo esticando seu rosto ávido,
Como se lançasse uma censura a Deus!
(BAUDELAIRE, 1976a, p. 85-86).

A região que o poeta atravessava, do Jardim das Tulherias ao Louvre, era antigamente coberta por casebres e cortiços, e ponto de venda de ambulantes e de mercadores de pássaros. Havia uma rotina, havia um cotidiano do bairro, de sua população que durantes as reformas

foi demolido e apagado dando lugar a uma esplanada de largas vias que junto à especulação marcam uma das características da cidade moderna.

Assim, a construção da metrópole moderna deve ser entendida não apenas como uma transformação do espaço, mas como um movimento de autodissolução que não apenas desmancha o espaço existente, mas que desaparece e procura esconder o cotidiano que constitui a antiga cidade enquanto tal.

> Naquele momento a morte da Velha Paris se tornou mais claramente visível. A tradição parisiense de cartazes revolucionários ou grafites subversivos ainda não estava morta, mas a destruição dos velhos *quartiers* também havia dissolvido os grêmios e associações de trabalhadores, em cujos cafés os prazeres privados e a agitação revolucionária andavam juntos. Os parisienses eram encorajados a deixar o passado político para trás e admirar o novo mundo aberto diante deles pelos bulevares de Haussmann (HUSSEY, 2011, p.319).

Esse modelo de construção torna a cidade fluida e volúvel, sujeita a transformações e influência de novas tentativas de reconfiguração que modela não apenas esse cenário do moderno, mas a configuração dos cidadãos que habitam esses espaços sujeitos a movimentos de destruição e reconfiguração.

Sendo nesse contexto o aparecimento do *flâneur,* sujeito moderno que se deleita ao novo prazer disponível aos cidadãos parisienses de flanar, vagar sem preocupações pela nova cidade à procura do estranho, do incomum, do poético.

O termo foi inicialmente utilizado pela imprensa popular que em 1829 em associação ao cidadão ocioso, ao vadio que vaga pela cidade se deliciando com os prazeres que a cidade podia lhe oferecer. Hussey, soube explicitar o *savoir-vivre* do qual essa pequena parte dos cidadãos podiam desfrutar.

> A distância entre as classes era marcada pela jornada diária: enquanto o trabalhador começava o serviço às seis da manhã, o janota do bulevar começava a pensar no seu *déjeuner* – um longo almoço regado a álcool – às onze. O jantar era servido entre seis e sete da noite. Os teatros marcavam as apresentações a partir das oito horas e os cafés permaneciam abertos até meia-noite. Para os sonâmbulos inveterados, havia lugares específicos, como o Café des Variétés, um lugar apreciado por jornalistas e atores, e *boulangeries- pâtisseries* no bulevar Montmartre e na rue de Richelieu, que serviam frango assado e uma variedade de pratos nas primeiras horas do dia (HUSSEY, 2011, p.323).

Com o avanço da consolidação da Paris pensada por Napoleão III, o flanar pela cidade deixou de ser apenas uma atividade exclusiva da classe artística, tornando uma atividade

burguesa. Nessa Paris de Haussmann, o *flâneur* tornou-se um personagem típico da cidade, como também uma personificação característica do homem moderno urbano.

Para Walter Benjamin (1989), Paris criou o tipo *flâneur*. A cidade se transformou em sua terra prometida, o desenrolar das reformas do segundo império transformaram as ruas da cidade o cenário paisagístico do ocioso que troca sua experiência da rua como espaço político revolucionário pelo, como colocado por Benjamin, "fenômeno da banalização do espaço", um retrato da atitude política da classe média sob a vigilância do segundo império frente ao espaço público urbano.

> "O industrial passa sobre o asfalto apreciando lhe a qualidade; o ancião o examina com atenção, segue-o tanto tempo quanto pode e, com prazer, faz ressoar a bengala, lembrando-se com orgulho de que viu colocarem as primeiras calçadas; o poeta...anda, indiferente e pensativo, a mastigar versos; o especulador da Bolsa nele passa a calcular as perspectivas do último aumento da farinha; e o desatento escorrega" MARTIN,[7] (1855 *apud* BENJAMIN, 1989, p. 191-192).

Entre os nomes citados como autênticos *flâneur* destacamos o poeta Charles Baudelaire que se destaca com visões sobre a velha e a nova Paris.

Em uma postura ambígua de atração e de contestação dopado de haxixe flanava pelos bulevares, apaixonado pelas lojas de departamento, pelas galerias de artes, salas de música e cervejarias vivia intensamente os novos ares modernos e desfrutava de todo esse novo *savoir-vivre* que despontava como a atitude urbana moderna, como descrito em seu conto *O jogador generoso.*

> Ontem, em meio à multidão no bulevar, eu me senti toco de leve por um Ser misterioso, que sempre desejara conhecer e que reconheci na hora, por mais que nunca o tivesse visto antes. Havia nele, decerto, um desejo análogo em relação a mim, pois me deu, ao passar, uma piscadela significativa, que me apressei a obedecer. Eu o segui com atenção, e logo desci atrás dele para uma residência subterrânea, resplandecente em que reluzia um luxo sem igual nos melhores endereços de Paris. Achei curioso que tivesse podido passar tantas vezes ao lado do covil tão prestigioso sem nunca dar uma entrada…
>
> Havia ali estranhos rostos de homens e de mulheres, marcados por uma beleza fatal, que eu tinha a sensação de já ter visto em épocas e em países que não consigo recordar exatamente, e que me inspiraram antes uma simpatia fraternal do que esse medo que, o mais das vezes, nasce à visão do desconhecido. Se quisesse definir de alguma maneira a expressão singular de seus olhares, eu diria que nunca vi olhos em que brilhassem com mais energia o horror ao tédio e o desejo imortal de se sentir vivo.
>
> Quando sentamos, meu anfitrião e eu já estávamos velhos e excelentes amigos. Comemos, bebemos desmedidamente todo tipo de vinhos extraordinários e, muitas horas depois, não me sentia mais bêbado que ele- coisa não menos extraordinária…

[7] Retirado por Benjamin de Alexis Martin, *Physiologie de l'asphalte* (Le Bohème, I, 3 ,15 de abril de 1855, Charles Pradier, redator-chefe).

> Fumamos longamente uns charutos cujo sabor e perfume incomparáveis inspiravam à alma a nostalgia de terras e alegrias desconhecidas, e, embriagados com todas essas delícias, num ímpeto de familiaridade que não pareceu desagradá-lo, tive a ousadia de exclamar, empunhando uma taça cheia até a borda: "À vossa imortal saúde, velho Bode!" (BAUDELAIRE, 2020, p.67-68)

Porém, com o avanço da cidade como capital da modernidade, o poeta não conseguiu mais se fechar ao cenário do qual ele pertencia e foi o primeiro a observar as consequências desse processo de modernização.

Por conta de seu plano de reurbanização, considerado pelo mesmo como um embelezamento estratégico, Haussmann passa a ser conhecido como "o artista da demolição" com o intuito de levantar uma "Nova Paris".

Seu projeto foi o primeiro modelo de intervenção que possuía como característica base a negação radical de qualquer realidade existente, para a construção de uma nova ordem urbana e social, gerando assim, já nesse primeiro modelo de cidade moderna um movimento de expulsão da classe proletária que foi empurrada para as periferias da cidade, a demolição dessas habitações populares e a reconstrução desse espaços que ocasionou uma elevação dos aluguéis da região que ali já demarcavam qual o perfil populacional que faria parte do projeto de sociedade moderna e promovendo concomitantemente para parte da população mais baixa uma integração a sociedade moderna apenas de forma marginal e transeunte.

Movimento de reurbanização que revela como a produção da modernização da metrópole já em sua gênese um processo de exclusão inerente. Pois os operários que durante o dia reformaram a cidade à noite são expulsos para os subúrbios, como representado pelo poema "o Cisne" (Le cyne), de Baudelaire.

O Cisne

À Victor Hugo

II

Paris muda! mas nada na minha melancolia
Mudou! palácios novos, andaimes, blocos,
Velhas alamedas, tudo para mim se torna alegoria,
E minhas caras lembranças são mais pesadas que rochas.

Também diante do Louvre uma imagem me oprime:
Eu penso em meu grande cisne, com seus gestos loucos,
Como os exilados, ridículo e sublime,
E roído por um desejo sem trégua! e a seguir em você,

Andrômaca, derrubada dos braços de um grande esposo,
Gado vil, sob a mão do soberbo Pirro,
Ao pé de um túmulo vazio em êxtase curvada;
Viúva de Hector, ah! e mulher de Heleno!

Eu penso na negra, emagrecida e tísica,
Pisando na lama, e procurando, com o olhar alucinado,
Os coqueiros ausentes da soberba África
Atrás da imensa muralha do nevoeiro;

Naqueles que perderam o que não se pode reencontrar
Jamais, jamais! Naqueles que bebem das lágrimas
E mamam da Dor como uma boa loba!
Nos magros órfãos que secam como uma flor!

Assim na floresta em que meu espírito se exila
Uma velha Lembrança soa como o pleno sopro de uma trompa!
Eu penso nos marinheiros esquecidos numa ilha,
Nos prisioneiros, nos vencidos!…e em muitos outros ainda!
(BAUDELAIRE, 1976, p. 86-87)

Charles Baudelaire se identificou com os marginalizados da cidade/sociedade: as prostitutas, os bêbados, os andarilhos e a classe que vivia as misérias provocadas por um processo de modernização com raízes em uma racionalidade econômica da especulação.

Nos escritos do autor é possível entender que na nova Paris moderna, tudo está à venda, inclusive o corpo da mulher que passa pela situação de miserabilidade. Esse luta da sobrevivência foi acompanhada pelo autor, mas como colocado anteriormente, de maneira

controvérsia, pois ao mesmo tempo que o flanar pela cidade lhe proporciona atenção aos detalhes excludentes do cenário moderno, lhe suscitaram os encantos de tornar-se súbito desse "novo reinado" construído pela burguesia e dele ser parte tão integrantes, o que lhe dava o direito de ser seletivo no que concerne o status de cidadão, e com isso, menosprezar aqueles que não faziam parte, como indicado sem eu conto *Pau nos pobres!*

> E saí de casa com muita sede. Pois o gosto passional pelas más leituras engendra uma necessidade proporcional de ar livre e coisa refrescante.
>
> Quando eu estava a ponto de entrar num botequim, um mendigo me estendeu o chapéu, com um desses olhares inesquecíveis que derrubariam os tronos, se o espírito pudesse mover a matéria e se o olho de um marginalizado fosse capaz de amadurecer as uvas…
>
> Ora, sua voz me sussurrava o seguinte: "Só é igual aos outros aquele que o prova, e só é digno de sua liberdade quem sabe conquistá-la".
>
> Imediatamente parti para cima do mendigo. Com um só murro, eu lhe arrebentei um olho, que num segundo ficou do tamanho de uma bola. Quebrei minha unha ao lhe arrancar dois dentes e, a fim de dar cabo do velho o mais rápido possível – pois eu sentia não ter forças de sobra, sendo-o com uma das mãos pela gola do casaco, enquanto com a outra eu lhe apertava a garganta; e me pus vigorosamente a bater sua cabeça contra uma parede. Devo confessar que antes, num golpe de vista, eu tinha inspecionado as redondezas e verificado
>
> que, naquele arrabalde deserto, eu estava por um bom momento fora do alcance de qualquer policial. . .
>
> De repente – ó, milagre! Ó, deleite do filósofo que verifica a excelência de sua teoria! , vi aquela antiga carcaça voltar-se, reergue-se com uma energia que eu não teria suspeitado numa máquina tão singularmente destrambelhada; e então, com um olhar de ódio que me pareceu *de bom augúrio,* o velhaco decrépito atirou-se para cima de mim, me castigou os dois olhos, me arrancou quatro dentes e, com o mesmo galho de árvore, me desceu o sarrafo. - Por meio de minha medicação enérgica, eu lhe devolvera o orgulho e a vida.
>
> Então multipliquei os sinais para lhe dar a entender que considerava a discussão encerrada e, levantando-me com a satisfação de um sofista do Pórtico, eu lhe disse: "Meu senhor, *o senhor é meu igual!* Queira me dar a honra de partilhar comigo o que eu tiver no bolso; e lembre-se caso seja um genuíno filantropo, que é preciso aplicar a todos os confrades que lhe peçam esmola a teoria que tive a *dor* de testar nas suas costas."
>
> Ele me jurou que compreendera bem minha teoria e que seguiria meus conselhos.
>
> Que dizes tu, cidadão Proudhon? (BAUDELAIRE, 2020, p.107-108)

Os textos de Baudelaire nos dão uma compreensão de como nesse processo de entrada na modernidade, os citadinos foram arremessados em um turbilhão de novas estruturações e de uma realidade que carregava um novo cenário ambíguo entre progresso e tragédia provocados pela racionalidade capitalista.

A velocidade da vida das metrópoles deixou o citadino à deriva, em um caldeirão de incalculáveis sinais, códigos e cenários, como também lançado contra as multidões das ruas, na qual ele precisa sobreviver.

Há mais de 150 anos Baudelaire diante dessa nova construção de sociedade, elegeu o espaço urbano como seu lócus de interpretação social, transformando sua cidade como seu material de observação e de inspiração poética que nos introduz em uma reflexão que se verberaria em outros estudos de sociologia sobre as perspectivas e as características que tornam o indivíduo tipicamente moderno e que será ainda debatido por esse trabalho em uma perspectiva de uma sociedade do capitalismo tardio.

1.5 A execução da construção da capital da modernidade.

O geógrafo David Harvey, em seu livro *Paris, a capital da modernidade* (2015), afirma que a cidade em 1850 passava por uma mistura de condições problemáticas, mas também, de possibilidades sociais, econômicas e políticas.

Tomada pelas ideias revolucionárias, e arruinada pela corrupção, pelos altos índices de crime e pela cólera, a cidade foi palco da dualidade entre os interesses voltados ao progresso social *versus* as ambições privadas do capital.

Apesar de o quadro de miserabilidade social, com espaços degradados, altos índices de criminalidade e de prostituição, em nada se diferenciar das demais cidades do capitalismo social, Paris possuía uma estrutura física, com ruas estreitas, com altos índices populacionais e com um desenho urbano labiríntico, tendo assim, uma organização incompatível com as condições necessárias a para o fluxo da produção capitalista e das suas necessidades para se estrututar como espaço de consumo.

Georges-Eugène Haussmann apoiado por Napoleão III, como já citado por esse trabalho, traçou planos urbanos para uma nova Paris que ficaria conhecido como um "novo conceito de urbanismo comercial" em que espaços da cidade seriam planejados e reestruturados para uma única função que era a de suprir as demandas vindas das questões econômicas.

Com um discurso nacionalista, Haussmann declara, "[…] Nós vamos, disse ele, abrir novas ruas, desobstruir bairros populares que carecem de ar e iluminação para que a luz do sol possa penetrar em toda a parte entre os muros da cidade, assim como a luz da verdade ilumina nosso coração". (HARVEY, DAVID, 2015, p. 147)

No cargo de prefeito do Departamento do Sena, o urbanista foi autorizado a realizar as intervenções necessárias para a transformação da cidade. Seu poder centralizado foi duramente criticado e entrou em choque com as transformações dos sistemas social e político que haviam surgido com o movimento de 1848 que vinha ávido a trabalhar para uma transformação da realidade. Por esse motivo, para a execução de seu projeto o urbanista contou com a aliança entre capital financeiro, interesse imobiliário e Estado.

> Em meados da década de 1860, todo o processo se deparou com as realidades das finanças capitalistas. Pois esse era – não se engane - um projeto realizado não apenas a mando de um imperador todo-poderoso e de seus principais conselheiros (inclusive Haussmann), mas organizado mediante e para a associação de capitais. Como tal, estava sujeito à lógica poderosa, porém contraditória, da obtenção de lucro por meio da acumulação de capital (HARVEY,2015, p. 150-151).

Por mais que no plano das ideias, o imperador e Haussmann pretendessem criar uma capital ocidental comparável a Roma Imperial, o que se presenciou foi a implementação das demandas vindas da racionalidade econômica. A expulsão das "classes perigosas", a demolição de habitações e comércios insalubres do centro da cidade foram parte de um processo de melhoria da capacidade da circulação de mercadorias e para a produção dos cenários de consumo.

Foram realizadas

> A construção de cerca de 145 quilômetros de espaçosos bulevares, que reduziram de forma notável o custo, o tempo e (em geral) os eventuais estorvos de deslocamento, facilitou a entrada e saída de mercados centrais como Les Halles, a ida e a volta de lugares de recreação (Bois de Boulogne durante o dia, os grandes bulevares à noite), o fluxo entre as estações ferroviárias recentemente construídas, entre o centro e a periferia, entre a Rive Gauche e a Rive Droite e entre a indústria e o comércio (para as novas lojas de departamentos.) (HARVEY,2015, p. 154)

O processo de reconfiguração desses espaços e suas consequências em termos econômicos e sociais são o que o trabalho irá se debruçar a partir de agora.

Hussey afirma que no começo da década de 1800, Paris era uma cidade bem menos desenvolvida que outras capitais industriais, como Londres, com ruas frequentemente não

pavimentadas, lamacentas, pequenas, labirínticas e ocupadas por um misto de carruagens, animais e pessoas.

A imagem da cidade era mais vinculada com os locais de prazeres proibidos que continham damas com os peitos amostras como no teatro as *filles de joie* do Palais-Royal, ao comércios e feiras instaladas provisoriamente às margens da cidade e ao cheiro de sangue forte oriundo das insurreições que ainda rondava a *Place Louis XV*.

Figura 4 - As demolições do Bulevard de Sébastopol e da Rue de Rennes.

Fonte: Harvey,2015

> O fedor do centro de Paris era notório. A razão para isso era que no século XIX os cemitérios de Paris, muitos deles datados dos tempos pré-romanos, estavam perigosamente superlotados. O de pior fama era o Saints - Innocentes, no coração da cidade. Esse lugar era famoso há muito tempo, pelo menos à noite, como refúgio de necromantes, prostitutas, bêbados, ladrões e ao longo do século XVIII, ladrões de túmulos que vendiam os corpos mais frescos a estudantes e professores da École de Médicine do outro lado do rio. O cemitério de Saints – Innocentes era, como vimos, uma parte do folclore parisiense, mas também um lugar para ser evitado sempre que possível…
>
> Em 1776, a cova comum na qual os pobres de Paris vinham sendo jogados como lixo ao longo dos séculos começou a erodir; cadáveres começaram a aparecer em massas apodrecidas, atravessando as paredes dos porões das casas próximas, junto a ratos comedores de carne. Muitas dessas casas estavam a ponto de entrar em colapso

> e seus habitantes eram sufocados pelo ar fétido e sulfúrico. Em 1780, muitas pessoas morreram na rue de la lingerie de uma misteriosa infecção pestilenta causada pelo "mau ar". (HUSSEY, 2011, p.267-268)

Foi essa Paris que Haussmann foi incumbido de transformar, não é à toa que o urbanista ficou conhecido na história como o artista da demolição, transformando Paris em um canteiro de obra por cerca de 20 anos, como ilustrado acima.

Seu projeto urbanístico foi concebido em três fases, na qual se incluía a demolição de 19.730 prédios e a construção de 34 mil novos, ruas antigas foram substituídas por amplas avenidas que possuem em suas laterais fileiras de prédios de estilo neoclássico proporcionais e alinhados.

Haussmann projetou também grandes quarteirões que possuiriam parques, inspirados no Hyde Park de Londres, um sistema de esgoto, aquedutos que dava acesso amplo a água doce, uma rede de cano de gás subterrâneos para iluminar ruas e prédios, fontes, banheiros públicos e um paisagismo simétrico.

Ainda definiu as regras arquitetônicas que definiram uma homogeneidade nas construções dos prédios parisienses. Suas fachadas deveriam ser em blocos de pedra, da mesma altura e proporcionais à largura da rua ou avenida da qual seriam construídas, deveriam possuir um limite de 6 andares, o segundo andar seria a parte mais nobre da construção, destinadas às famílias mais ricas, para se evitar os muitos degraus, e deveriam conter varanda e fachadas ornamentadas.

Junto aos planos de Haussmann havia o desejo de Napoleão III de transformar a cidade em uma cidade monumental, com ares para ser reconhecida como a nova cidade do modelo romano.

> A forma física de Paris começou a mudar para refletir os sonhos e as ambições dessa nova era da história. O próprio Bonaparte havia declarado que queria tornar Paris mais bonita do que qualquer outra cidade já havia sido. Com essa finalidade, ele contratou os arquitetos Fontaine e Percie para criar novas paisagens, destruindo as velhas mansões que ficavam entre as Tulherias e o Luvre para revelar a Champs - Élysées como a mais larga e magnífica avenida na Europa, um símbolo do destino da nação e o caminho militar para a glória (HUSSEY, 2011, p.259).

Todos esses planos demandaram um poder aquisitivo do qual o Estado francês não estava organizado financeiramente, assim a base de existência da Paris de Haussmann foi sua

aliança com as companhias e instituições do poder financeiro, como nos coloca Harvey em seu livro.

> A compagnie Immobilière de Paris emergiu em 1858 da organização de dos Périeres, criada em 1854 para levar a cabo os primeiros grandes projetos de Haussmann, a conclusão da Rue Rivoli e do Hotêl du Louvre. O que ocorreu no primeiro caso ilustra bem o modo de funcionamento do novo sistema. A decisão de levantar capital e construir os espaços de compras e o hotel ao longo da Rue Rivoli foi tomada como uma iniciativa especulativa na preparação para a exposição Universal planejada em 1855. O projeto original de uma passagem de lojas individuais não pareceu atraente, então os Péreires aceitaram a proposta de transformar todo o espaço de compras em uma grande loja de departamentos, iniciativa nova e igualmente especulativa…
>
> A empresa passou a construir ao longo dos Champs-Élysée e do Boulevard Malesherbes, e em torno do Operá e do Parc Monceau. Entretanto, cada vez mais dependia de operações especulativas como fonte de lucro. Em 1856 – 1857, três quartos de sua renda advinham do aluguel de moradias e instalações industriais, e apenas um quarto da compra e venda de terras e imóveis (HUSSEY, 2011, p.165-166).

Tal lógica foi incorporada no plano de construção dos *quarties* de toda a cidade, nos provando que não poderia haver modernidade sem a reunião do capital especulativo executando e dela tirando seu proveito.

Como reflexo temos a estratégia então adotada por Haussmann, que declara que para uma maior eficiência na transformação de Paris era melhor deixar a cargo da competição especulativa a execução de suas obras, a fim de se implementar uma melhora nas condições e satisfações da população de Paris, aprofundando a aliança entre a cidade e um grupo de interesses financeiros e imobiliários composto por construtores, incorporadores e arquitetos.

A revitalização da cidade concentrou as grandes concessões nas mãos de poucos financeiristas, que ao aplicar capital ao desenvolvimento territorial, trouxeram nova lógica as formas tradicionais de propriedade e uso de terra. Eles desempenharam papel crucial na formação dos bairros burgueses que se formaram em torno dos novos bulevares de Haussmann, já aos pequenos proprietários privados já existentes na região coube um "enquadramento ao sistema" na forma de provisão de moradias para a população de renda média e baixa nas zonas periféricas ao norte e ao leste nas franjas da cidade.

O resultado dessa racionalidade especulativa foi o aumento do valor dos terrenos e imóveis parisiense que duplicaram de valor no segundo império, como destacado pelo geógrafo David Harvey

> Os terrenos nas ruas internas da cidade podiam valer metade de outros ao longo dos novos bulevares e seu preço podia variar ainda mais de um bairro para o outro. Foi

> precisamente devido a essas variações tão vertiginosas do valor da terra que os construtores de grande porte puderam operar com tanto sucesso, pois o novo sistema de ruas criou oportunidades maravilhosas para capturar os crescentes aluguéis dos espaços. (HARVEY,2015, p. 186)

Esse modo de apropriação do espaço teve papel – chave na nova organização dos espaços de Paris. Foi o começo de um processo de estratificação social em que as classes média baixa e a pequena burguesia foram gradualmente excluídas da posse das propriedades do centro da cidade e gradualmente substituídas por uma alta burguesia e de interesses comerciais.

Da mesma maneira, houve também, um movimento em direção oposta àquela patrocinada por Haussmann. O aumento da construção de moradias populares de pequeno porte na periferia da cidade, ocupadas por famílias expulsas do centro da cidade, práticas de políticas urbanas que dividiu a cidade em dois processos de desenvolvimento e produção.

O projeto Haussmann – bonapartista não apenas estimulou uma progressiva gentrificação do centro, como também, criou bolsões de bairros exclusivamente burgueses na direção oeste e com a demolição e falta de espaço para a produção de moradias populares nas regiões centrais, intensificou uma expansão dessas construções nas áreas periféricas da cidade.

Os efeitos negativos de todo esse processo foi a incorporação para dentro da estrutura social da cidade toda uma gama de problemas sociais característicos das sociedades capitalistas que ainda são apontados nas cidades atuais: aluguéis mais elevados, cortiços superpopulosos e de características precárias, deslocamentos, segregações e jornadas de trabalhos maiores para a classe trabalhadora.

Outro ponto levantado por Harvey, decorre sobre o uso desse grande projeto com o objetivo de remodelação dos espaços em função de uma reprodução social esperada. Em seu livro, ele mostra como Haussmann entendia que o poder lhe dado para moldar a cidade, também lhe permitia influenciar nos processos de reprodução societária (Harvey,2015).

Seu desejo de tornar Paris a capital da modernidade passava pela desindustrialização dos espaços centrais da cidade, que deveriam ser remanejadas para as franjas junto dos trabalhadores proletários e a delimitação do centro como o espaço das representações monumentais dos poderes militares e administrativos do segundo império, às finanças e ao

comércio, junto a isso, se recusava a reconhecer na cidade traços de uma relação social comunitária e tratou de entender a capital como o espaço dos interesses dos indivíduos variados, nômades ou como colocado por Simmel, do indivíduo blasé. O sentido de comunidade ganhou outro valor na Paris de Haussmann, como nos mostra Harvey

> Haussmann tentou vender uma nova e mais moderna concepção de comunidade, em que o poder do dinheiro era celebrado como espetáculo e exibido nos grandes bulevares, nos *grands magasins,* nos cafés e nas corridas e, acima de tudo, nos espetaculares "centros de peregrinação ao fetiche da mercadoria", as Exposições Universais. (HARVEY,2015, p. 186)

Era preciso a incorporação desse novo sentido visto que suas obras delimitaram um modelo de cidade que impulsionou a segregação espacial e para que a especulação imobiliária se consolidasse foi preciso que houvesse a remoção das moradias insalubres populares do centro e o desenvolvimento um bolsão compostos por bairros burgueses.

> Desapropriações sob Haussmann: "Alguns advogados criaram uma espécie de especialização nesse gênero de negócios...Pleiteou-se a expropriação imobiliária, a expropriação industrial, a expropriação locativa, a expropriação sentimental; falou-se do teto dos pais e do berço dos filhos...'Como você fez fortuna?' perguntava-se a um novo-rico, o qual respondeu: 'Fui expropriado'.. Uma indústria nova se criou que, sob o pretexto de ter em mãos os interesses dos expropriados, não recuou diante de nenhuma fraude... Ela se dirigia de preferência aos pequenos industriais e estava preparada de maneira a lhes fornecer livros de contabilidade detalhados, falsos inventários, supostas mercadorias que, muitas vezes, eram apenas pedaços de madeira embrulhados em papel. Conseguia até mesmo numerosos clientes que atravancavam sua boutique no dia em que o júri vinha fazer a visita regulamentar; inventava aluguéis exagerados, prolongados, previamente datados sobre folhas de velho papel timbrado, do qual conseguira se munir; mandava repintar os magazines como novos e ali instalava calicots improvisados, aos quais pagava três francos por dia. Era uma espécie de gangue que esvaziava o caixa da Cidade." DU CAMP,[8] (1855 *apud* BENJAMIN, 1989, p. 163 [E la, 4])

A cidade do espetáculo da mercadoria foi de pronto aceita por parte da sociedade integrante desse novo projeto de sociedade. O homem moderno, o homem da sociedade seria agora aquele que pudesse fazer parte do espetáculo e que se incomodava caso tivesse que se deparar com algum sujeito oriundo das famílias pobres que foram excluídos da construção dessa nova cidade.

Como nos relata Baudelaire em seu texto *os olhos dos pobres*

[8] Retirado por Benjamin de Du Camp, Paris, VI, pp. 255-256.

> Você quis sentar-se em frente a um café novo, que formava a esquina de uma avenida nova, ainda repleta de cascalhos e já mostrando gloriosamente seus esplendores inacabados. O café reluzia. Até o gás ostentava ali todo o ardor de um início, e iluminava com todas as suas forças as paredes ofuscantes de brancura, as superfícies resplandecentes dos espelhos […]
>
> Bem diante de nós, na calçada, estava plantado um bom homem de uns quarenta anos, rosto cansado, barba grisalha, segurando com uma das mãos um menino e carregando no outro braço uma criaturinha fraca demais para caminhar. Fazia as vezes de babá e levava os filhos para respirar a fresca da noite. Todos em farrapos. Aqueles três rostos eram extraordinariamente sérios, e aqueles seis olhos contemplavam fixamente o novo café com igual admiração, mas com nuanças diversas, segunda a idade.
>
> Os cancionistas dizem que o prazer apura a alma e amolece o coração. A canção tinha razão naquela noite, no que me dizia a respeito. Não apenas eu me enternecia com aquela família de olhos, como também me sentia um pouco envergonhado de nossas taças e garrafas, maiores que a nossa sede. Eu voltava meus olhares para os seus, meu amor, para neles ler *meus* pensamentos; eu mergulhava em seus olhos, tão belos e tão estranhamente doces, em seus olhos verdes, habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, quando você me disse: "Essa gente é insuportável, com esses olhos escancarados feito portas-cocheiras! Você não pode pedir ao dono do café que os afaste daqui?". (BAUDELAIRE, 2020, p.58-59)

Na nova Paris moderna as divisões societárias se destacaram mais do que nunca, o controle social se fez necessário pois era preciso da vigilância e do policiamento para que o espetáculo burguês não fosse tomado pela insegurança, pela vulnerabilidade que a população pobre trazia.

Mais do que isso, nesse novo ideal de cidade a ordem e a disciplina tornaram-se condições de vida e de progresso, assim, a pobreza foi associada às doenças, a falta de higiene e propícias à propagação e manifestação de todo o tipo de perigo para o meio social.

É o nascedouro da concepção higienista de urbano que revela na construção das grandes avenidas e bairros padronizados a nova concepção burguesa de civilização e que promovido por Haussmann buscou o urbano ideal desse projeto moderno.

Esse novo modelo de cidade como cenário do moderno do qual nos debruçamos até aqui, na visão desse trabalho, reverbera até os dias de hoje sobre as formas de se pensar e replanejar as cidades no mundo.

Nosso próximo ponto de reflexão será a forma como essa tendência reverbera até hoje no planejamento das cidades brasileiras, tomando a cidade de São Paulo como base de estudo, mostraremos a forma da qual ela vem efetivando transformações na cidade nos últimos 40 anos.

O recorte temporal de escolha do trabalho não indica o início dessa tendência no que concerne às políticas urbanas da cidade. A urbanista Raquel Rolnick (2017, 2022) nos mostra como São Paulo na virada do século XX já passava por um movimento de embranquecimento e de europeização no que consiste um projeto de transformação dos espaços da cidade.

Essa europeização se baseia exatamente nos planos executados por Haussmann em Paris e se torna a base dos planos de modernização dos espaços da cidade.

> … No centro histórico, a colina original estruturada em torno de igrejas e ordens coloniais – do Carmo, São Francisco, São Bento e seus largos - sofreu uma primeira grande reforma urbanística no Vale do Anhangabaú, com a implementação de um projeto do engenheiro francês Joseph-Antonie Bouvard, encarregado de obras públicas de Paris. Foram construídos o Teatro Municipal e sua esplanada sobre o vale e o viaduto do Chá. Houve também o alargamento de ruas e vielas coloniais, configurando a "cidade do triângulo" (delimitada pelas ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro) e o princípio da ocupação do chamado Centro Novo (região em torno da praça da República), com bulevares, jardins públicos, cafés, lojas elegantes e equipamentos culturais, expressão da mudança radical da identidade proposta para a cidade por sua nova elite dirigente, composta por latifundiários do café suas famílias, mas também por comerciantes e industriais que enriqueceram com o crescimento da cidade. (ROLNICK, 2022, p..31)

Nessa época o centro da cidade era o local de moradia e trabalho de escravizados, negros libertos e brancos pobres e suas ruas era uma mistura de grupos sociais e atividades. Porém, esse foi o primeiro momento de um projeto de urbanidade que a cidade passou em que foram implementados serviços de água encanada, do transporte de bondes elétricos, da iluminação pública e da pavimentação das vias.

Essas implementações vieram acompanhadas da construção dessa "simulação" da paisagem francesa, que implicou para a região demolições, despejos e remoções de massas de moradias populares, das oficinas e quartos de aluguel.

A grande transformação que ocorria não comportava a mistura de grupos e atividades sociais que o centro possuía, se configurando assim, no primeiro diagnóstico de segregação socioespacial que a cidade passava, em que a cidade passa a ser delineada com territórios específicos e separados por atividades e grupos sociais.

Movimento já financiado por um modelo liberal e privatista, que já organizava a cidade a partir das relações políticas entre os proprietários rurais, os negociantes enriquecidos, banqueiros e os profissionais liberais, sobretudo, advogados, médicos e engenheiros e seus interesses financeiros sobre a terra urbana. (Rolnick, 2017, 2022; VILLAÇA, 2001)

No próximo capítulo mostraremos, como essa mesma fórmula irá perdurar nos projetos apresentados para a revitalização no centro da cidade de São Paulo, nos debruçando mais precisamente nos projetos dos últimos quarenta anos e na forma como eles ainda se aproximam nas intenções, projetos e consequências socioespaciais presentes na Paris desejada por Napoleão III.

2. O processo de construção da São Paulo Moderna.

O professor Flávio Villaça em seu livro *Espaço intra-urbano no Brasil* (2001) aponta que um dos traços mais marcantes do processo de urbanização no país a partir do final do século XIX foi o rápido crescimento das camadas populares e dos territórios populares dentro dos espaços urbanos. Não apenas as camadas populares, mas também, houve a migração da elite rural do país que vai engrossar a população urbana, se constituindo como a classe média e a burguesia urbana.

Essa miscelânea era o cenário da São Paulo da virada do século XIX, como descrito pelo historiador Roberto Pompeu de Toledo

> A São Paulo da virada do século era isto: metade avanço metade atraso, metade urbana metade rural, trepidamente no seu miolo e sonolenta nos arredores, rica nos nobres e recém-constituídos bairros dos Campos Elísios e Higienópolis, pobre nos bairros em que se amontoavam os imigrantes, e miserável nos sombrios desvãos urbanos que sobravam para os negros. (TOLEDO,2015, p.28)

Era esse cenário que precisava ser administrado e transformado em busca de um projeto de desenvolvimento moderno da cidade, para tanto o primeiro passo dado foi a indicação do "problema" a ser combatido, esse já característico dentro da produção dos cenários urbanos modernos, a habitação e a existência da população de camada mais baixa.

As áreas centrais em que havia uma predominância de indústrias como Brás, Belém, Mooca e Santa Efigênia, foram tomadas por trabalhadores operários recém-chegados que ocuparam tipologias de habitações coletivas superpovoadas que já produziam preocupações em torno do diagnóstico de desordem social.

> "Numa cidade concentrada como era São Paulo, que havia crescido e mudado rapidamente, as preocupações com a discriminação, classificação e controle da população eram intensas no começo do século. Como também foi típico nas cidades

> europeias no início da industrialização, essas preocupações eram frequentemente expressas em termos de saúde e higiene, sempre associadas à moralidade. Questões sobre como abrigar os pobres e como organizar o espaço urbano numa sociedade que se industrializava estavam ligadas ao saneamento. Em conjunto, elas se tornaram o tema central das preocupações da elite e das políticas públicas durante a primeira década do século XX" (CALDEIRA, 2011, p. 214)

Ainda em VILLAÇA (2001) encontramos descrições que mostram como no final do século XVIII e início do século XIX os cortiços, habitação característica das populações pobres do centro da cidade, já eram mencionadas como um "problema habitacional" da qual era preciso encontrar soluções sanitárias e urbanísticas adequadas para a região.

Por conta desse cenário se tem as primeiras intervenções de cunho imobiliário da cidade de um lado e as preocupações que se insurgiram visto as super ocupações populacionais em outros pontos da cidade, se inicia políticas de intervenção estatal sobre o território.

A primeira delas foi a criação pelo Estado do Serviço sanitário que teve como trabalho a formulação do *Relatório da commissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços no districto de Sta. Ephigenia* de 1893 e do *Código Sanitário de 1894.*

Pautados a partir de diretrizes da medicina sanitaristas, esses trabalhos foram os alicerces para a gestão territorial e populacional da cidade no começo do século passado, sendo classificados por Nabil Bonduki como um guia com características autoritárias para a cidade.

> Ao se tornarem um guia para a ação estatal, as concepções higienistas resultaram em um "autoritarismo sanitário", ou seja, na imposição de uma terapia do urbano que procurava sanear os males da cidade, sobretudo através da eliminação dos seus sintomas- as moradias populares-, nunca questionando suas causas. O controle higiênico das habitações e a consequente vigilância de seus moradores por meio de visitas domiciliares, a legislação de combate aos cortiços e habitações coletivas, as densificações violentas e arbitrárias, os excessos e interdições dos prédios, tudo isso fazia parte desse autoritarismo sanitário, contraponto no plano urbano do autoritarismo patronal exercido nas unidades produtivas sem qualquer interferência do Estado. (BONDUKI, 2017, p.50.)

E ainda segundo o professor Villaça, concomitantemente a esse processo de explosão demográfica na cidade e de questionamentos sanitários das habitações populares, se detectou pela primeira vez uma onda de especulação imobiliária pela cidade, sendo nesse momento que se apresentava os primeiros sinais de uma segregação espacial em vários lugares e direções da cidade.

> Na década de 1880, Campos Elíseos (a oeste) representou o primeiro loteamento aristocrático e "moderno" feito nos moldes de um empreendimento imobiliário capitalista, para a aristocracia paulistana. Seu projeto era moderno, com ruas retas, largas para a época, cruzando-se em ângulo reto e – grande novidade – uma praça, como parte integrante do loteamento. (VILLAÇA, 2001, p.194)

E como já colocado por esse trabalho, foi nesse momento que se iniciou o processo de europeização e embranquecimento do centro da cidade.

Era preciso tirar das regiões centrais da cidade seu aspecto rural como exposto por Toledo que ao descrever a Avenida Tiradentes na região central da cidade nos apresenta um cenário que em nada remetia ao ideário de cidade moderna europeia.

> A avenida Tiradentes nas últimas décadas do século XIX, tinha ainda o aspecto de "um pátio de fazenda", segundo antigo cronista da cidade. Os moradores mantinham nela todas as espécies de criações, sendo que era muito raro o morador que não tivesse soltas na rua umas vinte ou trinta galinhas. (TOLEDO, 2015, p.33)

Assim, nesse período da primeira república houve-se projetos de expansão da área urbanizada com a implementação da infraestrutura e equipamentos básicos urbanos. Historiografias urbanas sobre a cidade mostram como os anos de 1912 e 1913 foram de um dinamismo de transformação urbana e econômica que objetivava a construção da São Paulo moderna idealizada pelo poder público.

Foram construídas e incentivadas obras de calçamento, de alargamento de ruas e implementação de avenidas, de água e esgoto, iluminação elétrica, linhas de bondes elétricos, escola, serviços de saúde, teatros, clubes esportivos, canais de drenagem e de saneamento. (REIS, 2010, p. 30)

Processo esse que levou a transformação de partes da cidade em certa medida alcançarem o objetivo proposto de europeização da cidade, como apresentado por Toledo ao novamente se referir a mesma avenida Tiradentes após esse processo de renovação.

> Um estrangeiro que a percorreu em 1909 registrará: "Basta caminhas pela Avenida Tiradentes, com suas fileiras de árvores e dupla faixa de tráfego, margiada por palacetes, para a gente se sentir em Paris. Paris?! Era muito gentileza do visitante. Parece, em todo caso, que assim como na avenida Champs- Elysées, não havia mais galinhas ciscando na rua. (TOLEDO,2015, p.33)

Ainda com os intuitos de transformação descritos acima, durante as décadas de 20 e 30, peças e projetos de legislação e intervenção urbana aparecem propondo reformulações socioespaciais para as baixas regiões da cidade, que estimularam a especulação imobiliária e

consequentemente, elevando os preços dos aluguéis que acabou por promover uma mudança do padrão de ocupação do solo da cidade e intensificando a separação centro/periferia.

Nos anos 60 e 70, um período em que o país passava por um processo de incentivo ao desenvolvimento industrial e consequentemente urbano, ganhou fôlego nas ciências sociais debates que evidenciaram os limites e as deficiências de tal desenvolvimento do nosso capitalismo dependente. Conhecido como teses da marginalidade, essa corrente refletia sobre os limites do modo de organização do capitalismo dependente para absorver o contingente da força de trabalho disponível para ser empregada.

Lucio Kowarick (1979,1985,2000) um dos autores dessa corrente, desenvolve uma série de estudos em que vai refletir como o desenvolvimento e desempenho econômico capitalista no país, não reflete necessariamente em qualidade de vida da população, mas ao contrário, ele vai demonstrar como se dá a relação entre esse crescimento e a pauperização de grande camada populacional no país. Para o autor, estudar a produção espacial das cidades brasileiras é estar em constante ligação com o desenvolvimento capitalista do país.

> Não obstante tal fato, é possível fazer uma leitura destas condições através da análise da expansão urbana, com seus serviços, infra-estrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital. (KOWARICK, 1979, pg. 29)

Pensar o desenvolvimento das cidades brasileiras é trabalhar com conceitos de desordem, de crescimento caótico, de marginalidade e estratificação social. Partindo da reconstituição histórica e em conexão com o desenvolvimento industrial da cidade de São Paulo, identificamos uma diversificação de projetos urbanos ao longo da produção dos espaços, principalmente os ligados aos setores de moradia, que nos servem de base para uma análise das hipóteses levantadas acima.

Paul Singer(2019) ao analisar a problemática da urbanização da cidade de São Paulo, argumenta que toda a problemática envolvendo o desenvolvimento da cidade não está ligada apenas a “explosão populacional” acarretada pelo processo de industrialização no país, mas sim na elevação da renda urbana que ocorre de forma “explosiva” mediante as ações do mercado imobiliário e da ineficácia dos órgãos reguladores que deveriam equilibrar demanda e oferta, mas que simplesmente não cumprem suas funções desde dos primeiros momentos da expansão da cidade.

Nos primórdios da industrialização da cidade até os anos 30, com um número reduzido de operários surge como forma de moradia as vilas operárias. Habitações geralmente contíguas às fábricas, cujas residências eram alugadas aos operários, uma saída que permitia a subsistência das famílias diante de salários irrisórios. Bairros da cidade como Belém, Brás e Moóca se caracterizaram por essa tipologia de moradia, condicionando todo seu entorno ao comércio e ao atendimento dessa parte da população.

Com a intensificação da industrialização há um aumento da população operária e assim uma maior demanda por habitações, o que abre espaço para os primeiros movimentos do mercado imobiliário.

O aumento desta demanda elevou os preços dos terrenos e imóveis das regiões em torno das fábricas, a partir de então surge no cenário urbano paulista os primeiros aglomerados populacionais periféricos, distantes do centro, às vezes clandestinos e carentes das infraestruturas urbanas básicas onde passa a residir grande parcela da população trabalhadora da cidade. Como observado por Kowarick, esse movimento populacional produzido por essa relação especulação *versus* migração acabou por produzir todo traçado da metrópole.

> No contexto explosivo do crescimento populacional, o poder público só se muniu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo. No entanto, tal iniciativa ocorre num período em que o desenho urbano já está em grande parte traçado em consequência da retenção dos terrenos por parte de grupos privados. Desta forma a ação governamental restringiu-se, tanto agora como no passado, a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se à serviço da dinâmica de valorização – especulação do sistema imobiliário-construtor. (KOWARICK, 1979, pg. 32)

Toda historiografia do desenvolvimento da cidade de São Paulo, serve como ilustração e modelo que nos indica que o desenvolvimento urbano no Brasil, decorrente de uma expansão industrial, formou uma tendência de configuração espacial urbana que visa um mercado de residência com uma clientela definida, que ocasiona processos de expulsão dos grupos mais pobres e intensifica os processos de formação de áreas periféricas.

Nessa lógica, as periferias brasileiras são consequência direta de um tipo de desenvolvimento econômico nacional que pela análise do autor Kowarick "…forjou formas

especulativas que dão ao nível da própria condição urbana de existência que foi submetida a classe trabalhador." (Kowarick, 1979, pg.41) e que formariam um mundo à parte, relativamente desvinculado dos padrões modernos pretendidos para a sociedade brasileira.

Mesmo nos espaços centrais da cidade, o movimento especulativo acabou por criar espaços de distinção social e econômica que levaram ao surgimento de uma outra tipologia de moradias destinadas aos trabalhadores, os cortiços, que nada mais eram que casas construídas com a finalidade específica de alojar em pequenos cubículos operários que, ao mesmo tempo que representavam essa separação entre a cidade moderna e a marginalizada, era também incluída na lógica de rendimento aos empreendedores imobiliários presentes nos períodos iniciais da industrialização da cidade.

Temos então, segundo o mesmo autor, como resultado do processo de modernização do país, um processo de espoliação urbana, que deve ser entendido como uma forma de retirar das classes populares seus direitos aos serviços de consumo coletivo, como também, seus direitos econômicos, políticos e civis.

Segundo Kowarick,

> O fato de ser favelado tem desqualificado o indivíduo da condição de habitante urbano, pois retira-lhe a possibilidade de exercício de uma defesa que se processa em torno da questão da moradia. (Kowarick, 1979, pg.91)
>
> Face a esta contingência, o favelado tende a perceber-se no cenário urbano de São Paulo como uma pessoa sem direito e sem formas de organização para obtê-los. A condição de favelado representa uma vulnerabilidade que o atinge não apenas enquanto morado: atinge-o também no cerne dos direitos civis, pois mais fácil e frequentemente pode ser confundido com "malandros" ou "maloqueiros" que constituem objeto especial da ação policial. E muitos são confundidos, o que faz com que, mesmo aqueles que não tenham passado pela experiência, interiorizem a iminência do perigo. Foco de batidas policiais, a favela é também estigmatizada pelos habitantes "bem comportados" como antro de desordem que destoa da paisagem dos bairros melhores providos, precisando ser removida para que a tranquilidade volte a reinar no quotidiano das famílias que se sentem contaminados pelo perigo da proximidade dos barracos.(Kowarick, 1979, pg.92)

O processo descrito acima traz à luz uma tendência presente dentro de todo esse processo, em que as classes mais abastadas procuram se diferenciar e se distanciar das classes mais pobres o que vêm influenciando todo o traçado urbano da cidade. VILLAÇA (2001), caracteriza a segregação como um processo essencial para entender a produção da estrutura

espacial intra urbana no Brasil, sendo a mais marcante a segregação existente nos bairros residenciais das distintas classes sociais.

Segundo o autor, a concentração espacial nas cidades brasileiras apresenta uma segregação que não necessariamente limita a presença de apenas uma mesma classe dentro de um espaço delimitado da cidade. Uma mesma região formada predominantemente por uma região residencial de famílias de classe alta e média da população, apresenta um pontilhado bem delimitado em que há um adensamento populacional de famílias de classe média baixa.

Essas delimitações presentes nos bairros são também observadas pela disposição dos serviços públicos e privados urbanos nas áreas ocupadas pelas camadas populacionais de mais alto nível econômico, evidenciando o que Villaça destaca como uma utilização do espaço como mecanismo de exclusão.

A segregação tanto espacial quanto social se torna central na lógica de constituição dos espaços de São Paulo, e vão se perpetuar na formação das demais cidades brasileiras. Tomando como referência bibliográfica a análise apresentada pela professora Teresa Caldeira (2000), tal segregação foi formada dentro das cidades a partir de diferentes formas de estruturação espacial, em seu livro Cidade de muro, a pesquisadora descreve esse movimento em seus diferentes momentos na cidade.

O primeiro movimento ocorre na formação dessas cidades, em que concentradas em uma mesma área urbana, os diferentes grupos sociais se diferenciavam a partir de uma caracterização dos tipos de moradia, enquanto as elites e a pequena classe média ocupa os casarões e as casas próprias situadas nas partes mais altas da cidade, a maior parte da população formada pela classe trabalhadora vivia nas partes mais baixas da cidade, em cortiços ou casas de um cômodo superpovoado.

Seguindo um movimento típico das cidades europeias do início da industrialização, essas áreas da cidade destinadas à habitação das classes populares passaram a ser tema de preocupação dentro da gestão municipal da cidade de São Paulo. Diagnosticadas e classificadas em termos relacionadas à desordem social, projetos âmbito municipal passaram a ser formulados e efetuados com o intuito de se dispersar essa concentração da classe trabalhadora, com o objetivo de se obter soluções para o meio urbano caótico que se formava na cidade já no início de sua industrialização.

Esse novo padrão de urbanização em crescimento na cidade desde da década de 40, alargou os limites da área urbana e permitiu um distanciamento entre as classes sociais. As classes médias e altas passaram a ocupar por inteiro os bairros centrais que já contavam com as áreas legais e bem equipadas da cidade, já a classe trabalhadora migra para as regiões periféricas da cidade, precárias de estruturas urbanas e quase sempre ilegais.

Importante ressaltar que seguindo a tendência apontada por Kowarick de espoliação urbana que essa classe sofre, os moradores das áreas periféricas não contaram com nenhum tipo de financiamento habitacional para a construção de suas casas, o que levou a um movimento de autoconstrução. Processo a longo prazo que levou os trabalhadores a gastarem décadas expandindo, melhorando e decorando suas casas. Na mesma lógica se deu a instalação dos equipamentos e infraestruturas urbanas básicas nessas áreas, que ao não contar com o interesse do poder público só conseguiu o melhoramento urbano a partir de muita pressão política dos movimentos de moradores dessas regiões.

Em contraste, com o deslocamento da classe trabalhadora da área central da cidade, novos projetos de habitação foram lançados para a região central da cidade com o objetivo de transformar a região em um espaço destinado às classes médias.

Iniciou-se um processo de verticalização da cidade e uma política de financiamento desses edifícios que em conjunto com demais projetos de melhoria urbana da região, que tinham como foco a limpeza e a organização da região, como Haussmann fizera em Paris, transformaram os prédios da região central expandida o principal tipo de moradia das classes médias e altas.

Uma conjunção de movimentos que levou São Paulo da década de 70, já ser uma cidade na qual as classes sociais estavam separadas não apenas por grandes distâncias territoriais, mas também, por tipos e qualidades de habitação e de bem-estar. Era o projeto de cidade moderna imaginada e desenvolvida pela elite da República Velha brasileira em sua forma mais concreta.

Avançamos e a São Paulo dos anos 90 já é mais diversificada do que o sonho modernista previa e ainda mais fragmentada e com uma continuidade do movimento migratório de interesse do mercado, responsável pelo processo de segregação e desigualdade social, a cidade vai começar a apresentar uma diversificação na sua produção dos espaços.

A oposição centro/periferia vai continuar ressaltando a problemática dessa apropriação espacial, porém, novamente a partir de uma movimentação produzida pelo mercado imobiliário, movimentação habitacional essa da população mais rica da cidade.

> Pela primeira vez na história da São Paulo moderna, moradores ricos estão deixando as regiões centrais da capital para habitar regiões distantes. Embora a riqueza continue geograficamente concentrada, a maioria dos bairros centrais de classe média e alta perderam população no período de 1980-1996, enquanto a proporção de moradores mais ricos amentou substancialmente em alguns municípios no noroeste da região metropolitana e em distritos no sudoeste da cidade habitada anteriormente por pessoas pobres. Nessas novas áreas, o principal tipo de habitação é o enclave fortificado. (CALDEIRA, 2011, pg. 231)

Os enclaves fortificados, essa modalidade de habitação, de trabalho e de socialização que continua a se espalhar por todos os bairros da metrópole e de sua região metropolitana, é a expressão arquitetônica da construção da sociabilidade nas cidades brasileiras, em que a estratificação social se fortalece na medida que os diferentes grupos sociais não apresentam nenhuma iniciativa de encontrar soluções comuns para os problemas urbanos.

Essa nova tipologia arquitetônica e urbanistas constitui o cerne de uma nova maneira de organização dos espaços da cidade em que diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de controle.

O estudo apresentado por Caldeira, demonstra que a proximidade entre os diferentes grupos sociais propiciada pelo movimento do mercado imobiliário aumentou uma obsessão da construção de muros e a implementação de complexos sistemas de segurança que demonstram que a diversificação da ocupação do solo urbano presente nos projetos urbanísticos só salientou e consolidou o processo de segregação social existente na sociedade brasileira.

Tomaremos agora o centro velho da cidade como elemento de análise para um aprofundamento reflexivo de todo esse cenário da produção do espaço urbano descrito acima.

2.1 O centro de São Paulo

A partir de 1809, o bairro de Santa Ifigênia já se apresentava como uma região com um traçado já urbano, porém sem se configurar como uma forte região urbanizada e se constitui como o primeiro núcleo da freguesia paulistana.

Pode-se ver que a região de Santa Ifigênia, nesse período, se manteve com as feições das regiões que apresentavam características de ambientes de ocupações dispersas, muitas vezes relacionadas à produção de subsistência e de abastecimento da cidade.

A formação e ocupação progressiva deste bairro, assim como de Campos Elíseos, Santa Cecília e Vila Buarque, está diretamente vinculada ao deslocamento da população de maior poder aquisitivo. O crescimento urbano, que se observa a partir da década de 1870, fazia com que a região deixasse de ser o lugar destinado às elites paulistanas, e passa-se a assumir um perfil mais comercial, se constituindo como um centro.

Na década de 1920, o bairro sofreu um crescimento vertical que estimulado por regulações urbanísticas alimentaram o desenvolvimento imobiliário da região. Até o término da mesma década, esses bairros situados a oeste do centro que ainda eram ocupados por famílias de alto padrão, começaram a passar por processos de desvalorização, visto que a especulação imobiliária já tomava outros rumos no desenho da cidade, para assim se formar um “novo centro”.

O processo chamado de “degradação” urbana que atingiu o bairro Santa Ifigênia faz parte de uma etapa seguinte à consolidação do “centro novo” na condição de polo econômico e setor da alta renda da cidade. Até a década de 40, a Rua Santa Ifigênia era uma elegante via de lojas e edifícios de apartamentos. A partir dos anos 1950, o perfil desta e de outras localizações do centro mudaram substancialmente.

Com o deslocamento urbano da camada populacional de alta renda da cidade se direcionando para a região da Paulista, cujo se abriram novas frentes imobiliárias, a região central começou a passar por um progressivo esvaziamento.

O abandono do centro por suas elites foi acompanhado do movimento de habitação da região por uma população de perfil econômico inferior. Concomitantemente, o povoamento desse perfil de população gerou uma transformação das atividades econômicas da região, que passaram a atender as necessidades dessa camada populacional. Assim, o centro da cidade se modifica, transformou-se o espaço das camadas populares, seguindo as tendências de

segregação dos espaços urbanos que ocorreram nas cidades brasileiras, essa nova separação territorial passou a salientar a separação socioeconômico que configura a delimitação de dois centros: um nobre, “ o novo centro”, pensado para as classes dominantes e o popular destinado para o resto da população. Tal divisão é, conforme Villaça, características das cidades médias e grandes brasileiras, marcadas pelo abismo que há no Brasil entre ricos e pobres. (VILLAÇA, 1998, p. 282)

A transformação do bairro Santa Ifigênia naquilo que ele é hoje, assim como de outras localidades do centro de São Paulo, está vinculada a esta reformulação do espaço urbano. A saída dos grupos sociais de maior poder aquisitivo do chamado “centro novo”, no começo do século XX, juntamente com a crescente agressão física do tráfego de veículos, com a poluição atmosférica e sonora e a consequente ocupação destas localizações por setores sociais de menor renda reconfiguraram a economia e as dinâmicas locais.

O chamado “declínio” da área central é construído sobre o processo de abandono das elites, o que não constituiu o esvaziamento absoluto da região. O centro foi imediatamente ocupado por grupos sociais de menor poder aquisitivo e nunca deixou de ter um importante papel na economia urbana com sua intensa atividade comercial.

A transferência das atividades de maior prestígio e da população de maior renda foi pactuada pelo poder público. Ele institucionalizou o deslocamento do centro para o setor sudoeste com a regulação urbanística e favoreceu a ação do mercado imobiliário neste trecho urbano com os investimentos viários. A tomada do centro pela informalidade, por desempregados, por grupos vulneráveis, acentuou o choque com seus ocupantes originais, embora não sejam o motivo de sua saída, mas uma consequência deste processo.

A região central de São Paulo, mais especificamente as regiões da Luz e da Santa Ifigênia, passa a apresentar uma população homogênea, que se caracteriza, principalmente, por uma classe média baixa e pelo alto número de moradores em situação de rua. Outra realidade existente no bairro são as ocupações irregulares. Com o processo de degradação do bairro, inúmeros edifícios da região foram abandonados e, assim, tornando-se ferramenta chave na luta dos movimentos de habitação. Muitos foram ocupados e a população local espera que sejam destinados à habitação de interesse social.

A partir dos anos 90, a área central volta a entrar nas pautas sobre revitalização. Discutia-se a necessidade do repovoamento da região central, pois apesar da área ser movimentada nos horários úteis, a noite o bairro se torna uma área desértica. Segundo dados coletados pelo IBGE, a região central entre as décadas de 80 e 90, havia perdido cerca de 70.000 habitantes.

Tal esvaziamento trouxe para as discussões de revitalização do centro paulista duas linhas de projeto: a primeira salientava a necessidade de fomentar a vinda da classe média para a área central, e a segunda voltava-se para a implementação de projetos de habitação populares.

Através de projetos que tinham como objetivo de transformar a região da Luz em um polo cultural, com a recuperação dos patrimônios históricos e a instalação de novos equipamentos culturais, a região seria "(...) capaz de agilizar o processo de tomada de decisões...", de "(...) criar uma imagem positiva da metrópole, sobretudo ao empresariado estrangeiro, que se dirige à cidade para realização de negócios, sem falar na presença crescente de turistas, *etc.*" (FRÚGOLI, 2000, p. 75-76).

Porém, esta concepção de retomada do centro voltado para os interesses do capital se tornou uma tarefa difícil, visto que, o poder público não consegue reverter o processo de popularização do centro.

Alinhando-se a perspectiva da inclusão das camadas mais populares através de projetos de habitações populares na região central, os movimentos por moradia começam a entrar em cena. Suas reivindicações por melhores condições habitacionais, somadas a demanda pela produção de novas moradias populares através de reabilitação de inúmeros prédios ociosos existentes na região, colocavam em pauta o direito à cidade, com ações articuladas e organizadas em torno de ocupações desses imóveis, os movimentos ganharam peso político na região, colocando sempre nas pautas das reuniões sobre projetos de intervenções as questões ligadas à moradia e permanência das famílias já ocupadas.

Em umas dessas reuniões que ocorreram em 2002, em que movimentos de moradias e outros movimentos da região central participaram ativamente, foi aprovado o Plano Diretor Estratégico para o município, que incluiu dentro da área central Zonas de Interesse Social, vinculada diretamente com a elaboração de políticas habitacionais para a região:

> "(...) Entendida como uma porção do território do município onde a prioridade é a produção e a regularização de Habitação de Interesse Social - HIS, a ZEIS busca interferir na questão fundiária combinando mecanismos que permitam reduzir os preços dos imóveis necessários à produção pública, assim como viabilizar a produção de HIS pela iniciativa privada" (Kara-José, 2007, p. 106)

Figura 5 - Mapa da localização das ocupações dos movimentos de moradia.

Fonte: LILP/LABHAB; 2006.

A região central de São Paulo apresenta um complexo cenário social que evidencia o descaso do poder público com populações de baixa renda, moradores em situação de rua e com usuários de drogas.

A região de Santa Ifigênia é, também, um grande centro comercial especializado, que se configurou como um subespaço de referência para a comercialização específica de produtos elétricos e eletrônicos, na rua homônima, e de materiais e peças automotivas e de motocicletas, na Rua General Osório. Indicadores sociais têm mostrado, nos últimos anos, a concentração elevada de empregos formais na região, o que já aponta uma vitalidade do centro da cidade.

Esses cenários mostram a região central de São Paulo como de diversidade populacional e forte centro econômico, o que se coloca como contraponto à imagem que a mídia passa: um local que vive à margem da sociedade e da cidade, conhecida como "Cracolândia". Tal imagem, aliada à degradação do centro proporcionada, acaba por gerar conflitos, pois, apoiados em cenários por ele mesmo criado, o poder público tenta retomar o centro e destiná-lo novamente às classes mais altas através de projetos de revitalização e renovação urbana. Paralelamente, uma população de menor nível aquisitivo que, ao longo do processo de abandono do centro, tomou a região como sendo sua, luta por projetos que incluam suas demandas dentro dos planos da prefeitura e do governo do Estado para a região central de São Paulo.

Esse conflito pontua bem a importância do centro da cidade. Para os órgãos públicos, o centro seria um ponto estratégico de turismo, lazer e consumo para as classes mais altas e turistas. Já para os atuais habitantes da região, esse é um espaço precioso, pois lhes garante poder usufruir da cidade, sem a necessidade de longas jornadas em transportes públicos de má qualidade. Viver no centro, para essa população, mais que uma regalia, é um direito conquistado, o direito de usufruir e fazer parte da capital paulista.

Passemos agora a descrição de que forma o poder público vê tentando intervir na região através de diferentes tipologias de projetos de intervenções urbanas nos últimos 40 anos.

2.2 Intervenções na região central de São Paulo

A prefeitura de São Paulo vem implementando operações urbanas na região central da cidade com o intuito de transformar essas áreas para os interesses do mercado de investimento e imobiliário. Essas operações trazem como objetivo principal uma revalorização do centro da cidade, buscando o enquadramento do centro dentro da lógica em que os espaços das cidades se tornem protagonistas no processo de criação de mercados imobiliários de nível internacional e assim consequentemente ocultando os aspectos socioculturais reais existentes nessas regiões. (Maricato, 2013, p..124)

Desde a década de 90 ações vêm sendo tomadas na região, através da reabilitação de edifícios tombados, da revitalização dos espaços públicos, da criação de instrumentos para a

atração de investimentos imobiliários privados, de leis de incentivo à implementação de áreas comerciais e culturais e de intervenções em cortiços e na produção de habitações de interesses sociais, iniciativas essas de limpezas sociais desarticuladas e de resultados bastante variados, com o intuito de se desencadear mudanças "espontâneas" dos usos e aspectos de seus espaços. Ações essas nomeadas de operações urbanas que fundamentadas no artigo 152 da Lei Orgânica de São Paulo, tem como conceito captar recursos da iniciativa privada para a realização de obras, através de outorgas vigentes ao setor privado.

Duas operações foram aplicadas no centro de São Paulo: a operação Urbana Anhangabaú de 1991 e a operação Urbana Centro de 1997.

A operação urbana do Anhangabaú, já inativa, foi idealizada com o objetivo de finalizar as obras de um túnel sob o Vale do Anhangabaú, iniciadas por Jânio Quadros. Visto que na época a prefeitura da cidade de São Paulo apresentava uma baixa em seus cofres, a operação buscava a partir da captação de recursos em troca da concessão de incentivos para empreendedores privados, alavancar um programa de Obras para a melhoria dos espaços públicos nas imediações do vale. Segundo a lei aprovada (Lei 11.090/91), seus objetivos eram:

> (...) estimular a realização de um conjunto integrado de intervenções e empreendimentos, o melhor aproveitamento dos imóveis (particularmente dos não construídos ou subutilizados) e a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano em área delimitada de influência imediata do Vale do Anhangabaú de forma a contribuir e a arrecadar recursos para a melhoria da infraestrutura urbana e iniciar um processo mais amplo de melhoria das condições urbanas e ambientais da região, inclusive dos moradores de habitações subnormais (KARA-JOSÉ, 2007, p. 54).

Sua gestão foi compartilhada por vários órgãos ligados à prefeitura: A empresa municipal de Urbanização- EMURB, a Secretaria de Planejamento- SEMPLA, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano- SEHAB e a Secretaria Municipal de Cultura- SMC. A operação não alcançou os objetivos esperados pela prefeitura, dentro de sua operação foram formuladas sete propostas de que englobavam reformas, regulações de equipamentos urbanos existentes e a construção de um hotel voltado a atender os interesses do capital privado da região. Os dois motivos que levaram ao seu fracasso estão ligados a falta de interesse do capital privado de se investir na região e a demora para aprovação do projeto na câmara municipal.

Diante do insucesso da operação, o que se seguiu foi uma pressão vinda dos empresários e proprietários da região, que através da associação Viva o Centro teria gerado a formulação da Operação Urbana Centro, aprovada em 1997, oferecida através da captação de recursos a operação tinha como objetivo atrair o mercado imobiliário. Para a realização desses objetivos a lei de incentivo para essa operação foi elaborada em duas frentes: a transferência de potencial construtivo e a flexibilização da legislação existente.

Os resultados da operação podem ser verificados ao longo de toda a região central com a presença de condomínios residências não voltadas para as classes baixas, estacionamento para o incentivo ao transporte privado no centro e de hotéis e outros equipamentos voltados a atender as demandas dos setores financeiros na região.

Das duas operações o que se viu foi um fracasso, pois ao tentar através de leis e concessões atrair investimento do mercado, a prefeitura se deparou com o receio por parte dos empresários de investir capital na região, visto que a região era vista como um espaço degradado da cidade, com grande desvalorização imobiliária.

Assim, a partir da gestão do governador Mário Covas, em 1995, as políticas culturais entraram em cena projetos foram empreendidos com o sentido de transformar o bairro da Luz num "pólo difusor de qualificação urbana", transformando-o num Pólo Cultural, de fácil acesso e visibilidade para toda a metrópole. Pretendiam, assim, valorizar a imagem de São Paulo. As medidas como a Lei de Fachadas (1997), foram modelos colocados com o intuito de se "requalificar"[9] no centro de São Paulo.

Com o intuito de promover uma requalificação do centro da cidade, foi aprovada a Lei de Fachadas. Gerada inicialmente pelo Procentro, ela surgiu para estimular a recuperação externa e a conservação de edifícios tombados através de descontos tributários, importante salientar que a lei não tinha como primeiro objetivo atrair novos atores e investimentos para o centro, mas sim trabalhar no sentido de melhorar a "aparência" da região central da cidade.

[9] "Assim, a expressão "requalificar", dentre outra, passa a representar um conjunto de ações para se chegar na cidade-empresa e mercadoria, em que a cultura é um instrumento chave, seja na criação de cenários atrativos, projetados como imagem de modernidade, seja na criação de consensos em torno de ações permeadas pela ideia de 'melhoria do bem comum' – oferta cultura, espaços renovados..." (KARA – JOSÉ, Beatriz. 2007. Pg.114).

Dentro da mesma lógica, de transformar a região central em uma área de interesse de aplicação de investimento, os governos de Mário Covas (1995-2001) na prefeitura da cidade e de Geraldo Alkmin (2002 -2006) no Governo do Estado de São Paulo, se propuseram transformar a região através de um processo de intervenção urbana então em voga em processos de intervenções urbanas em cidades americanas e europeias, em que os equipamentos urbanos voltados a área cultural passaram a ser elementos de propaganda para o estímulo do investimento imobiliário.

O que se viu então foi uma série de obras projetadas separadamente, como as restaurações da Pinacoteca do estado, da Estação Júlio Preste e a construção do museu da Língua Portuguesa na estação da Luz e da restauração da Sala São Paulo, mas que se interconectam em um objetivo em comum, o de desencadear a revitalização da região central através do estímulo ao investimento imobiliário.

O que se percebe quando se observa tais projeto pontuais, é que a prefeitura ao passo do fracasso das primeiras tentativas de operação urbana, focaram em transformar o centro da cidade em um espaço atrativo para o capital financeiro e imobiliário, porém para se alcançar tais fins, era também necessária uma mudança no perfil populacional da região.

Projetos de repovoamento da região central da cidade foram apresentados, a própria associação Viva o Centro apresentou uma proposta de repovoamento da região central, nele se mencionava a construção e melhoria das moradias, porém sem deixar claro para quais faixas de renda seriam destinadas tais habitações.

Nessa mesma linha vemos em 1998 ser criado um Programa de Atuação em cortiços, cujo objetivo era o de erradicar os cortiços da região. Através da desapropriação "amigável", a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo- CDHU, iria promover a reforma de moradias existentes e a construção de novos imóveis.

Mais uma vez fica clara a dificuldade da população de classe baixa, maioria da população atual do centro da cidade, de ser contemplada em programas de habitação como o citado acima, visto que com a reforma desses imóveis, o que vemos ocorrer é um aumento significativo no valor dos imóveis na região. Um claro processo, promovida pela prefeitura e pelo governo do estado, de expulsar esse perfil populacional da região central da cidade e de

promover uma mudança nesse perfil a fim de promover uma valorização imobiliária na região.

Concretizando essa lógica de transformação da região central da cidade em um espaço estratégico para a consolidação de São Paulo como uma cidade de características outras, vimos emergir mais um projeto de grande impacto social para a região que englobava uma transformação nos perfis populacionais, econômicos e culturais da região, nomeado como NovaLuz, que trouxe impactos e movimentações na região e que em muito se assemelha aos planos e obras dirigidas por Napoleão III e Haussmann em busca da Paris moderna, como veremos a seguir.

2.3 O centro como Bulevar – Vitrine

2.3.1 O projeto Nova Luz

O Projeto Nova Luz, surge com os variados discursos dos agentes do poder público juntamente com os agentes privados da necessidade de combater a degradação da região central da cidade, seja para proteger seus valores patrimoniais e históricos advindo de seus prédios e monumentos, seja para sanar "a desordem e o caos urbano presentes na região".

Ao se estudar o projeto mais a fundo, o que identificamos é a idealização de um desenho urbano pensado e planejado a partir da organização das atividades lucrativas, otimizando seus usos, sendo projetada a partir das relações de custos-benefícios, deixando de lado o sentido mais humano das cidades, em que os espaços de realização da vida cotidiana, são transformados em espaço de circulação e mercadoria.

Na região da Luz esse fenômeno se consolida por intermédio da aliança entre Estado e setores econômicos privados, pelo instrumento da Concessão Urbanística. Assim, surge em 2005, durante a gestão do prefeito José Serra, o projeto de renovação do centro de São Paulo, intitulado Nova Luz.

A primeira versão do projeto tinha como perímetro delimitado uma área entre as avenidas Rio Branco e a Cásper Líbero. Onze quadras seriam totalmente desapropriadas e outras duas seriam parcialmente para a constituição de um grande espaço para a construção de equipamentos urbanos, uma proposta que visava a qualificação dos espaços públicos ao longo

das principais vias. Em resumo, a primeira versão do projeto Nova Luz tinha na iniciativa privada um fundamental agente de transformação da região central de São Paulo.

Em agosto de 2011, foi apresentada uma nova versão do projeto, mais consolidado e mais detalhado do que sua primeira versão. A justificativa apresentada na introdução do projeto apresenta dados que nos mostram um periférico crescimento descontrolado que os levou a repensar as formas de se intervir na cidade. Mais uma vez se acentua que o projeto vem como ações do poder público para requalificar o centro paulistano incentivando seus usos residenciais e comerciais.

Com o corpo do projeto finalizado, os objetivos do projeto foram assim definidos:[10]

> O Projeto Nova Luz busca assim, requalificar este trecho da região central da cidade de São Paulo elevando a qualidade do ambiente urbano, com o objetivo de ampliar o uso residencial oferecendo mecanismos que possibilitem a permanência dos atuais residentes e atraindo novos moradores, consolidar as atividades comerciais existentes, em especial os eixos de comércio especializado e atrair novos negócios e atividades econômicas.

Tal iniciativa apresenta três diretrizes principais: viabilização de espaços públicos, atrair novos moradores e empregos na área central e implantar programas desejados para o perímetro. Fica explícita a necessidade de se demolir edificações para a construção de novas voltadas para os objetivos acima citados. Um projeto de renovação urbana que promete tornar a região da Luz em um bolsão de luxo, bem no meio de São Paulo.

A área demarcada por essa última versão do projeto encontrava-se em sua maioria dentro de uma demarcação de Zeis, zona de interesse social voltado para a aplicação de habitações de Interesse Social e Habitação de mercado popular, com 11 quadras e 221 imóveis.

Segundo pesquisas realizadas pelo consórcio Nova Luz, na área que abrange o projeto residem cerca 12.000 pessoas, uma densidade demográfica de 220,6 pessoas por hectare, número elevado para os padrões da região central. Estimou-se a existência de 7,1 mil habitações ou domicílios na região, sendo que quase 40% estão inabitáveis.

Com relação aos moradores, estimou-se que 70% moram no bairro a mais de 2 anos, sendo que dessa proporção 45% são residentes a mais de 10 anos, demonstrando o acentuado vínculo desses moradores com a região.

---

[10] PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Projeto Nova Luz - Outubro de 2012, p. 3.

Já nos dados voltados para as características econômicas da região, observou-se a predominância do setor terciário, com atividades voltadas para o comércio e prestação de serviços. Com destaques para as ruas da região da Santa Efigênia em que o comércio voltado para setor de tecnologia e serviços de manutenção de aparelhos e veículos, trazem para a região uma grande circulação populacional e de mercado.

Apesar dos dados acima demonstrarem a importância econômica e o alto densamente populacional, o projeto foi desde o início de seu planejamento justificado pela necessidade de se eliminar um espaço intitulado "Cracôlandia".

Nome esse que se refere a uma região delimitada, mas que afeta toda a população que circula pelo centro da cidade. Em reportagem realizada pela Folha de São Paulo, destacou-se que "a região central de São Paulo ganhou esse apelido no início da década de 90, quando o crack- subproduto da cocaína- se tornou uma droga da moda entre as classes C e D na cidade."[11]

Durante os avanços das discussões em torno do projeto Nova Luz, as ações repressivas por parte do estado se intensificaram na região, policiais civis e militares laçavam a todo momento "operações Limpezas" visando erradicar o tráfico de drogas na região da "cracolândia". Concomitantemente, o então prefeito Gilberto Kassab em sabatinada realizada pelo jornal Folha de São Paulo, declarou que "a cracolândia não existe mais. Agora é Nova Luz. Ela é realidade".

Outro aspecto de extrema importância na análise do projeto é que o Nova Luz é fruto de uma lei urbanística, chamada Lei da Concessão Urbana, aprovada em 2009[12] pela câmara municipal. Em resumo, uma lei que dá ao poder privado, em parceria com o poder público, o poder de desapropriar qualquer região com o intuito de renová-la.

O consórcio encarregado pela elaboração do projeto foi formado pelas empresas AECOM, CONCREMAT, Cia. CITY e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e que posteriormente foi tratado como Consórcio Nova Luz, conceituou concessão urbana da seguinte forma:[13]

---

11 " Saiba por que a região central de São Paulo é chamada de cracolândia " (FELTRAN, Ricardo. Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/).

12 Lei 14.918, de 7 de Maio de 2009, Lei de Concessão Urbanística.

13 PEZOTI, Rosângela Helena. O projeto Nova Luz e a participação dos sujeitos coletivos: um processo de reurbanização em questão. São Paulo: PUC, 2012.

> A Concessão Urbanística é um instrumento de política urbana previsto no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - PDE/2002, e regulamentado pela Lei Nº 14.917, de 7 de maio de 2009, que objetiva promover a urbanização ou a reurbanização de parte do território municipal, em área de operação urbana ou área de intervenção urbana, através de requalificação e reordenamento do espaço urbano norteado por um projeto urbanístico específico atendendo aos princípios do artigo do PDE/2002. (PEZOTI, 2012, p. 56)

A proposta desse projeto de renovação procura atrair outro tipo de população e investimento para o bairro, criando estratégias espaciais para afastar seus atuais usuários e as camadas de menor poder aquisitivo que ali residem.

Por se tratar de uma área com uma população de mais de 20 mil habitantes, o processo de elaboração e implementação do projeto sofreu muita resistência por parte dos moradores do bairro. Eles queriam diálogos e participações na elaboração do projeto.

Usando dos meios jurídicos a pressão social conquistou uma vitória importante. Na segunda quinzena de janeiro de 2013, o Poder Judiciário suspendeu o projeto Nova Luz e determinou a reelaboração de várias de suas etapas, sob pena de multa diária. Na decisão emitida pela justiça questionou-se a participação da sociedade civil no planejamento do projeto.

As principais teses acolhidas pelo Poder Judiciário versavam sobre o atraso da formação dos conselhos gestores populares, conquistado através da pressão popular, como também a falta de propostas dentro do projeto que asseguravam a permanência da população já residente do bairro.

Diante da decisão determinada pela justiça o então novo prefeito eleito Fernando Haddad decidiu abandonar essa última versão do projeto, que fora desenvolvido pelo Consórcio Nova Luz a pedido da administração anterior. Alegando que o projeto até então não se apresentava como adequado para o perfil socioeconômico da região, decidiu repensar o projeto de requalificação da área, porém sem descartar a colaboração da iniciativa privada.

Assim, que para a região seria adotado o modelo de Parceria Público Privada (PPP), onde ficaria para a iniciativa privada a função de apresentar propostas que contemplasse o uso misto das edificações, com uso comerciais nos andares baixos e térreos e os demais para o uso de moradias populares.

Visto que não existe a possibilidade de colaboração da iniciativa privada em projeto de requalificação sem o interesse na obtenção de lucros, em razão das lógicas dos mercados imobiliários, é dever da sociedade acompanhar o desenrolar desses tipos de ações do poder público na busca de conquistar um novo modelo de requalificação urbana a ser empregada no centro de São Paulo buscando evitar abusos de poder econômico e preservando os direitos das populações atingidas.

2.3.2 Projetos e Planos

> Paris em 1850 era uma cidade na qual problemas e possibilidades sociais, econômicas e políticos efervesciam. Alguns a viam como um lugar doente assolado por tormentos políticos, dilacerados por lutas de classe e arruinado pela própria decadência, corrupção crime e cólera. Outros a viam como uma cidade de oportunidades para a ambição privada ou o progresso social. (HARVEY,2015, p.131)

Proximidades entre o cenário descrito acima por Harvey e as do centro da cidade de São Paulo não são mera coincidência. O projeto Nova Luz é fruto de um modelo de intervenção de cidades que têm sua gênese na Paris de Haussmann e que será agora demonstrado como reflete ainda sobre o maior projeto de intervenção nos bairros da Luz e da Santa Ifigênia que foi o projeto Nova Luz.

O projeto, na visão deste trabalho, propõe que uso e a ocupação do solo urbano sirva de referência para um "novo modelo de desenvolvimento", com a adoção de padrões eficientes de consumo do solo urbano que muito se assemelham com o projeto de metrópole moderna da Paris, capital da modernidade.

A metodologia de planejamento para o projeto está baseada nos seguintes objetivos: Na criação de uma intervenção inclusiva com oportunidades para todos os grupos socioeconômicos, o uso eficiente do solo, para o resgate do patrimônio histórico, aumento das áreas verdes e atração de uma gama de faixas etárias e estilos de vida para o "coração" da cidade.

Para tanto foi pensado para a região Bulevares que teriam como função ter áreas multiusos destinadas para a consolidação dos objetivos destinados acima.

Figura 6 - A Atual Rua Mauá com a ocupação Mauá ao fundo e O Bulevar pretendido para a localização

Fonte: Prefeitura de São Paulo. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.p

Figura 7 - A atual Rua do triunfo conhecida como antiga Boca de Lixo, espaço do cinema marginal e o Boulevard pretendido para a localização.

Fonte: Prefeitura de São Paulo. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf

Harvey (2015) reflete sobre essa concepção dos bulevares e sobre suas utilidades dentro do contexto da criação da metrópole capitalista,

> Haussmann trabalhou simultaneamente em todos esses níveis. Os novos bulevares criaram suas próprias formas de espetáculo, com a agitação das carruagens e dos transportes públicos em superfícies recém-macadamizadas (que, segundo alguns radicais, serviam para impedi-los de erguer barricadas com os paralelepípedos). A chegada das novas lojas de departamentos e dos cafés, que invadiram as calçadas dos novos bulevares, tornava poroso o limite dos espaços públicos e privados. (HARVEY,2015, p.131)

A reflexão apresentada acima cabe ainda para pensarmos sobre o projeto Nova Luz, quando o autor analisa a criação dos bulevares franceses faz com a intencionalidade de demonstrar como o projeto de renovação serviu de base para a construção de uma metrópole agora então controlada pelos imperativos do mercado e do poder policial.

Da mesma forma podemos enxergar o planejamento proposto para pedaços específicos da região central da cidade, que não por acaso trouxe para ruas Mauá que concentra além de um mercado cotidiano popular, um dos símbolos da luta por moradia, a Ocupação Mauá e a rua do triunfo, símbolo de um espaço de historiografia da arte marginal e de contestação ligada ao movimento audiovisual brasileiro, a implementação dos bulevares.

Estamos tratando de um projeto do começo dos anos 2000, mas que ainda carregam duas concepções básicas de se pensar a metrópole capitalista que foi muito bem definida por Benjamin que concebe essa metrópole como o cenário de uma sociedade moderna voltada para o consumo e que vincula o progresso a um ambiente urbano ligado ao culto ao consumo e a socialização a partir de relações sociais voltados a mistura das nuances entre os espaços públicos e privados.

Outro ponto sobre o uso desses projetos de bulevares para região e que se reflete também na fala proferida pelo então prefeito João Dória em jornal transmitido no dia 22 de Maio de 2017, “ Acabou a cracolândia agora é Nova Luz”, nos demonstra como ainda há presente nos planos urbanísticos a busca pela ruptura com o passado, como utilizado pelo autoritarismo bonapartista, na tentativa de se apagar dos espaços da cidade sua história como lugar de movimentação e reflexão política sobre os problemas que assolam a sociedade em questão.

O projeto Nova Luz com seus bulevares é, mais uma vez, o exemplo do uso das tecnologias arquitetônicas e urbanísticas para a orientação de novas formas organizacionais que seguiram como exemplo a formação do que deveria ser uma metrópole moderna oriunda da Europa do começo do século XIX.

Outro ponto sobre o projeto que precisamos nos debruçar é sobre o formato de execução das obras. O projeto Nova Luz seria a primeira experiência nacional de concessão urbanística que se daria ao longo de 15 anos. Dentro do projeto, a prefeitura do município de São Paulo conceituou o termo urbanístico da seguinte maneira: "(...) é um instrumento de política urbana pelo qual o Poder Executivo fica autorizado a delegar a um concessionário, a realização de obras de urbanização ou reurbanização para implementar diretrizes do Plano Diretor Estratégico".

O instituto da concessão urbanística tem sua razão no fato de estar permitido por lei a transferência à iniciativa privada, mediante licitação, a "revalorização" e as transformações de áreas estabelecidas por um projeto urbanístico, permitindo a desapropriação dessas áreas por parte da concessionária contemplada, permitindo ainda a ela, a exploração dos imobiliários presentes dentro da região concedida.

Vários trabalhos no campo do urbanismo e da sociologia já apontaram como o planejamento estratégico no Brasil é parte de uma ideologia que pensa as políticas urbanas voltadas para uma competição entre cidades e que assim o planejamento tornou-se instrumento fundamental em uma administração pública de cunho liberal.

Segundo Vainer (2013, p 76), este modelo foi formulado a partir de conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, e sua adoção se justifica pelo fato das cidades estarem submetidas às mesmas injunções que as empresas. Assim, dentro dessa metodologia os espaços urbanos devem ser entendidos na chave da competitividade, tornando-se atrativa economicamente.

Para esses neoplanejadores urbanos a cidade é entendida como uma mercadoria a ser vendida, em um mercado que valoriza processos de renovação urbanas focados em um *marketing urbano* em que seus dirigentes devem ser mais um vendedor dos espaços das cidades do que um gestor.

Alguns especialistas enquadram tal tendência como parte de um processo que de acordo com Otília Arantes, são

> "passos unificados de um mesmo processo de ajuste da sociedade às reviravoltas que dá o capitalismo para continuar o que sempre foi, e de cujas metamorfoses a paisagem urbana é a fachada mais visível", (ARANTES,2013, p. 12-13).

A dinâmica das cidades se transforma e se adapta às fases do capitalismo que é arquitetado dentro de um aspecto independente e total. Onde os grandes atores sociais presentes são aqueles que representam os interesses do novo mercado capitalista, como agentes imobiliários e financistas, já os moradores propriamente ditos, constituem o elemento passivo no estilo de todo o modelo de vida da metrópole.

Assim,

> "um novo conceito de planejamento urbano impõe novos atores; o *Market lead city planning* exige que os protagonistas das ações e decisões sejam os mesmo que protagonizam as peripécias do mercado. A parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, nos processos de planejamento e decisão." (VAINER, 2013; pg.87)

Sob o título de *urbanismo de resultados, os espaços* das cidades estão perdendo suas características de espaços de identidade, plano político e território de exercício de cidadania, passando por processos de despolitização.

Essas efetivas transformações nos espaços primeiramente das metrópoles e que se estendeu para os demais níveis de cidades, fez com que novas reflexões fossem realizadas sobre as mudanças da vida urbana, sobre a destruição dos espaços públicos e a emergência de novas formas de sociabilidade como também sobre os novos padrões de gentrificação e segregação socioespaciais, acompanhado da consolidação da reprodução da vida urbana em espaços privados e controlados como condomínios fechados e shopping centers.

Esse processo "gentrificador" das cidades se constituiu como estratégia global, nele observamos uma recentralização urbana e social seletiva que promovem uma recomposição dos processos sociais existentes nos espaços urbanos, trazendo uma profunda reestruturação das práticas sociais e culturais que carregadas de especificidades e particularismos formam um tecido social complexo e difícil de se decifrar.

Estava nos planos da prefeitura do município junto ao Estado tornar o projeto Nova Luz o modelo e referência nacional desse tipo de empreendimento de "renovação urbanística" de uma grande área pela iniciativa privada e de toda essa carga ideológica liberal descrita sobre a forma liberal de se pensar a cidade.

> Incluído no Plano diretor de São Paulo de 2002, o instrumento foi regulamentado em 2009 na cidade e teve sua primeira tentativa de aplicação em um plano de reurbanização da região central. O chamado Projeto Nova Luz pretendia conceder ao privado o poder de desapropriar 400 mil metros quadrados de um dos bairros mais antigos da cidade, a Santa Efigênia, mas enfrentou enorme contestação dos

> moradores e comerciantes atingidos e foi barrado no judiciário em 2011. (ROLNIK, 2015, p. 354)

Esse movimento que foi analisado por Vainer e observado na concepção do Projeto Nova Luz é apenas uma continuação de uma concepção de formação da cidade moderna que já está apontado na Paris de Haussmann.

Harvey (2015, p. 166) nos mostra como a transformação de Paris no cenário ideal da metrópole moderna contou com a mobilização do fluxo de capital disponível para a consolidação de seu projeto. O intuito de Haussmann sempre foi o de forjar uma aliança entre a cidade e um grupo de interesses financeiro e imobiliário para a realização de seu projeto de "renovação" da cidade.

> A revitalização colocou grandes concessões nas mãos de poucos capitalistas que tinham acesso privilegiado ao Estado (inclusive aos recursos do recém-fundado Crédit Foncieur), por trás dos quais havia uma falange de financistas (como os Péreires) que tinham interesses em vários outros ramos, como companhias de seguro, construção e gestão imobiliária. Tratava-se de capital associado, ou financeiro aplicado ao desenvolvimento territorial, inovação que nasceu de estruturas específicas do Império e que se opôs às reformas tradicionais de propriedade da terra. (HARVEY, 2015, p.183)

Já nessa Paris, a terra urbana, com suas edificações, tornou-se uma forma de capital fictício, as operações organizadas por Haussmann e Bonaparte operacionalizam o projeto de forma que as novas tipologias das moradias e instalações comerciais fossem não apenas um benefício econômico para o capital financiador do projeto, mas que auxiliasse na formação dos bairros e cenários burgueses que eram o objetivo da instalação dos novos bulevares de Haussmann.

Observar os projetos dos Bulevares da Nova Luz e seus projetos de captação de recurso de execução das obras, como exposto acima, é constatar que a renovação da metrópole moderna do Brasil dos anos 2000 é ainda uma tentativa de criação superficial de reprodução de uma sociedade moderna à la europeizada e que na base carrega o sentido do fenômeno urbana descrito por Weber, de que as cidades possuem a função de ser cenário desse processo de desenrolar econômico e que vai ser gerido com o objetivo de constituir novas estruturações da gestão do social necessária ao desenvolvimento do capital.

2.3.3 As justificativas do projeto

A estigmatização da região central da cidade como Cracolândia vêm sendo consolidada desde a década de 90 pela mídia e ganha nesse momento proporções de campanha publicitária.

Amplamente divulgadas as operações para a "limpeza social" da região eram utilizadas não apenas como marketing político para candidatos e representantes públicos da cidade, mas principalmente como justificativa para intervenções urbanísticas na região que se travestia por um jogo ideológico que se objetivava no resgate do espaço urbano tomado pelo crime.

Cenário de inúmeras tentativas de intervenção, como já descrito acima, essa nova proposta trouxe uma característica que considerava a forma mais adequada de se atuar na região, transformando-a radicalmente. Para tanto, o primeiro passo tomado foi a promoção de demolições de prédios da área dando-lhe um maior aspecto de abandono e acelerando o processo de degradação da região e que acabou por intensificar a instalação dos dependentes químicos na região.

O que houve na região da Luz e da Santa Ifigênia foi uma política de abandono que auxiliou na criação das narrativas de justificativa para se propor uma grande renovação na região com o objetivo de transformá-la em um grande atrativo financeiro para a cidade.

Parte desse teatro de justificativa são as inúmeras operações policiais batizadas em sua maioria de "operação Limpa" em que uma série de batidas policiais ocorrem na região apresentando como principais alvos, o consumo e o tráfico de drogas, a pirataria e os mercados ilegais. Nessas operações o conjunto do aparato policial inspeciona bares, hotéis, cortiços, guarda-volumes de camelôs e outros estabelecimentos considerados indesejáveis, como também, praticam a abordagem de pessoas consideradas em atividades suspeitas, especialmente negros, imigrantes e prostitutas.

Essas operações ao serem televisionadas e ideologicamente enaltecidas como a ação de limpeza e retomada de uma região em prol da melhora da paisagem urbana, conseguem aprovação não apenas por parte da população que apenas observa de longe todo o processo, como também entre os grupos de moradores e comerciantes que serão atingidos por todo esse processo de gentrificação.

Por outro lado, são veementes criticadas não apenas por sua forma de atuação, mas sobre as consequências que ela provoca na parte da população-alvo das ações. Conforme relatório produzido e publicado pelo Fórum Centro Vivo já em 2006.

> Mesmo levando em consideração a real existência de atos ilícitos e contravenções – como venda e consumo de drogas na região da Luz e a necessidade de atuação do poder público, a Operação Limpa está marcada por uma série de características muito negativas tanto do ponto de vista do respeito aos direitos como do ponto de vista social. A população mais vulnerável e pobre é a mais afetada. As crianças e os adolescentes reprimidos e expulsos da Luz foram para outras localidades da região, como Praça da Sé e o Vale do Anhangabaú conforme observado pelos educadores de rua e registrado pela imprensa. Do ponto de vista social, as causas ou as raízes dos problemas estão longe de ser atingidas. O mesmo ocorre com a relação à população adulta de rua. (Fórum Centro Vivo, 2006, p. 127)

Para além de toda essa superficialidade propagada sobre as vivências e cotidianos dos bairros centrais, a região central da cidade apresenta uma população de baixa renda que continua ocupando seus edifícios degradados pelo fato da região possuir boa oferta de serviços coletivos, diferentemente dos terrenos na periferia das quais essa camada da população foi "empurrada", e por estar mais próxima das regiões com maiores ofertas de emprego existentes na cidade.

A grande maioria desses moradores da região central ocupam os cortiços da região. Sobre esse tipo de moradia popular e destinada aos trabalhadores operários do início do século XX o professor Bonduki através de uma busca sobre os relatórios da época, transcreve

> O cortiço ocupa comumente uma área no interior do quarteirão: quase sempre um quintal e um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer.
>
> Um portão lateral da entrada por estreito e comprido corredor para um pátio com 3 a 4 metros de largo nos casos mais favorecidos. Para esse pátio, ou área livre, se abrem as portas e janelas de pequenas casas enfileiradas, com os mesmos aspectos, a mesma construção, as mesmas divisões internas e a mesma capacidade. Entre nós esses cortiços se caracterizam: 1) pela má qualidade e impropriedade das construções; 2) pela falta de capacidade e má distribuição dos aposentos, quase sempre sem luz e sem a necessária ventilação; 3) pela carência de prévio saneamento do terreno onde se acham construídos; 4) finalmente, pelo desprezo das mais comezinhas regras de higiene doméstica.
>
> Raramente cada casinha tem mais de 3 m de largura, 5 a 6 m de fundo e altura de 3 m a 3,5 m, com uma capacidade para quatro pessoas, quando muito.
>
> São essas casinhas, em geral, assoalhadas, forradas nos cômodos de dormir e na sala da frente, sem outro sistema da ventilação que o natural por intermédio das janelas e portas. No cômodo do fundo, onde não há assoalho nem forro, nem mesmo ladrilhos, assenta um fogão ordinário e rudimentar com chaminé que pouco funciona em vista de sua má construção e do pouco cuidado que se lhe tem. Daí vem que o interior dessas pequenas casas tem as paredes enegrecidas e pouco asseadas, do teto já se lhes não conhece a pintura sob a camada do sujo das moscas. As paredes com quadros de mau gosto têm o reboco ferido por uma infinidade de pregos e tornos de

> que pendem vários objetos de uso doméstico e a roupa de serviço. Os móveis desagradavelmente dispostos têm sobre si empilhadas peças de roupa para lavar.
>
> O cômodo de dormir, aposento que ocupa o centro da construção, não tem luz nem ventilação nem capacidade para a gente que o ocupa à noite. De ordinário no ato de dormir é essa peça hermeticamente fechada. A família toda aí se agasalha em número de quatro a seis pessoas e os móveis acumulados tomam por um terço a capacidade do aposento.
>
> O assoalho jamais se lava, com exceção daquelas habitações ocupadas por famílias alemãs, ou de gente do norte da Europa, onde o asseio é quase sempre irrepreensível. A crosta de lama que o encobre não deixa reconhecer a madeira, e tudo se mostra sob um aspecto nojento e insalubre. A umidade do solo sobe pelas paredes puindo o papel ordinário que as reveste e danificando o assoalho que não é ventilado e se assenta diretamente sobre o terreno.
>
> Tal é o tipo de casinha ou cubículo que constitui a unidade do cortiço.
>
> Na área livre, que pouco mais é do que um simples corredor, há assentado um ralo para esgoto, uma torneira para água, um tanque para lavagem e uma latrina, de ordinário, muito mal instalada. Só ultimamente que essas áreas têm sido calçadas ou cimentadas: ainda assim há cerca de 50% delas que estão carecendo de tal benefício. Em algumas as sarjetas para a drenagem superficial nem sequer existem, ficando a água de lavagem ou da chuva empoçada do modo mais prejudicial.
>
> O número de torneiras para água nem sempre está em proporção com a população do cortiço e com os gastos que essa gente faz diariamente, e por isso ainda se vê um bom número de casas a água de poço utilizada para vários serviços domésticos e até para beber.
>
> As latrinas também não guardam proporção com o número dos habitantes.
>
> Jamais sem essas latrinas servidas d´água e as bacias de barro vidrado cobertas por um imundo caixão de pinho, apoiado em solo encharcado de urina fétida, complementam o tipo de dependência bem característica do cortiço. (BONDUKI, 2017, p.32,33.)

Em uma etnografia realizada sobre o cortiço Joaquim Murtinho localizado no Bom retiro, Kowarick (2017) nos apresenta uma estrutura física que pouco se diverge da apresentada acima, esse tipo de moradia ainda se caracteriza por cômodos sem janelas externas, situados nos porões úmidos, sujeitos a infiltrações, a problemas higiênicos do uso recorrente de banheiros coletivos e da presença de ratos e baratas atraídos pela presença do descarte inadequado do lixo produzido.

Porém quando questionado pelo autor a justificativa da insistência de se viver em tais condições de extrema adversidade, o autor recebeu como justificativa a vantagem de estar no centro como colocado

> As periferias são distantes disso tudo: empregos formais significam horas de ônibus, mais trajetos a pé, e, quando chove, é aquela lama que não pode ser vista no local de emprego. A escola é longe e, na medida em que as crianças crescem, fica cada vez mais longe. E aí o perigo também aumento, com a presença de drogas e de um código de honra que mata sem motivos aparentemente banais. Essa é a grande distância vista pelos moradores dos cortiços: a favela ou a casa da periferia é local de assalto, onde ninguém pode andar sozinho, lugar de bandidagem e muitos

> homicídios. Lá falta emprego, serviços e equipamentos públicos de saúde e de educação, e não há o borbulhar prazeroso que o centro oferece para as pessoas que querem se distrair longe do aparelho de televisão. (KOWARICK, 2011. p. 88)

São espaços como descritos acima que são o foco e a imagem de justificativa dos projetos de intervenção na região, com uma ênfase sobre a insalubridade, o superpovoamento e os aspectos precários que tomam as ruas do centro velho da cidade, apresentando poucas referências sobre a população que habita esses espaços. Como justificativa ao projeto Nova luz, o secretário de Coordenação das Subprefeituras e Subprefeito da Sé, Andréa Matarazzo, afirmou

> o objetivo da intervenção urbana na região da Luz, é dar mais vida àquela região que por mais de 30 anos estava abandonada pela municipalidade, com os melhores equipamentos culturais do Brasil no entorno e com uma atividade econômica potencial, forte e expressiva para o município. Paralelamente às intervenções, também buscamos estimular novos empreendimentos. (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 2005, p.6)

Planos higienistas com discursos de justificativas sobre uma revitalização do abandono não são uma novidade nem mesmo um modelo presente apenas nos projetos recentes para as cidades brasileiras, eles estão na base da gênese de se pensar e interferir no urbano e foi apontado por Harvey, como estratégia de justificativa do projeto da construção da Paris moderna de Napoleão.

> Em um registro prático, os higienistas da Monarquia de Julho… apresentavam cada vez mais evidência das péssimas condições de vida a que estava submetida grande parte da população urbana de Paris quanto das províncias. Embora encarassem a limpeza e as medidas de saúde pública como soluções (particularmente para o flagelo da cólera), tais relatos eram ampliados de modo a alimentar sentimentos que iam desde a repugnância fourierista aos fracassos da civilização até o anseio romântico pelo retorno a alguma relação mais saudável com a natureza. As condições que deram origem a esse sentimento estavam intimamente ligadas à aceleração do ritmo do desenvolvimento capitalista. (HARVEY,2015, p.330)

Ainda em Harvey (2015), observamos como a legislação à época com a ideia de transformar a cidade no cenário metropolitano moderno se recusava ver que a antiga cidade podia apresentar um senso de comunidade sólido e permanente. Da mesma forma entendemos o manejo da prefeitura quanto ao centro de São Paulo ao apresentar um projeto como o Nova luz que se propõe como espaço um espaço de indivíduos "múltiplos", na qual essa multiplicidade é desenhada de maneira uma delimitada[14], e que possuem características fluidas e nômades.

[14] Nos aprofundaremos nessa questão no terceiro capítulo da tese trazendo uma reflexão sobre o tipo de indivíduo moderno pretendido por esse modelo de cidade.

Porém, estamos falando do centro da cidade de São Paulo, um espaço característico por apresentar um histórico de lutas sociais urbanas consagradas dentro da história dos movimentos sociais no país. Como no título do artigo da Antropóloga Stella Z. Paterniani *Quem não luta, tá morto: política e vida no centro da cidade* (*In* Kowarick, 2016), o senso comunitário segue presente na região a partir de um elo de luta por permanência, pelo direito à moradia e pela sobrevivência.

> "Não podemos esperar nada dos políticos ou da política. O que vai vir para nós é com luta, muita luta. Nossa resistência, que tem que ser permanente. Não é dizer 'Vamos eleger o Fernando Haddad que teremos casa', mas sim: 'Vamos elegê-lo e cobrá-lo'. É mentira dizer que ela vai dar casa. Só vai dar se tiver pressão popular" [Nelson, 2012, caderno de campo]. (PATERNIANI *IN* KOWARICK, 2016. p.321)

E assim se manifesta ainda o sentido de comunidade no bairro que em contraposição à abordagem que equaciona a recuperação do centro pela priorização da questão da limpeza, da higiene e da segregação social, tem nesses movimento um movimento comunitário com o objetivo de pleitear voz e espaço dentro dos processos de revitalização atuando em uma concepção de reforma urbana mais ligada aos direitos constitucionais e ao direito de permanência e cidadania urbana.

Como exemplo dessa luta comunitária em torno do projeto Nova Luz temos a experiência da associação AmoaLuz e suas manifestações e mobilizações em torno das questões de permanência no bairro.

2.3.4 Associação Amoaluz

Ao adentrar a área central da cidade de São Paulo, nos deparamos com uma grande gama de moradores, ruas de grande comércio e de grande relevância política nas questões voltadas às demandas urbanas com várias associações de moradores, de moradores em situação de rua, moradores de ocupações e comerciantes. Assim, o bairro vivencia as tensões de um projeto de requalificação urbana que pretende criar um "novo bairro", sem priorizar a diversificação de moradores, trabalhadores e comerciantes da região, que, já nas primeiras entrevistas, se colocam como exemplos dessa diversidade de atores sociais.

> Aqui, na região da Luz, reside uma gama de moradores muito grande, existe uma diversidade de moradia. Segundo a prefeitura, nós somos 11,6 mil moradores, mas eu acredito que tenha mais, porque as ocupações e os cortiços não foram contados e não estão na lista. A diversidade de moradia precisa ser contada, olhada e respeitada. A gente tem também uma diversidade cultural muito grande. Sou filha de

> imigrantes, meu pai é argentino, e esse é outro perfil de morador da região (P.R., moradora do bairro da Luz) [15].

Em minhas primeiras inserções no bairro, foi possível dialogar com moradores, porteiros e comerciantes que estavam nas ruas. Todos relataram que jamais tiveram qualquer contato da prefeitura para esclarecimento e diálogo sobre o projeto Nova Luz. As informações vinham pelos jornais e televisão, ao mesmo tempo em que quarteirões inteiros eram demolidos. Essa falta de diálogo da prefeitura com os moradores e comerciantes fez com que um pequeno grupo de moradores passasse a se mobilizar, construindo dentro do bairro pequenas ações de intervenções nas ruas dos bairros, para alertar a toda região os reais objetivos do projeto Nova Luz e suas consequências para os moradores e comerciantes locais. Com um megafone e distribuindo panfletos, esse pequeno grupo passa a ir às ruas do bairro convocando os moradores para a criação de reuniões abertas no intuito de se criar diálogo e mobilização entre a comunidade da região central da cidade.

Em um primeiro momento, essas mobilizações foram organizadas e realizadas por duas jornalistas, moradoras do bairro: Paula Ribas e Camila Oliveira. A tática do microfone trouxe um efeito: um pequeno número de moradores começou a se reunir em um salão situado em cima de uma padaria da região, padaria Aurora, que se intercalava com outros espaços dentro do bairro, dependendo do número de participantes. O objetivo dessas primeiras reuniões era o de debater o projeto Nova Luz, como também se preparar politicamente para as audiências públicas que começaram a ocorrer no bairro, como parte do processo de implementação do Nova Luz.

Com o decorrer do aumento no número de pessoas interessadas nas reuniões e, principalmente, com a participação nas audiências públicas, o pequeno grupo viu a necessidade política e jurídica de se fundar a Associação Amoaluz – Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz, composta por um pequeno grupo de pessoas de moradores, comerciantes e representantes de movimentos sociais e associação. Nesse mesmo período, o projeto começou a entrar em pauta nos jornais locais e em discussões de cunho acadêmico, visto que as primeiras intervenções da prefeitura começavam a acontecer, com derrubada de prédios e ações por parte da Polícia Militar em relação aos usuários de drogas da região.

---

[15] Entrevista concedida em 5/02/2012 no bairro da Luz.

Entrando nessa onda, a associação criou um canal na internet, o blog *Apropriação da Luz*, como ferramenta de divulgação e promoção da associação, objetivando aumentar a força política de suas ações e denunciar as irregularidades do projeto Nova Luz. A página virtual realmente aumentou sua visibilidade, levando a Associação Amoaluz a falar em jornais, eventos acadêmicos e produções audiovisuais independentes. Interessante observar que os meios de comunicação, desde o início da mobilização, foram um grande instrumento para a associação.

Por meio do blog e de canais alternativos da web, detalhados mais adiante neste trabalho, a associação postava vídeos de mobilizações e audiências públicas, e organizava discussões com estudiosos e profissionais da área, a fim de informar sobre aspectos das renovações urbanas e direitos da sociedade civil – criando uma resistência política e cultural através da comunicação.

Com o andamento das mobilizações, as aparições em programas e as polêmicas cada vez mais latentes em volta do projeto, as reuniões do movimento começaram a receber cada vez mais pessoas, fazendo com que a associação tomasse uma decisão importante para o desenrolar de suas atividades: modificar o local das reuniões, que passaram a ocorrer dentro da ocupação Mauá.

A ocupação Mauá se trata de um prédio, ocioso até 2007, que serve de base de luta do movimento social em torno das questões de habitação social no centro de São Paulo, o MSTS. É interessante observar que essa ação da associação marca o início do rompimento das barreiras sociais, já que moradores e comerciantes que jamais haviam visitado uma ocupação passam a enfrentar esse preconceito. Esse cenário aumenta o diálogo entre os moradores das ocupações e o restante da população do centro. A ida para a ocupação Mauá trouxe alguns aspectos importantes a serem destacados.

No começo das mobilizações, quando as reuniões ocorriam em menor número de pessoas, elas aconteciam de forma mais horizontalizada, com cadeiras em círculos e maior tempo de abertura para as falas.

Com o aumento de adeptos nos encontros, as reuniões passaram a ocorrer de maneira mais representativa. Representantes dos movimentos sociais e das associações detinham o maior tempo de fala e conduziam as reuniões. A própria Associação Amoaluz passou a

possuir uma presidente, com a função de conduzir as reuniões e representar a associação em todos os eventos e entrevistas. Nesse momento, é impossível compreender quantas pessoas fazem parte da Associação Amoaluz, visto que muitas que passaram a frequentar as reuniões eram militantes do MSTS, sem qualquer vínculo com a associação e que estavam ali para debater a questão da moradia dentro do projeto de requalificação, assim como os comerciantes que iam representar sua associação, com o intuito de trazer para a discussão as questões em torno das áreas comerciais do bairro.

Importante ressaltar que esse interesse por parte dos membros do MSTS e por parte da associação de comerciantes em fazer parte das reuniões da Associação Amoaluz aconteceu porque a associação conseguiu reuniões com a prefeitura, graças à exposição que teve nos meios midiáticos e nos meios acadêmicos. As reuniões com a prefeitura se deram com o objetivo de conquistar uma maior participação da comunidade local no processo de elaboração e execução do projeto Nova Luz, como demonstrado abaixo, nas atas das duas primeiras reuniões.

Reunião 1

Projeto Nova Luz

Reunião setorial com a moradia. 24/03/11. Local: PMSP – Ed. Martineli 18 andar

Presentes:

Miguel Bucalem (SMDU), Ricardo Pereira Leite (SEHAB), Domingos Pires (SP Urbanismo), Luiz Ramos (SMDU), Camila Maleronka (SP Urbanismo), Maria Estela (SMDU), Alonso Lopez (SEHAB), Angela Barbon (COHAB), Marília Fernandes (SP Urbanismo), Marianne Biele e Claudia Cid (Consórcio Nova Luz).

Entidade: Amoaluz

Pauta 1:

Processo Participativo

- A Amoaluz declarou a insatisfação em saber que estavam ocorrendo reuniões setoriais apenas com a Associação de Comerciantes da Santa Ifigênia, sem a participação dos outros atores envolvidos.

- A PMSP informou que iniciou as reuniões setoriais com os comerciantes por considerar a posição deles mais problemática, e que reuniões com os moradores também estavam previstas.

- A Amoaluz solicitou à PMSP que fossem realizadas reuniões com todos os grupos envolvidos e que, além das reuniões setoriais entre moradia e comércio, também ocorressem reuniões mensais com a participação de todos os envolvidos.

- A Amoaluz questionou a falta de comunicação e de transparência no projeto Nova Luz e solicitou que as atas de reuniões e as agendas das mesmas fossem publicadas no site do projeto Nova Luz, de forma a construir um processo participativo aberto, transparente e democrático.

- A Amoaluz perguntou sobre a formação do Conselho Gestor do projeto Nova Luz e sobre o Conselho Gestor da ZEIS, que já deveria ter sido implantado à medida que estamos debatendo a ZEIS.

- A PMSP informou que iniciará as reuniões setoriais com todos os grupos e irá avaliar a possibilidade de ter reuniões gerais, bem como de publicar as atas no site do projeto. Informou que os Conselhos estão sendo formados, porém sem data prevista para iniciar.

Pauta 2:

Cadastramento dos Moradores

- A AMOALUZ afirmou que quer contribuir para o cadastramento dos moradores, pois o considera importante para o detalhamento do projeto e a identificação dos moradores e comerciantes na área. Porém, solicita:

- Que os comerciantes também sejam cadastrados, e não apenas moradores.

- Que o cadastrado receba um protocolo informando que foi cadastrado para fins do projeto Nova Luz no dia x.

- Que os resultados e a tabulação destes resultados sejam públicos e acessíveis à população e aos atores envolvidos.

- Que seja revisto o item do cadastro que pede para que o entrevistador "não pergunte, apenas observe" as condições do imóvel, à medida que o entrevistado deve ter plena ciência de todos os itens avaliados pelo cadastro, a ser feito de forma transparente e pactuada.

- A PMSP informou que os comerciantes também serão cadastrados (sem previsão da data de início); que os dados serão públicos e que irá rever o item que não informa o cadastrado sobre a avaliação do entrevistador.

- A PMSP ficou de dar retorno perante a solicitação de fornecer um protocolo às pessoas cadastradas.

Fonte: Blog Apropriação da Luz[16]

[16] Disponível em: http://apropriacaodaluz.blogspot.com.br/. Acesso em: 20/05/2016.

Reunião 2

Projeto Nova Luz

Reunião setorial com a moradia. 28/03/11. LOCAL: PMSP – Ed. Martineli 18 andar

Presentes:

Domingos Pires (SP Urbanismo), Luiz Ramos (SMDU), Alonso Lopez (SEHAB), Maria Estela (SMDU).

Entidade: Amoaluz

Pauta 1:

Apresentação do Plano Preliminar de Urbanização de ZEIS

- A Amoaluz iniciou a reunião perguntando se já havia definições sobre as solicitações da reunião passada, sobretudo protocolo para o cadastro, atas das reuniões publicadas e agenda de reuniões com todos os grupos envolvidos.

- A PMSP não tinha ainda resposta sobre o protocolo nem sobre a publicação das atas. E informou que a próxima reunião de moradia chamaria os outros grupos ligados à habitação. Porém as reuniões unindo comerciantes e moradores não haviam sido agendadas ainda.

- A PMSP e o Consórcio Nova Luz apresentaram o Plano de ZEIS, informando a demanda de habitação, a quantidade e dimensionamento de unidades propostas, os equipamentos sociais e espaços públicos previstos etc.

- A Amoaluz questionou os critérios para intervenção na área do projeto Nova Luz, que atua sobre áreas produtivas, consolidadas e que exercem atividade no local há muitos anos e são pontos de referência para a região e muitas vezes para o restante da cidade. Os critérios de manutenção das áreas são apenas materiais (legislação de preservação, porte da edificação, características paisagísticas e arquitetônicas), não considerando a relevância das atividades existentes, seu grau de produtividade, sua importância local e seu significado como patrimônio imaterial.

- A Amoaluz afirmou que o projeto deve ser pensado quadra a quadra, identificando as atividades produtivas que mereçam ser mantidas ou requalificadas e áreas vazias ou subutilizadas que não cumprem a função social da propriedade e podem ser objeto de transformação. Há a necessidade de que estabeleçam outros critérios para a manutenção das áreas que não são apenas os construtivos.

- A Amoaluz afirmou a necessidade de o projeto atuar na requalificação das áreas produtivas, e não apenas na sua demolição, seja comércio, serviços ou moradia, melhorando sua estrutura e permitindo que elas permaneçam onde estão e mantenham as relações sociais preexistentes.

- A PMSP informou que precisavam ser definidos critérios objetivos para a escolha das áreas de intervenção e, por isso, foram usados somente critérios construtivos, já que os outros eram imprecisos. Outra justificativa para a grande área de intervenção é a de a Nova Luz ser uma zona de centralidade, com muita infraestrutura de transporte disponível e com a possibilidade de absorver uma densidade muita maior que a existente e, por isso, o projeto é baseado no conceito de Cidade Compacta, que pretende ampliar as possibilidades de uso da área.

- A PMSP se prontificou a receber sugestões para a definição de outros critérios que não apenas os construtivos.

- A Amoaluz mencionou a sobreposição de políticas públicas: projeto Nova Luz e Programa de Cortiços. O projeto Nova Luz propõe demolir áreas onde estão cortiços e o Programa de Cortiços é pautado na manutenção e requalificação dos cortiços nas áreas centrais.

- A Amoaluz afirmou que os cortiços, quando em condições de habitabilidade adequadas, deveriam ser excluídos das áreas de transformação, e mantidos como habitação coletiva adequada à Lei Moura. Contudo, sua população pode receber prioridade na ocupação das ZEIS. Porém, é necessário pensar mecanismos que garantam a habitabilidade e permanência da população na área, até a implantação das habitações sociais. A moradia provisória é outro item para ser considerado, a ser realizada durante o menor tempo possível e com garantia firmada em contrato, para não ocorrer como no caso das demolições dos Edif. São Vito e Mercúrio. O ideal é que as famílias só desocupem suas casas quando receber a habitação definitiva.

- O SEHAB informou que seria melhor ter outros representantes de organização civil com foco em moradia presentes na próxima reunião, onde seria passado novamente o slide com o plano detalhado da ZEIS. O SEHAB ficou responsável por entrar em contato com os outros grupos.

- Ficou prevista uma próxima reunião, a ser realizada no dia 30 de março, para reapresentar o Plano de ZEIS para os demais grupos civis organizados, e no dia 01 de abril uma reunião para tratar das regras que gerem as ZEIS.

Fonte: Blog Apropriação da Luz[17]

[17] Disponível em: http://apropriacaodaluz.blogspot.com.br/. Acesso em: 20/05/2016.

Em um primeiro momento, essas reuniões consentidas pela prefeitura foram vistas como um grande passo na tentativa de se reelaborar o Nova Luz. Porém, com o avanço dessas reuniões, a associação, e o grupo que se formou em volta dela, percebeu que tais encontros em nada ajudavam no processo de transformar o processo de requalificação do centro em um processo participativo. Assim, com ajuda de outros movimentos sociais da região e com a assessoria da comunidade acadêmica, a associação apresentou uma carta à Secretaria Municipal de Habitação, com o objetivo de criar um conselho gestor dentro da área demarcada pelo Nova Luz.

Proposta de formação do Conselho Gestor da ZEIS

11/05/11 às 21h01

Amoaluz – Associação dos Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz

São Paulo, 03 de maio de 2011

Ao Sr. Alonso Lopes, representante da Secretaria Municipal de Habitação, Sr. Luiz Ramos, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, e equipe técnica do Consórcio Nova Luz.

A Amoaluz, Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz, formada por moradores, comerciantes, usuários da região e demais integrantes da sociedade civil, vem por meio deste documento, juntamente com os movimentos sociais que atuam na região, apresentar uma proposta para a formação do Conselho Gestor da ZEIS 3, inserida no perímetro do projeto Nova Luz.

Inicialmente, cabe ressaltar que as diretrizes apresentadas pelo projeto Nova Luz para o Plano de Urbanização de ZEIS, bem como a indicação dos prédios a serem demolidos e a permanecer, são propostas preliminares que deverão ser aprovadas pelo Conselho Gestor da presente ZEIS, conforme descrito no item 2.2, pág. 24, do Termo de Referência que rege o contrato do projeto Nova Luz:

"As diretrizes para o Plano de Urbanização de ZEIS deverão ser aprovadas pela contratada junto ao Conselho Gestor da ZEIS. SUBPRODUTO 2.2: Diretrizes para o Plano de Urbanização de ZEIS aprovadas junto ao Conselho Gestor das ZEIS: Relatório especificando justificadamente: o programa preliminar de atividades e intervenções consideradas para o perímetro das ZEIS, com as respectivas distribuição e localização territorial; identificação dos imóveis a serem objeto de concessão e para estes, caracterização dos usos pretendidos; estimativa de incremento de postos de trabalho; estimativa de população a ser atendida, indicando o número de unidades habitacionais e a tipologia definida em função de perfil do morador; relação dos imóveis a preservar e das áreas e imóveis a valorizar criando elementos referenciais. PRAZO: Cinco semanas, a partir da entrega do subproduto 1.1."

Apresentamos a seguir a proposta de formação do Conselho Gestor da ZEIS, elaborada com base nos conselhos já existentes, como o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo e na legislação correspondente à formação dos Conselhos: Plano Diretor (Lei 13.430 de 13 de Setembro de 2002) e Decreto nº 45.127, que dispõe sobre as ZEIS e seus Planos de Urbanização.

Propomos para o Conselho Gestor da ZEIS 3, inserida no perímetro do projeto Nova Luz, um Conselho tripartite, formado por:

I. Representantes do poder público

Deve incluir, conforme definição do Plano Diretor, as representações da SEHAB e da subprefeitura envolvida, no caso a Subprefeitura da Sé. Os demais integrantes ficam a critério da Secretaria Municipal de Habitação.

II. Representantes de entidades comunitárias e de organizações populares

Deve incluir as entidades ligadas diretamente à questão habitacional do projeto Nova Luz. Propomos que a escolha das entidades que farão parte do Conselho seja uma decisão pactuada entre as mesmas, e não por voto, à medida que as entidades que apresentam interesses em comum possam decidir por quem serão representadas.

III. Representantes da sociedade civil: moradores da área do projeto Nova Luz

Deve incluir obrigatoriamente um representante de cada categoria afetada pelo projeto Nova Luz, considerando que cada grupo descrito abaixo é impactado de forma distinta pelas diretrizes do projeto Nova Luz:

1. Proprietários de imóveis habitacionais a serem demolidos;

2. Inquilinos de imóveis habitacionais a serem demolidos;

3. Proprietários de imóveis habitacionais a permanecer;

4. Inquilinos de imóveis habitacionais a permanecer;

É importante ressaltar ainda os seguintes pontos:

- A ZEIS 3 trata de intervenção em área subutilizada, e as habitações a serem construídas receberão mais moradores do que os que estão hoje no perímetro da ZEIS. Portanto, os representantes de proprietários e inquilinos devem incluir moradores de toda a área contida no perímetro da Nova Luz e não apenas os moradores da área de ZEIS, à medida que os moradores dos prédios demolidos e transformados de todo o perímetro da Nova Luz deverão ter o direito de ocupar as novas habitações construídas na área de ZEIS. O Artigo 178 do Plano Diretor define que deverá ser garantida a participação “da população moradora da ZEIS, ou daquela para a qual as ZEIS estiverem destinadas”.

- Conforme descrito no § 7º do Decreto nº 45.127, que dispõe sobre as ZEIS e seus Planos de Urbanização, "caberá ao Conselho Gestor elaborar e aprovar seu Regimento Interno, bem como a forma de participação da população e de organizações não-governamentais atuantes na área, em suas discussões e nas deliberações referentes ao Plano de Urbanização".

- Acreditamos ser de fundamental importância que a Defensoria Pública e o Ministério Público atuem junto ao Conselho Gestor como entidades de acompanhamento e monitoramento do processo em curso, podendo acompanhar as reuniões do conselho e orientar as decisões visando o interesse coletivo e a defesa dos direitos humanos.

Atenciosamente,

Amoaluz (Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz)

Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça (Ocupação Mauá)

UMM (União dos Movimentos de Moradia)

ULC (Unificação da Luta de Cortiços)

Apoio:

GARMIC (Grupo de Articulação para a Conquista da Moradia do Idoso da Capital)

FLM (Frente de Luta da Moradia)

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

MNPP (Movimento Nacional da População de Rua)

MSTC (Movimento dos Sem Teto do Centro)

ASTC (Associação dos Sem Teto do Centro)

MMRC (Movimento de Moradia da Região Centro)

MMC (Movimento de Moradia do Centro)

Fonte: Blog Apropriação da Luz[18]

A partir dessa carta, e com uma pressão social realizada por parte da associação e dos movimentos envolvidos no processo de elaboração da proposta de formação do conselho gestor, um conselho gestor de ZEIS 3, do projeto Nova Luz, foi fundado em junho de 2011.

[18] Disponível em: http://apropriacaodaluz.blogspot.com.br/. Acesso em: 20/05/2016.

Esse foi o primeiro conselho fundado no país para debater moradias já urbanizadas. O conselho foi elaborado com base na legislação correspondente à formação dos conselhos e no conselho gestor já existente, o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, bem como, de acordo com o Plano Diretor (Lei 13.430 de 13 de setembro de 2002) e Decreto nº 45.127, que dispõe sobre as ZEIS e seus Planos de Urbanização.

Esse conselho municipal foi constituído por um conselho tripartite, formado por representantes do poder público, representantes de entidades comunitárias e de organização popular, e representantes da sociedade civil, formado por moradores da região do projeto Nova Luz. O conselho buscou dialogar e trazer temas ao projeto no que tange a questões ligadas à qualidade de vida, equilíbrio, otimização dos espaços públicos e sustentabilidade. Trata-se de um mecanismo democrático que, desde sua formação, encontrou resistências dos órgãos públicos, causadas pela falta de inclusão e transparência em todo o projeto de construção e execução do projeto Nova Luz.

Um fato interessante observado, no que diz respeito aos interesses dentro da associação, é que, antes da criação dos conselhos, seus membros eram divergentes. Comerciantes, moradores e representantes de movimentos de habitação não eram unificados, e cada categoria defendia propostas e ideias próprias. Por esse motivo, notava-se até mesmo um distanciamento dos grupos dentro das próprias reuniões da associação. Com a criação do conselho, houve uma aproximação dessas classes, criando um elo entre todos os envolvidos. Outro ponto interessante é a crescente importância que a associação afirmou de se utilizar da comunicação para fortalecer vitórias e continuar os diálogos e discussões sobre o centro de São Paulo.

A associação criou um novo canal de comunicação na internet, além do blog *Apropriação da Luz*, a Associação Amoaluz criou uma TV Web *Apropriação Da Luz*, em parceria com o coletivo *Casa Fora do Eixo*, e com o grupo de teatro *Cia Pessoal do Faroeste*. A TV Web tem programas que visam interagir com as ações propositivas que já acontecem no bairro e dar espaço aos protagonistas dessas ações em prol da região central. Além disso, discute saídas para a requalificação do espaço do centro. Os programas foram transmitidos ao vivo por sites, blogs e redes sociais na internet e contaram com a participação de pessoas ao vivo, com convite aberto no blog da associação e também com perguntas e colocações de internautas através das redes sociais. Isso mostra que parte da força da associação se deu pelos

mecanismos que as novas tecnologias vêm oferecendo para movimentos sociais contemporâneos.

Com o decorrer do conselho e a mudança de gestão da Prefeitura de São Paulo, a associação conquistou vitórias importantes. A primeira e mais importante foi a decisão da justiça que ordenava a Prefeitura de São Paulo refazer o projeto Nova Luz. Tal ordem levou o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, eleito em outubro de 2012, a engavetar o projeto, e elaborar um projeto de escala e impactos menores para o bairro. Outras vitórias vieram na posição que a associação ganhou por meio de seus porta-vozes em discussões dentro dos órgãos públicos de São Paulo, como, por exemplo, a discussão da revisão do plano diretor.

A experiência descrita acima nos mostra como o senso de comunidade ainda é presente dentro da região e que quando utilizado de maneira estratégica e política traz resultados momentâneos, mas de importância quanto ao movimento de luta e resistência aos projetos de revitalização da cidade.

Assim, por parte da legislação é preciso criar mecanismo de enfrentamento a essas mobilizações, mas de uma maneira técnica e que desqualifica burocraticamente qualquer tentativa de reação popular quanto a seus planos de reforma urbana.

E é nesse contexto e com esse objetivo que se reinventa e se espalha pela cidade a retomada modelo de operação urbana das Parcerias Público-Privadas de “pequeno porte” com uma nova tipologia de habitação que iremos analisar abaixo.

2.4 A Nova tentativa de retomada Populacional

A autora Mariana Fix em seus dois livros (2001, 2007) analisa a partir dos projetos de construção do Centro empresarial Nações Unidas e as Operações Urbanas Água Espraiada e Faria Lima, a forma como vieram ocorrendo os processos de renovação urbana pela cidade de São Paulo. Em sua análise, o modelo de operação urbana foi apresentado como a "fórmula mágica” para viabilizar intervenções em tempo de crises fiscais.

Foram projetos formulados para os espaços do centro expandido da cidade a partir de uma nova metodologia conhecida como parceira Público-privado em que a partir de uma justificativa de crise fiscal, o Estado passa a assumir um papel apenas de "promotor" de grandes projetos urbanos que seriam dirigidos pela iniciativa privada a fim de se adequar a cidade as novas demandas do mercado global.

Assim, novas estratégias urbanas foram produzidas baseadas em pressupostos que indicavam que o caminho que leva ao desenvolvimento econômico brasileiro capitalista passa pela adaptação das cidades brasileiras aos novos parâmetros que o mercado globalizado passou a exigir.

Porém, com o desenrolar dos projetos implementados a partir dessas normativas a pesquisa desenvolvida por FIX (2007) identifica-se que esse movimento acarretou apenas uma reciclagem da velha fórmula especulativa no que se refere à política urbana paulista.

Essas operações urbanas aparecem por várias regiões da cidade e que segundo Fix,

> … cada Operação Urbana define um perímetro para o qual estipula as novas regras, como um volume de "potencial construtivo" que pode ser vendido aos proprietários dos lotes da região, e um programa para a utilização dos recursos, que, ao invés de aplicá-los em habitação de interesse social, os destina a obras e serviços dentro da própria área definida. Desse modo, possibilita a reordenação de grandes áreas da cidade. (FIX, 2001, p.77)

São operações que costumam se concentrar nas regiões da cidade de maior interesse para o mercado imobiliário e carregam o interesse especulativo de fazer pressão nos órgãos públicos para a realização de novos investimentos não direcionados para empreendimentos de caráter social, como habitações, mas sim que viabilizem uma maior concentração de capital especulativo para a região, como avenidas e vias expressas.

Os casos apresentados por Fix e o caso apresentado por esse trabalho, o Nova Luz, são parte de uma mesma metodologia que busca a partir da expansão do capital imobiliário, constituir novas centralidades, que a partir de um primeiro incentivo Estatal para as regiões, como a construção de áreas de consumo, lazer e de fluxo econômico, reconstruir a cidade tendo como protagonista o mercado imobiliário.

No caso estudo, o desenrolar do processo de tentativa de renovação das regiões da Santa Ifigênia e do Bairro da Luz é uma manutenção da lógica apresentada por Fix, mas que ganha menores recortes de extensão sendo desmantelado em pequenos projetos de renovação

por Parceria Público-privada que recorta a totalidade do Bairro em pequenas Operações Urbanas com o intuito de barrar grandes mobilizações políticas e jurídicas contra os projeto é a lógica do divide-se para impor sem contestações.

Agora analisaremos um desses projetos que do ponto de vista social, econômico e político que mais impacta a região visto que se trata do modelo de habitação previsto para a região central da cidade.

2.4.1 A PPP habitacional do Centro

No ano de 2017 o então governador Geraldo Alckmin lançou mais um projeto de renovação urbana para a região central da cidade cujo foco principal era uma renovação urbana, a partir da ocupação do espaço com o objetivo novamente de solucionar as questões ligadas à Cracolândia.

O primeiro passo do projeto foi a construção de torres habitacionais localizadas no Complexo Júlio Preste localizados nas quadras 37 e 38 do bairro e a construção de um Hospital na quadra 36 próximos a estação Júlio Prestes que ainda conta com a intervenção de demais espaços da região para a construção de escola de música e área comercial no entorno, todos os terrenos disponibilizados pela prefeitura.

A construção das torres habitacionais foi realizada pelo escritório de arquitetura Biselli Katchborian Arquitetos Associados e teve a execução realizada pela construtora Canopus, vencedora da licitação.

As unidades dos apartamentos contam apenas com duas tipologias de apartamentos que se dividem em apartamentos de 1 ou de 2 quartos. Segundo pesquisas realizadas pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz[19] , o bairro possui uma outra variedade de arranjos familiares existentes na região em que as famílias são compostas por 5 a 7 pessoas.

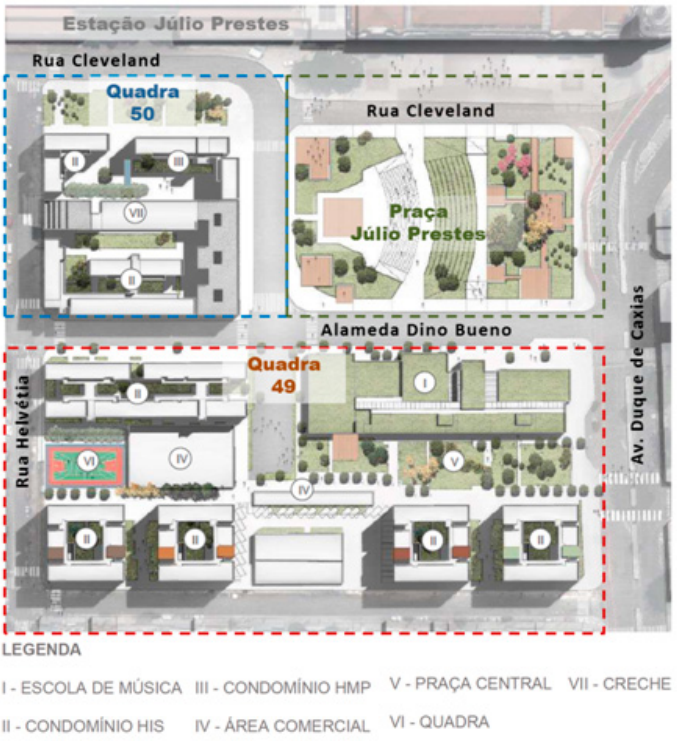
O descompasso com a realidade do bairro e seu entorno não se limitam aos projetos das unidades habitacionais. O projeto previa caminhos arborizados, áreas livres e grandes vãos

[19] Coletivo que reúne instituições e pessoas das mais diversas áreas que atuam na região da Luz, em São Paulo, ele existe desde maio de 2017 e nasceu como frente de reação às ações violentas e autoritárias do poder público na região central da cidade. O objetivo do Fórum é propor alternativas, a partir do diálogo com os moradores e comerciantes, que garantam mais qualidade de vida à população do bairro. Site: https://mundareudaluz.org/sobre-o-forum/

abertos entre os edifícios, mas como parte dos apartamentos já estão ocupados e já há relatos de violência por parte desses moradores, hoje os prédios são cercados por muros, grades, arames e portarias e seus moradores se mobilizam para que esses sistemas de isolamento continuem pois temem o entorno a qual estão submetidos, o cotidiano da cracolândia.

O projeto que tem como base a renovação da região por meio de uma mudança na tipologia populacional da região, conta também com a construção de outros aparelhos urbanos como escolas, quadras e praças. A prefeitura optou por começar com a construção das torres habitacionais pois assim ocorreria uma primeira inserção desses novos moradores que foram contemplados com uma habitação a partir do financiamento privado da casa própria, o que já traria um benefício rápido aos parceiros privados que estão realizando o projeto.

Figura 8 - Projeto de PPP da habitação no centro da cidade de São Paulo



fonte: Site da prefeitura da Cidade. http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=13

Figura 9 - Maquete online do Projeto de PPP da habitação no centro da cidade de São Paulo

fonte: Site da prefeitura da Cidade. http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=13

2.4.2 O recorte populacional na PPP

O público alvo para essas habitações são as famílias com renda bruta mensal de até 10 salários-mínimos, sendo que no mínimo 90% das unidades habitacionais devem ser ofertadas à população com renda bruta mensal familiar de até 5 salários-mínimos, sendo também necessário que a população contemplada atenda aos seguintes requisitos: não ser proprietário e não possuir financiamento de imóvel residencial na região, não ter sido atendido anteriormente por outro programa de habitação e que trabalha na região do centro expandido da cidade.

No projeto as unidades habitacionais são classificadas a partir de duas funções ocupacionais: 36% deveriam ser voltadas para habitações de mercado popular com destino às famílias de 5 a 10 salários-mínimos mensais e a maior parte das habitações 64% deveria ser de interesse social devendo atender famílias de renda variável entre 1 a 5 salários mensais.

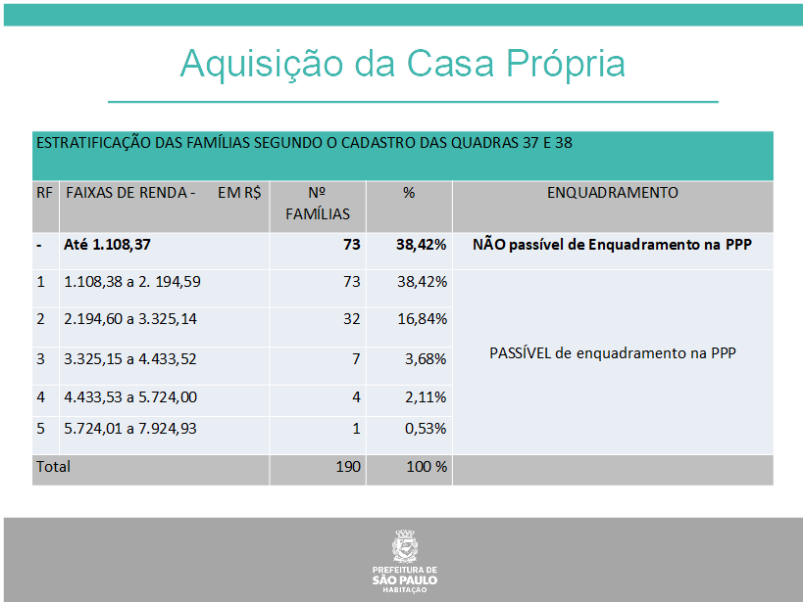
Em relação a divisão das unidades pelo projeto presentes na última versão do edital de licitação há uma maior flexibilidade em relação a essas porcentagens para que tal fosse

realizada pelos interesses das empresas privadas concessionárias do projeto e assim seguiram uma tendência de disponibilidade para as famílias de renda superior.

Para as faixas 1 formada por famílias de renda entre R$ 810- R$ 1.600, a faixa 2 formada por famílias de renda entre R$ 1.601- R$ 2.430, a faixa 3 formada por famílias de renda entre R$ 2.431- R$ 3.240 e a faixa 4 de renda 3.241- R$ 4.344 a proporção de habitações seriam de 16% para cada. Para a faixa 5 formada por famílias de renda entre R $4.354 -R $5.792 teria uma proporção de 17% das habitações e a maior parcela composta por 19% das habitações seriam destinadas às famílias de renda entre R $5.793 – R $8.100.

Detalhe que como podemos observar no quadro abaixo, as famílias da faixa 1 que apresentassem renda menor que 1.108,37 não seriam passível a aquisição dos apartamentos por não apresentarem os requisitos estipulados para a obtenção de um financiamento habitacional cabendo a essa família uma outra modalidade de moradia na região através do aluguel social, como observado na apresentação abaixo.

Figura 10 - Tabela com as rendas passíveis a serem contempladas na PPP do centro.



Aquisição da Casa Própria

ESTRATIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O CADASTRO DAS QUADRAS 37 E 38				
RF	FAIXAS DE RENDA - EM R$	Nº FAMÍLIAS	%	ENQUADRAMENTO
-	**Até 1.108,37**	**73**	**38,42%**	**NÃO passível de Enquadramento na PPP**
1	1.108,38 a 2. 194,59	73	38,42%	PASSÍVEL de enquadramento na PPP
2	2.194,60 a 3.325,14	32	16,84%	
3	3.325,15 a 4.433,52	7	3,68%	
4	4.433,53 a 5.724,00	4	2,11%	
5	5.724,01 a 7.924,93	1	0,53%	
Total		190	100 %	

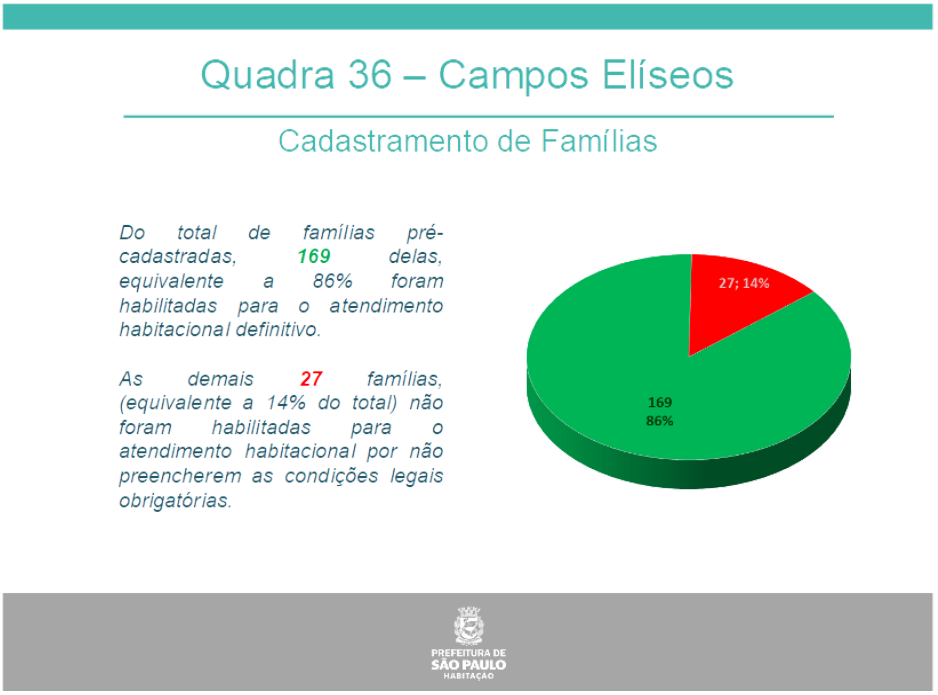
PREFEITURA DE SÃO PAULO HABITAÇÃO

fonte: Site da prefeitura da Cidade.http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=13

Diferentemente das intervenções apresentadas na primeira parte deste capítulo, com os códigos sanitários do começo da urbanização da cidade, nesses recentes projetos de intervenção vemos um recorte sobre a população a qual será o "público-alvo".

Em termos de impacto para a população existente na região as próprias apresentações da prefeitura deixam claro o efeito marginalizador e espoliador, como posto por Kowarick (1979), que no caso retira das classes mais pobres da região o direito de acesso e permanência a região central da cidade, na apresentação abaixo a prefeitura deixa explícita a não habilitação de 27% das famílias hoje habitantes das quadras dentro do projeto, como também não aponta qualquer indicação sobre o que se proporá para tais famílias.

Figura 11 - Gráfico com o total das famílias moradores da região a serem contempladas na PPP do centro.



fonte: Site da prefeitura da Cidade. http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=13

Visando uma maior facilidade em termo de execução de seus planos para a criação do novo centro da cidade o que presenciamos hoje é um modelo de retomada do centro por parte da prefeitura que ao utilizar-se de PPP habitacionais como a descrita acima, retoma a lógica dos enclaves fortificados como descritos por Caldeira (2011) porém com uma nova "roupagem" da qual iremos discutir a seguir.

2.4.3 PPP como uma nova versão dos enclaves fortificados.

Figura 12 - Imagens do torres habitacionais localizadas no Complexo Júlio Preste

fonte: Site Metrópoles. https://www.metropoles.com/brasil

Em seu trabalho *Cidade de muros (2011)* Teresa Caldeira descreve os movimentos de padrão residencial e de segregação espacial que a cidade passou no decorrer das décadas de 70,80,90. O último deles, descrito pela autora, como o quarto processo de mudança nesse padrão de segregação residencial são os enclaves fortificados.

Padrão esse que surge com o aumento da violência, da insegurança e do medo, que fez com que cidadãos adotem novas estratégias de proteção que mudam a paisagem urbana, como também os hábitos relacionados ao uso das ruas e da interação pública nos espaços da cidade, uma movimentação produzida pelo mercado imobiliário, movimentação habitacional essa da população de classe médias e altas da cidade.

> Pela primeira vez na história da São Paulo moderna, moradores ricos estão deixando as regiões centrais da capital para habitar regiões distantes. Embora a riqueza continue geograficamente concentrada, a maioria dos bairros centrais de classe média e alta perderam população no período de 1980-1996, enquanto a proporção de moradores mais ricos amentou substancialmente em alguns municípios no noroeste da região metropolitana e em distritos no sudoeste da cidade habitada anteriormente por pessoas pobres. Nessas novas áreas, o principal tipo de habitação é o enclave fortificado. (CALDEIRA, 2011, p. 231).

Os enclaves fortificados, essa modalidade de habitação, de trabalho e de socialização que continua a se espalhar por todos os bairros da metrópole e de sua região metropolitana, é a expressão arquitetônica da construção da sociabilidade nas cidades brasileiras, em que a

estratificação social se fortalece na medida que os diferentes grupos sociais não apresentam nenhuma iniciativa de encontrar soluções comuns para os problemas urbanos.

Essa nova tipologia arquitetônica e urbanistas constitui o cerne de uma nova maneira de organização dos espaços da cidade em que diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de controle. São propriedades privadas para usos coletivos, isoladas por muros, elas possuem espaços para usos coletivos destinados a lazer, prestação de serviços, espaços para escritórios e para a instalação de comércios que mantém concentrado tudo o que é necessário para a adaptação da vida dessa parte da população em um espaço restrito independente de seus arredores, dos demais espaços da cidade e que tendem a ser ambientes socialmente homogêneos formado por classes médias e altas.

A partir desses enclaves, criasse um novo conceito de habitação que eleva como "um estilo de vida melhor" uma cidade fragmentada, de espaços isolados, de baixa diversificação populacional, que caracteriza como população urbana apenas parte da população ligada às classes médias e altas e que ao mesmo tempo empurra a população de baixa renda para regiões cada vez mais periféricas das regiões metropolitanas de São Paulo, áreas essas que são como colocado por Maricato,

> "Áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que a população trabalhadora pobre se instala, são elas beiras de córregos, encostas de morro, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas ou áreas de proteção ambiental." (MARICATO, 1996, pg.58)

Outra função aferida para os enclaves são sua simbologia quanto a seu símbolo de *status* de "diferenciação" e de hierarquização social, que segundo a autora

> ...promove a separação e a ideia de que os grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Consequentemente, o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças e as estratégias de separação. (CALDEIRA, 2011, p. 212)

Os enclaves são mais uma representação da criação de cenário moderno possível dentro de uma metrópole como São Paulo e foi utilizado, mais uma vez, nesse caso estudado, como estratégia de promoção da cidade idealizada, mais que dessa vez alargou sua população desejada buscando uma população de classe média, em sua maioria com uma renda de 1,800 a 4,000 reais aproximadamente, e com uma repaginação da tipologia arquitetônica, para a execução de uma tentativa de renovação populacional para a região.

São conjuntos de apartamentos que não possuem as estruturas coletivas típicas dos condomínios de alto padrão, mas que conseguem passar perante as condições reais dos arredores do complexo e do bairro, esses sentimentos de superioridade e deslocamentos sociais típicos e necessários para a ambientação do urbano moderno.

Mas não apenas isso, a maior parte das famílias contempladas pelo financiamento habitacional dessas habitações, são pessoas de "fora" do bairro ou com apenas um vínculo comercial com a região promovendo assim uma quebra do laço comunitário do bairro, descrito pelo trabalho, e que promove uma "ocupação de cima" que auxilia de maneira ideológica e burocrática os possíveis impedimentos que possam ocorrer nos planos da prefeitura para a região.

Estamos tratando aqui com a mais recente fórmula de intervenção na cidade, que "quebra as grandes intervenções" em projetos de menor escala de Parceria públicos privados, que promovem mudanças pontuais, mas que quando unidas são parte de um grande interesse de transformar áreas da cidade ainda tomada por uma "característica popular" que não interessa as diretrizes no mercado de capital da terra urbana e que deve ser analisado como mais uma tentativa de um projeto de modernização da cidade, em um ideário de cenário moderno e que ainda finca suas bases e diretrizes teóricas e metodológicas dentro de padrões de segregação, de marginalidade e espoliação.

Como colocado pela autora Rolnik,

> ...É possível identificar as raízes troncudas de um modelo de Estado capturado por interesses privados e conformados por uma cultura de opressão e exclusão, simultaneamente tensionados por um processo de combate à pobreza e inclusão via consumo e pela tomada da terra urbana e da moradia pelas finanças globais. (ROLNIK, 2015, p. 368)

Foram nas análises desses projetos que identificamos no centro da cidade de São Paulo ainda as tentativas da criação desse ideário moderno descrito por Benjamin e proposto por Haussmann para Paris.

Assim, concluímos que caminhamos ainda em termos de planejamento urbano por uma estrada que tem como fim o ideário moderno europeu, mas que como descrito acima, ao lidar com um cenário latino-americano enfrenta obstáculos de resistências que são contornados

pelo poder público de diferentes maneiras, sendo aqui nesse trabalho, a descrição de algumas dessas tentativas.

Esse caminho no sentido do ideário de sociedade moderna, não se dá apenas nos espaços físicos da cidade, ele perpassa sobre o tipo de cidadão que "deve" habitar a cidade e que é parte do espetáculo do moderno, que deve retroalimentar os espaços públicos do consumo moderno e da exibição das mercadorias.

Partimos agora para uma reflexão sobre essa mudança da lógica do papel do indivíduo no cenário da metrópole moderna com as indicações a partir da construção do indivíduo inventado em Benjamin e da análise sobre a maneira na qual esse papel foi possível, dentro do contexto brasileiro, a partir da construção da ralé endividada.

3. A urbanidade e o indivíduo moderno

3.1 O levante popular

> Como colunista de fofocas Madame de Girardin escreveu em La Presse: "o céu está escurecendo. Um banquete em um vulcão! Tudo isso só pode acabar em revolução, estamos em 1830-92-89!".
>
> As colheitas ruins de 1846 e 1847 apenas aumentaram as já aparentes tensão em Paris. Ainda assim, estranhamente, quando a violência revolucionária chegou, no início de 1848, a imprensa teve apenas uma influência indireta nos eventos, e certamente não os disparou ou controlou, como havia feito em insurreições anteriores.
>
> O estopim foi um banquete "reformista", organizado em Paris em 20 de fevereiro. Essa desta ao ar livre eram coordenadas por radicais de classe média no espírito dos antigos "banquetes comunistas" de Belleville e em oposição às tentativas do governo de proibir encontros públicos. Elas ofereciam aos influentes escritores jornalistas, deputados da assembleia Nacional e outros membros rebeldes da burguesia uma oportunidade para atacar um governo que havia perdido todo senso de propósito ou direção. Durante os dias que antecederam o banquete em fevereiro, tensões vinham se acumulando em Paris. No dia 12, canções de 1789 foram entoadas pela multidão em um teatro parisiense. Nervoso pela crescente aversão pública ao sistema monárquico – um ódio exacerbado pelos eventos em Milão, onde a realeza austríaca estava abertamente desafiada pelo povo-, o governo cancelou o banquete no último minuto.
>
> A complacência ainda reinava, no entanto, e as autoridades, talvez enganadas por informantes republicanos, não ordenaram a princípio que as tropas fossem para as ruas, apesar do visível e barulhento descontamento que agora assumira a forma de manifestação. Em 22 de fevereiro, debaixo de forte chuva, estudantes e trabalhadores lotaram a Champs-Élisyées e a Place de la Concorde, cantando a *Marseillaise* e gritando "Abaixo Guizot!". Barricadas estavam sendo construídas pela cidade, e não apenas nos tradicionais focos de dissidência. Na manhã do dia 23, os líderes de vários movimentos revolucionários e sociedades secretas declararam que era "hora de agir". No final da tarde, soldados foram abertamente desafiados por

> jovens e crianças atiradores de pedras. A luta começou no início da noite no Porto Saint-Martin. (HUSSEY, 2011, p.302)

Figura 13 - Barricada na rue Soufflot, uma pintura de 1848 de Horace Vernet. O Parthenon é mostrado ao fundo.

Fonte: https://stringfixer.com/pt/1848_Revolutions

A descrição e a ilustração acima são parte do momento revolucionário intitulado como "Revolução de fevereiro" que ocorreu em 1848 em que como afirma Hussey, mais de 1500 barricadas foram criadas em Paris muitas vezes controladas por mulheres e crianças que espalharam, como tática de guerra, vidros e cacos de porcelana para impedir a passagem da cavalaria de repressão da insurreição sendo que o levante popular conseguiu atingir tropas e autoridades com agressões e abusos.

Outro autor que descreve esse momento é Tocqueville que relata seu encontro com uma idosa com um carrinho de legumes na rua que o impede de passar, ele rapidamente lhe ordena que ela lhe dê passagem e ele descreve a reação da senhora então

> Em vez de fazê-lo, ela larga o carrinho e corre na minha direção com tal furor repentino que eu tive dificuldade para me defender. Estremeci diante da expressão assustadora e abominável do seu rosto, que refletia paixões demagógicas e a fúria da guerra civil […]. é como se essas grandes emoções públicas criassem uma atmosfera ardente em que os sentimentos privados fervilham e entram em ebulição. (HARVEY, 2015, p. 356).

As cenas descritas acima representavam e justificam o temor da burguesia pela desordem e pelo colapso social que segundo suas convicções a própria estrutura das ruas de Paris da época poderia inflamar.

A cidade era cortada por pequenas ruas dispostas em um formato labiríntico de difícil acesso, com uma estrutura urbana quase inexistente que exalava cheiro de sangue ainda das insurreições que enfrentará e uma gama de locais de prazeres proibidos com prostitutas mostrando seus seios e com centenas de bares e cafés que serviam de morada para bêbados e boemios em momentos de lazer, mas que também eram espaços de mobilização social contra as crises financeiras que a cidade sazonalmente estava a passar.

A cidade como tal era palco de emoções liberadas, de paixões desenfreadas e do espaço livre e estratégico para comportamento e ideias livres e subversivas que no menor episódio de crise ou descontentamento social era capaz de incitar multidões a motins e à revolução.

Era preciso, segundo os interesses do capital financeiro e da burguesia local, trazer para cidade a ordem social e um padrão social a partir não mais apenas pelo aparato policial, pois esse é um dos possíveis estopins de insurreição, era preciso um padrão espacial que trabalhasse na imposição de uma ordem moral que ditaria o comportamento do indivíduo moderno em consonância com a banalização do espaço proposto pelo projeto de cidade de Haussmann.

Os bulevares de Haussmann, como já analisado pelo trabalho, tiveram esse papel enquanto construção física e que possuiu como um dos seus objetivos justamente a invenção do indivíduo moderno na figura do flâneur.

3.2 A representação do indivíduo moderno no nível da mercadoria e do espetáculo

> Paris criou o tipo flâneur. É estranho que não tenha sido Roma. Qual a razão? Na própria Roma, o sonho não percorreria ruas pré-traçadas? E não está aquela cidade demasiadamente saturada de templos, praças cercadas e santuários nacionais, para poder entrar inteira no sonho transeunte, com cada paralelepípedo, cada tabuleta de loja, cada degrau e cada portão? É possível explicá-lo em parte também pelo caráter

> nacional dos italianos. Pois foram os forasteiros, mas eles, os próprios parisienses, que fizeram de Paris a terra prometida do flâneur, a "paisagem construída de pura vida", como Hofmnnsthal certa vez a chamou. Paisagem – é nisto que a cidade de fato se transforma para o flâneur. Ou mais precisamente: para ele, a cidade cinde-se em seus polos dialéticos. Abre-se para ele como paisagem e fecha-se em torno dele como quarto. (BENJAMIN, 2009, p. 462 [M 1ª. 4])

Como colocado por Benjamin acima a figura do flâneur aparece como um "indivíduo inventado", as novas ruas de Paris, do luxo industrial de Haussmann, com suas calçadas largas, seus *grand magasines,* precisavam de um personagem a altura, de uma figura que se distancia-se da imagem da massa popular considerada "pré-moderna", era preciso reinventar a imagem do homem urbano e sua nova face e indumentária necessitava estar em coesão com o espetáculo que foi a Paris moderna.

No ensaio *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (2008), Benjamin salienta como a chegada do ápice do advento da reprodutibilidade técnica e os avanços apontado pelo autor como as construções de ferro, a vida cotidiana burguesa, as galerias parisienses levaram a criação de uma nova estética do homem que trouxe mudança profunda em sua percepção sobre si e sobre a sociedade.

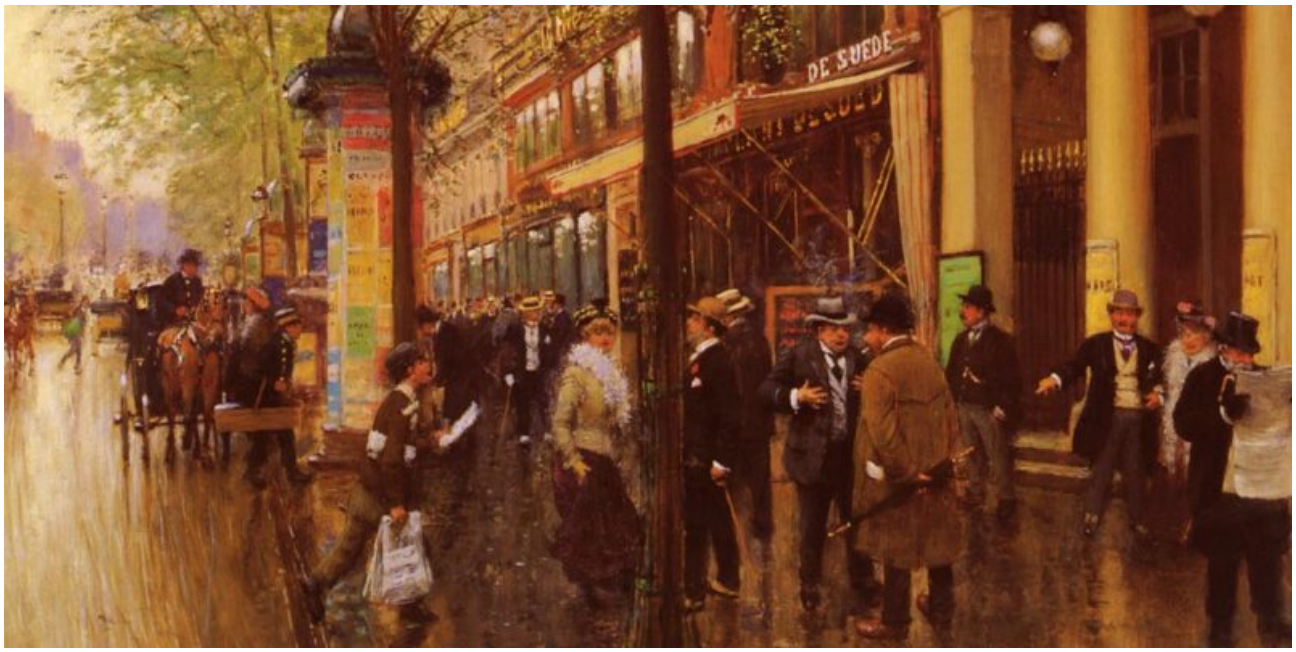
Em seu ensaio, *O pintor da vida moderna* (2010), Baudelaire apresenta a vida moderna como um grande *show* de moda, com sistemas de aparições brilhantes, fachadas ornamentadas e exposições de decoração e estilo. Aqui, enxergamos como a mercadoria se torna central nessa nova percepção, esse novo indivíduo passa a desejar ser semelhante a essas novas técnicas, novas formas e novas imagens que ele mesmo criou.

Baudelaire (2003, 2020) captou essa nova essência do indivíduo e essa nova forma na figura do flâneur, sujeito que transita entre o burguês completamente absorto pelas relações de produção e o intelectual que tenta resguardar sua interioridade, numa tentativa de garantir sua individualidade.

> Se a galeria é a forma clássica do interior sob o qual a rua se apresenta ao flâneur, então sua forma decadente é a grande loja. Este é, por assim dizer, o derradeiro refúgio do flâneur. Se, no começo, as ruas se transformavam para ele em interiores, agora são esses interiores que se transformam em ruas, e, através do labirinto das mercadorias, ele vagueia como outrora através do labirinto urbano. (BEJNAMIN, 1989, P. 51)

As ruas dessa nova Paris são o novo mundo do flâneur, a partir de um novo conceito de espaço urbano desenvolvido nesse momento com esse novo cenário moderno que alimenta uma intrínseca conexão entre o homem moderno e a mercadoria, sendo sua imagem a representação desse novo homem que se apresenta como a representação da conexão profunda entre homem e mercadoria e que toma seu lugar na sociedade como um representante do cenário do espetáculo do consumo que se tornou a metrópole moderna, como capta Jean Béraud ao pintar o cotidiano desses grandes Boulevares.

Figura 14 - Jean Béraud, Les Grands Boulevards Le Theatre Des Varietes (1875-1890)



Fonte: (site: https://www.tarihlisanat.com/flaneur/)

Berman, ao analisar a obra de Baudelaire apontou o poder causado pela modernidade de inventar novas formas tanto no que diz respeito ao indivíduo quanto à sociedade

> Seu encontro com Guys, patético, envolve algo verdadeiro e fundamental a respeito da modernidade: seu poder de gerar formas de "show de aparências", modelos brilhantes, espetáculos glamorosos, tão deslumbrantes que chegam até a cegar os indivíduos mais perspicazes para a premência de sua própria e sombria vida interior. (BERMAN, 2007. p. 167)

> Seus melhores escritos parisienses pertencem exatamente ao período em que, sob a autoridade de Napoleão III e a direção de Haussmann, a cidade estava sendo remodelada e reconstruída de forma sistemática. Enquanto trabalhava em Paris, a tarefa de modernização da cidade seguia seu curso, lado a lado com ele, sobre sua cabeça e sob seus pés. Ele pôde ver-se não só como um espectador, mas como participante e protagonista dessa tarefa em curso; seus escritos parisienses expressam o drama e o trauma aí implicados. **Baudelaire nos mostra algo que nenhum escritor pôde ver com tanta clareza: como a modernização da cidade**

> **simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos.** (BERMAN, 2007. p. 167)

A partir do que foi apreendido por Baudelaire e analisado por Berman constatamos a gênese do que viria a ser o indivíduo moderno e do impacto do capitalismo industrial na vida pública moderna, tendo também como base os estudos de Richard Sennett (2021).

O autor deixa claro que entre suas teses levantadas está o retraimento da cultura cosmopolita em micro - comunidades bairristas em que a ligação se forma a partir das experiências de consumo.

O autor começa suas indagações elencando questões sobre as modificações existentes entre as características da personalidade individual existente entre o que era no Antigo Regime e a vida pública presente no século XIX, que vieram alinhadas com a economia das capitais do século e o princípio da observação silenciosa como princípio da ordem pública.

Para tal exercício, Sennett focalizou sua observação na Paris do século XIX, com seu histórico de conflito e de sublevações revolucionárias, a cidade se tornou o lugar dos temores da burguesia do século XIX, assim era preciso uma reconstrução do sentido de cidadão, sendo justamente sobre esse ponto que perpassa a construção do indivíduo moderno.

Nas capitais do século XIX, a economia não circulava em torno de uma região industrial, mas sim de uma economia focada no comércio, gerando uma nova atividade econômica que com a população urbana cada vez em maior número se tornou um modelo econômico forte e lucrativo para as capitais.

> A multidão de compradores inaugura uma nova forma de comércio, centralizada nas lojas de departamento, à custa dos clássicos mercados ao ar livre e das pequenas lojas. Nessa nova forma de varejo, emergiam todas as complexidades e problemas da vida pública do século XIX; esse comércio era um paradigma para as transformações que ocorreriam no domínio público. (SENNETT, 2021. p. 194)

Segundo o autor, as sociedades francesas e inglesas já eram marcadas por uma burguesia comercial que transformaram as capitais em locus da racionalidade econômica burguesa e que transformou essas cidades em abrigo para uma diversidade populacional que coabitam os espaços da cidade que até então, não possuíam um planejamento urbanístico e que foram se transformando de forma orgânica conforme o número e o tipo de classe social que ia se apropriando de seus espaços.

Com esse movimento a cidade foi se tornando, como já destacado, o lugar de temido pela burguesia por seus potenciais de perturbação de uma ordem social oriunda do Antigo Regime que deveria ser perpetuada nas sociedades modernas.

Segundo Sennett é com mais esse intuito que surge o projeto de Haussmann para Paris, a partir de uma construção de cidade bulevar – vitrine, o que se pretendia era a criação e implementação de regras de condutas e novos padrões de interação que embasaram um novo modelo de sociabilidade e de uma vida pública.

Estamos no momento de gênese do indivíduo moderno, em que as áreas centrais da cidade são destinadas a cidadãos aptos a ter uma experiência da cidade, a partir da experiência do consumo, e somente através dela.

> O surgimento da loja de departamentos, por mais que o assunto possa parecer corriqueiro, é de fato uma forma condensada do próprio paradigma de como o ambiente público como um intercâmbio ativo abrira caminho, nas vidas das pessoas, para uma experiência da mais intensa e menos sociável publicidade (publicness). (SENNETT, 2021. p. 209)

Nessa Paris, metrópole moderna, o termo estar em público muda de forma, tornando o espaço urbano não mais o da interação contínua entre os indivíduos, mas sim, em um movimento solitário de observação, de compra e de exibição do que foi consumido e experimentado pelo homem.

Novo modelo de sociabilidade que possuía padrões de interações muito específicos em que o citadino deveria ir a público para se apresentar, expor seus corpos, suas roupas, produzir discursos e comportamentos que refletem uma vida pública baseada nas cortesias padronizadas que reprimia sua própria condição e sua própria vida pessoal em função desse espetáculo do consumo.

Seu corpo, sua apresentação se tornaria o veículo das convenções sociais, operando a partir de uma interação disfarçada necessária para a nova experiência pública compartilhada.

Nessa nova tendência da sociabilização moderna, o que o autor aponta ainda é a criação de micro círculos sociais fechados, em que comunidade não mais ganha um sentido social de ampla multiplicidade e de potencial político, mas sim uma nova visão que busca cerrar os integrantes em círculos identitários, em que somente indivíduos que compartilham dos mesmos códigos de conduta e de sociabilidade são vistos com simpatia e proximidade.

Tomando a obra de Balzac como ponto de análise, Sennett (2021) nos mostra como a Paris, metrópole de Haussmann, nos apresentou uma nova forma de fragmentação espacial, em que o espaço de ilustração desse novo cosmopolitismo moderno, está vinculado ao ideário burguês de indivíduo que se alia muito bem as exigências da metrópole capitalista moderna.

> Façamos então uma justa posição de Balzac com as novas formas de comércio varejista na cidade, e daí emergirá um perfil do mundo público de meados do século XIX. Em seus escritos, a percepção da personalidade, tal como é percebida, relaciona-se com a flutuante passividade daquele que percebe. O comércio varejista mostra como a percepção da personalidade em toda parte na sociedade poderia trazer lucro. As origens do mundo de Balzac repousam numa doutrina secular de significações imanentes; as origens da loja de departamento repousam num capitalismo de produção em massa e de distribuição em massa. (SENNETT, 2021. p. 236)

A partir desses círculos se forma o que o autor chama de uma ideologia da intimidade, em que as pessoas enxergam nas relações interpessoais nesses pequenos grupos uma forma de resolver as questões sociais e políticas edificadas nas sociedades modernas.

Alimenta-se a negação de qualquer relação interpessoal com sujeitos considerados estranhos, recusam-se as barreiras de comunicação entre pessoas para o diálogo que possibilite uma construção política ampla.

Retomemos neste momento, as reflexões de Tereza Caldeira (2011), sobre o surgimento dos enclaves fortificados. Para a autora a produção dos espaços da cidade se configuram por empreendimentos imobiliários privatizados que promovem as experiências de habitação, lazer, consumo e trabalho, ao se basearem em estratégias de segregação valorizam o que é privado e restrito e que no caso estado pela autora foram demarcados e isolados fisicamente por muros e grades.

Entendemos o projeto desenvolvido por Haussmann como a construção de um enclave em meio a uma cidade considerada pré-moderna.

Um enclave que segundo Sennett (2021) pode ser analisada como esse espaço destinado ao surgimento de novos códigos culturais que se desenvolveram em torno de uma subjetividade que associada à racionalidade econômica capitalista, transformou a experiência pública em uma interação pessoal de consumo e exibição.

Tomar a Paris de Haussmann como ponto de gênese de um modelo de intervenção é também debruçar sobre o primeiro momento desse enclave moderno produzido no centro da

cidade de Paris e que vai se desenrolar na história até a criação de centros comerciais como os shoppings centers e centros de comerciais que são ainda reprodução de espaços de construção de uma subjetividade que se alinha com a racionalidade moderna.

3.3 O enclave de Haussmann como modelo do conjunto de dispositivos

Foi no curso Segurança, território, População (2008) que Foucault cria o conceito de governamentalidade entendido como instrumento de análise histórica para o entendimento das diferentes artes de governo já ocorridas, com o termo o autor realizou o exercício de apreensão da complexa relação existente entre o poder e o indivíduo, ou seja, onde a governamentalidade representa esse ponto de contato entre as técnicas de dominação e as práticas de subjetivação aos quais estão incidindo sobre os indivíduos desde do período do governo soberano até as práticas de governar-se a si mesmo dos projetos neoliberais.

> De minha parte, procuro mostrar e analisar a relação que existe entre um conjunto de técnicas de poder e de formas: formas políticas como o Estado e as formas sociais…. o meu é da racionalização da gestão do indivíduo. Meu trabalho, não tem como objetivo uma história das instituições ou uma história das ideias, mas a história da racionalidade, tal como ela opera nas instituições e na conduta das pessoas. (FOUCAULT, 2008, p.319)

Governamentalidade diz respeito às formas como se dão as relações de Estado e indivíduo/população em termos de "condução da conduta", isto é, os procedimentos utilizados por diferentes formas de governo para a imposição de padrões que possuem como objetivo o controle e a manipulação dos padrões "aceitáveis" dos comportamentos fazendo uma ligação com as transformações ocorridas das racionalidades e técnicas de governo que levaram ao surgimento do Estado moderno.

Em seu curso Em defesa da sociedade (1999), o autor mostra como nos séculos XVII e XVIII houve-se uma virada na forma de governar, que de uma soberania que tinha como figura principal o Rei que possuía o funcionamento do poder do Estado centralizado nessa figura e na relação soberano/súdito, passa-se a uma nova dinâmica de poder que ao apresentar novos mecanismo e instrumentos de poder, incompatíveis com as relações de soberania, vai incidir suas ações sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre os produtos, com o intuito de extrair desses corpos tempo e trabalho, mais do que bens.

Uma nova forma de racionalidade governamental que tem como característica principal a ideia de que o soberano, não mais deve apenas reinar sobre um território como o um governo divino na terra, mas que deve levar em conta os assuntos de interesse público através de uma nova racionalidade que se chamará razão de Estado.

Uma nova forma de efetivação de poder que se dá por meio da vigilância, e não mais na forma de tributos e obrigações para com o monarca, sendo uma nova economia de governo que ao mesmo tempo objetiva o aumento das forças e as sujeitas a buscar uma eficácia dos mecanismos que os sujeitam.

Sendo para Foucault essa uma das grandes invenções da sociedade burguesa e que foi condicionante para a implementação do capitalismo industrial e do tipo se sociedade a ele necessário.

> E conseguiríamos, acho eu, mostrar facilmente – enfim, foi o que quis antigamente, várias vezes em todo caso – que no fundo, aquilo que a burguesia necessitava, aquilo em que finalmente o sistema encontrou seu interesse, não foi que os loucos fossem excluídos, ou que a masturbação das crianças fosse vigiada e proibida – mais uma vez, o sistema burguês pode suportar perfeitamente o contrário -; o ponto em que ele encontrou seu interesse e pelo qual ele se mobilizou não foi no fato de eles serem excluídos, mas na técnica e no próprio procedimento da exclusão. Foram os mecanismos de exclusão, foi a aparelhagem da vigilância, foi a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, foi tudo isso, isto é, a **micromecânica do poder,** que representou, constituído pela burguesia, a partir de certo momento, um interesse, e foi por isso que a burguesia se interessou. (FOUCAULT, 1999, p.38)

O problema do "governo" na visão do autor está relacionado com dois processos históricos, o da desestruturação do sistema feudal para a instauração dos Estados territoriais, administrativos e a Contra-Reforma que vai pôr em questionamento a forma como se deve ser governado individualmente com os objetivos da salvação divina.

Um período, ainda, de revoltas que liquidam o poder político do tipo feudal e que traz uma reorganização profunda na forma de se governar, sendo esses pontos ligados pela emergência da questão da população (Foucault, 2008, p.87-88).

Na análise, Foucault (2008) apresenta uma reflexão sobre as formas de governo que ultrapassam, uma forma de governo apenas centrada na mão de um soberano

> Enquanto, aí, vemos que o governador, as pessoas que governam, a prática do governo, por um lado, são práticas múltiplas, já que muitas gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo, o professor em relação à criança ou ao discípulo; há portanto muitos governos em aos quais o do príncipe que governa seu Estado não é mais que uma das modalidades. Por outro lado, todos esses governos são interiores à própria sociedade ou ao Estado…há, portanto, ao mesmo

> tempo, pluralidades das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado, multiplicidade e imanência dessas atividades, que a opõem radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel[20]. (FOUCAULT, 2008, p.124)

São nas questões que concernem o problema da população que, segundo o autor, vai haver um afastamento definitivo do modelo da arte de governo centrado na gestão da família a partir de apenas uma ordenação de leis de obediência, para uma gestão econômica da arte de governo ligada a disposição de instrumentos administrativos de gestão.

Na gênese dessa análise positiva de transformação de gestão de poder está o surgimento do cristianismo e a relação entre pastor-rebanho. Para Foucault, foi dentro dessa instituição religiosa que se promoveu a aspiração de se governar os homens em sua vida cotidiana com o objetivo de prepará-lo para a vida eterna, instituindo assim, as primeiras tecnologias de poder e que persistem nas análises das tecnologias de gestão populacionais atuais.

> Creio que se forma, assim, com essa institucionalização de uma religião como Igreja, forma-se assim, e devo dizer que muito rapidamente, pelo menos em suas linhas mestras, um dispositivo de poder que não cessou de se desenvolver e se aperfeiçoar durante quinze séculos, digamos desde os séculos II, III depois de Jesus Cristo, até o século XVIII da nossa era. Esse poder pastoral, totalmente ligado à organização de uma religião como Igreja, a religião cristã como Igreja cristã, esse poder pastoral por certo transformou-se consideravelmente no curso desses quinze séculos de história. Ele foi deslocado, desmembrado, transformado, integrado as formas mais diversas, mas no fundo nunca verdadeiramente abolidas. (FOUCAULT, 2008, p.197)

Uma tecnologia central na arte de se ensinar as pessoas a governarem outras pessoas, uma gama de saberes dessa arte de governar que mira o cotidiano, as práticas individualizantes, que visa cada carneiro do rebanho e que deve passar não apenas pelas práticas de ensino, mas também, pela vigilância, pela observação e pela condução integral da direção "correta". Um modelo de condução das almas através da intervenção nas condutas cotidianas individuais e coletivas, nas gestões das vidas, dos bens e das riquezas.

Sendo assim, o ponto de origem, de formação embrionário e de pano de fundo da governamentalidade do Estado moderno, nasce nessa noção de condução, de governar os homens do poder pastoral cristão, e nas práticas que levam os homens a um campo de

---

[20] No curso ministrado no Collège de France no dia 1° de Fevereiro de 1978, Foucault toma o texto *O príncipe* de Maquiavel para fazer uma análise de contraponto aos pontos levantados por Maquiavel sobre a arte de governar.

obediência ao mesmo tempo generalizada e individualizadora, que passa por uma destruição do eu, e a uma relação de servidão integral.

> O pastorado cristão, ao contrário, é uma forma de poder que, pegando o problema da salvação em sua temática geral, vai introduzir no interior dessa relação global toda uma economia, toda uma técnica de circulação, de transferência, de inversão dos méritos, e é isso, que é seu ponto fundamental. Tal como a relação à lei, o cristianismo, o pastorado cristão não vai simplesmente ser o instrumento da aceitação da generalização da lei, o pastorado cristão, de certo modo tangenciando a relação com a lei, vai instaurar um tipo de relação de obediência individual, exaustiva, total e permanente. (FOUCAULT, 2008, p.242)

O pastorado preludia a governamentalidade através do seu exercício de que é possível se constituir um sujeito cujos seus méritos são analisados pelas suas relações contínuas de obediência e que é subjetivado pela exaltação de verdades que lhe são impostas, sendo essas para o autor, as características típicas do sujeito ocidental moderno.

Ainda sobre esse momento de passagem do governo pastoral para o governo político dos homens, para o autor, se deu em um momento da história em que havia um clima de resistências e insurreições de condutas. Processos de insurreições que colocavam em xeque os modelos de condutas dos homens a serem seguidos e reivindicando novos modelos de condução individual, como exemplos são apresentados a Reforma protestante, a Revolução inglesa, Francesa e Russa que estavam ligados a um momento de incapacidade das estruturas feudais frente às novas relações econômicas que surgiam.

Mais detalhadamente, o autor aponta como os fatores de bloqueio da arte de governar do soberano, a Guerra dos Trinta anos, as revoltas rurais e urbanas ligadas a uma crise financeira dos meios de subsistências que não apenas "bloquearam" a governamentalidade do território, mas também colocavam em questionamento a organização política do soberano. Nesse momento surge a primeira tentativa de racionalização das práticas de governo, na forma do mercantilismo, que identificado como um saber de Estado foi utilizado como uma tática de governo.

Clima esse que ao se questionar sobre o problema da soberania e o problema da família, centra no século XVI o problema da condução dos homens e de seu cotidiano que vai tomar uma nova forma que não mais perpassa somente as formas religiosas e eclesiásticas de condução.

Nessa nova reflexão a questão das formas de conduta vão ganhar o domínio político que vai colocar como questionamento o exercício de poder soberano e que vai passar a se encarregar da condução das almas, ocasionando um processo de intensificação das técnicas de conduta.

> O soberano que reina, o soberano que exerce sua soberania se vê, a partir desse momento, encarregado, confiado, assinalado a novas tarefas, e essas novas tarefas são precisamente as da condução das almas. Não houve, portanto, passagem do pastorado religioso a outras formas de condução, de direção. Houve na verdade intensificação, multiplicação, proliferação geral dessa questão e dessas técnicas da conduta. Com o século XVI, entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos. (FOUCAULT, 2008, p.312)

Se dá então uma nova razão governamental, que no fim do século XVI e início do século XVII vai trabalhar na busca e na definição de uma forma de governar que seja específica relativamente ao exercício do soberano.

Foucault no curso de 15 de março de 1978, chama de razão de Estado, esse novo modelo de gestão e aponta algumas características que concernem essa razão. Primeiro, ele reflete como essa razão de Estado tem, por fim, ela mesma e que suas necessidades devem ser superiores às leis, ou seja, a salvação do Estado deve prevalecer sobre qualquer outra esfera da sociedade. (Foucault,2008, p. 343)

Um segundo aspecto, que se liga ao primeiro, apresentado pelo autor, é sobre a questão da violência, a razão de Estado em seu exercício habitual se abstêm dos meios violentos, se colocando voluntariamente em subordinação aos conjuntos de leis implementados, porém assim que essa mesma razão observar episódios em que a violência é necessária para sua preservação ela utiliza-se do artifício, se tornando muita das vezes injusta e mortífera. Tornando assim, a violência parte da racionalidade estatal.

Em terceiro lugar, Foucault vai trabalhar sobre as transformações quanto ao problema da razão de Estado e a verdade. Diferentemente na economia da verdade do pastorado em que o pastor deve conhecer cada aspecto do seu rebanho, um conhecimento individualizante de cada ovelha, na nova razão de Estado o que entra como forma de economia da verdade é a estatísticas, o conhecimento do Estado voltado para suas forças, seus recursos e o conjunto de conhecimentos técnicos que identificam as realidades do próprio Estado, como por exemplo o conhecimento da população, medindo suas taxas de mortalidade e natalidade, ou as estimativas de suas riquezas.

Outro aspecto sobre a verdade colocada pelo autor fala sobre seus objetivos dentro da nova razão, segundo Foucault

> Por fim, em terceiro lugar, ainda nessa ordem da prática da verdade, o problema do público, quer dizer, que a razão de Estado dever intervir sobre a consciência das pessoas, não simplesmente para lhes impor um certo número de crenças verdadeiras ou falsas, como quando os soberanos queriam fazer crer em sua legitimidade ou na ilegitimidade do seu rival, mas de maneira que a opinião delas seja modificada e, com a opinião delas, a maneira delas agirem, seu comportamento como sujeitos políticos. É todo esse trabalho com a opinião do público que vai ser um dos aspectos da política da verdade na razão de Estado. (FOUCAULT, 2008, p.367)

O Estado então passa a ter o papel da regulação, suas intervenções são apenas nos âmbitos da regulamentação para que o bem-estar de cada um esteja em posição que contribua para o bem-estar de todos, essa mudança para o autor vai ser fundamental sobre o desenrolar dos processos de governamentalidade.

Nessa nova governamentalidade quem ganha papel central são os economistas, que dão um novo formato e conteúdo no que concerne às formas de governo modernas e contemporâneas, que continua com o objetivo principal do aumento das forças de Estado, mas que introduz modificações essenciais que são apontadas por Foucault.

O primeiro desses apontamentos se dá a partir da diferenciação quanto à naturalidade dentro da arte de governar. Dentro da lógica do poder soberano, a naturalidade sobre quem governava e a forma de se conduzir esse governo se dava, como colocado pelo autor, de maneira cosmetológica, em que de forma artificial era-se estruturado a hierarquização do poder, era-se definido de forma divina quem governava, de que forma se devia governar e de que maneira deve-se se deixar governar.

Com a introdução das bases economistas dentro dessa lógica, a naturalização ganha novo formato, ela é o próprio fenômeno do que se deve governar, a naturalidade é a sociedade. Naturalidade essa específica à existência em comum entre os homens, a sociedade como parte do que é natural na existência humana.

Dessa nova lógica que surge o que conhecemos como sociedade civil, sendo ela dentro dessa nova forma de governamentalidade oriunda do século XVIII, o correlativo necessário ao Estado e sendo sua gestão o que Estado deve assegurar, uma transformação no sentido que não mais se governa uma coleção de súditos, mas sim a sociedade civil.

> A sociedade civil não é, portanto, uma ideia filosófica. A sociedade civil é, ao meu ver, um conceito de tecnologia governamental, ou antes, é o correlativo de uma

> tecnologia de governo cuja medida racional deve indexar-se justamente a uma economia entendida como processo de produção e de troca. (FOUCAULT, 2008a, p.402)

A sociedade civil será portanto o elemento de vinculação dos interesses econômicos dos indivíduos, o elo que interliga os interesses desses indivíduos em um sentimento comunitário, sendo que nessa ligação permanente de interesses individuais, a sociedade civil passa a ser uma matriz permanente de poder, ao passo que vai funcionar como o espaço da subordinação espontânea, de condução dos interesses individuais e de equilíbrio funcional desse conjunto que consiste a sociedade.

Ou seja, a sociedade civil, para Foucault, não deve ser encarada como um dado histórico e natural que surgiu como contraponto ao Estado e seu conjunto de instituições políticas, mas sim como parte das tecnologias governamentais modernas que auxiliam na nova forma de se governar chamada de liberalismo e que tem como objetivo a consolidação da racionalidade que limita os poderes políticos do Estado e os torna naturalmente ligados aos processos econômicos aos quais a sociedade tem de enfrentar.

O segundo ponto colocado se refere ao lugar que o conhecimento científico adquire nesse momento, sendo indispensável para a gestão do bom governo. Porém um conhecimento que não mais nasce no interior da prática de governo, mas que vem do exterior dos saberes científicos e que dentro do binômio do saber-poder trabalha em uma unidade em que as ciências serão construídas a partir de suas bases teóricas puras, mas que reivindicam um papel-chave como base nas decisões governamentais.

Terceiro ponto diz respeito a população, que nessa nova lógica vai apresentar seus próprios movimentos de transformação, de interações espontâneas entre os indivíduos. Assim, ela aparece em uma realidade muito mais densa de ser gerida do que a que existia na relação de submissão entre súdito e soberano e que vai fazer surgir toda uma gama de ciências com o propósito de analisá-la e propor novas funções do Estado que vai ter que gerir a população a partir de seu status de conjunto de fenômenos naturais.

O último ponto colocado por Foucault como imperativo nessa nova lógica são as liberdades. Como não cabe mais ao Estado o papel de imposições e de proibições, mas sim o de gestão e de garantidor dos fenômenos naturais da sociedade, sai da lógica estatal seu papel de usurpador, de acolhedor dos abusos do soberano, um bom governo agora é aquele que respeita certo número de formas de liberdade.

Nessa nova arte de governar, Foucault apresenta um novo ponto que faz com que ela destoa das demais formas já desenvolvidas no desenrolar da história. Estamos agora diante de uma razão de Estado que preza pelo limite de governo, ou seja, uma arte de governar o menos possível.

> Na verdade não se deve esquecer essa nova arte de governar ou essa arte de governar o menos possível, essa arte de governar entre um máximo e um mínimo, e mais para o mínimo do que para o máximo, pois bem, essa arte tem de ser considerada uma espécie de duplicação, em todo caso, digamos, de burilamento interno da razão de Estado, é um princípio mais completo, para o seu aperfeiçoamento. (FOUCAULT, 2008a, p.40)

Para tanto, segundo Foucault, entra em jogo a naturalização das verdades e estratégias racionais oriundas da economia política, que ao colocar como justa e natural a lógica do mercado com relação a regulamentação de preços, a estabilização a partir da lógica oferta e demanda e o caráter "justo" existente na relação consumidor/vendedor, traz para dentro das práticas governamentais um novo conjunto de verdades que passa a ditar a racionalização dessa nova arte de governar.

> O mercado é que vai fazer que o bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. Portanto, em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar, a economia política não deve seu papel privilegiado ao fato de que ditaria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que (somente na medida, mas é uma medida, evidentemente considerável) indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental. (FOUCAULT, 2008a, p.45)

O mercado ganha um espaço de veridicção em relação às práticas governamentais e sendo a partir dessa posição, o que vai ditar e prescrever os mecanismos jurisdicionais do governo bem como a quem eles devem se articular.

Outro ponto relevante apontado pelo autor nessa nova razão de Estado moderno está na nova formulação em relação ao poder público, em que suas intervenções devem- se pautar pelos princípios de utilidades presentes na corrente econômica utilitarista presente no liberalismo europeu.

3.3.1 A definição e uso dos dispositivos

Até o momento o texto se propôs a explanar sobre a forma como na visão de Foucault se desenrolou ao longo da história a gestão e a arte de se governar em suas mudanças de objetivos e nas maneiras de seu manejo prático.

Para o autor, nossa sociedade é composta por múltiplas relações de poder que tem como finalidade a constituição e conduta do corpo social, sendo que elas não podem funcionar sem uma produção de discursos intitulados como "verdadeiros". Assim, não há um exercício de poder sem uma economia dos discursos de verdade que funcionem no poder e através dele. (Foucault, 1999)

Nessa lógica somos igualmente submetidos a esses discursos de verdade por um conjunto de normas, que nos condiciona, nos obriga a uma certa maneira de viver e de morrer e que traz consigo efeitos específicos de poder, sendo esse conjunto intitulado como dispositivos.

O autor ainda segue, apresentando a forma como esses conjuntos de normas são introduzidos no seio da sociedade de maneira estratégica. De modo mais objetivo, Foucault específica sua noção de dispositivo em entrevista intitulada Sobre a história da sexualidade em que descreve a noção de dispositivo como

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [Um] discurso que pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [O dispositivo pode ser entendido também] como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência histórica. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (Foucault, 1998, p. 244)

Nessa função estratégica o discurso em sua forma concreta ou abstrata trabalha de forma contínua nas práticas de governo de condutas em um investimento político estatal sobre os corpos individuais e coletivos da população. Assim, como colocado por Foucault "...ele permite uma gestão política e econômica através da diferença entre legalidade e ilegalidade." (Foucault, 2006, p. 248)

Os dispositivos, ainda dentro da análise do autor, referem-se a uma rede de vários elementos que se vinculam no sentido de promover resoluções que deem conta de "problemas" apresentados nas esferas particulares e gerais da sociedade, sendo ele um elemento dinâmico por efeito de dois processos que o engloba.

O primeiro ligado a seu caráter funcional que traz para os dispositivos elementos fluidos e de rearticulação, que estão sempre sujeitos a reajustamentos na forma como vinculam seus elementos. O segundo está ligado a seus efeitos de poder e as tensões existentes entre os discursos de dominação e os movimentos de resistência.

Esses dois processos são efeitos do caráter constitutivo dos dispositivos, que ao apresentarem elementos de efeitos concretos em termo de normalização de condutas, promovem as mudanças necessárias dentro de sua própria estrutura, propondo novas formatações, a fim de se assegurar a manutenção de sua lógica governamental, sendo nesse processo que as relações de poder ganham materialidade.

Sendo então entendido como um conjunto de práxis, saberes e instituições que tinham como objetivo o controle, a administração, o governo dos comportamentos, gestos e pensamentos dos homens.

Ainda, refletindo sobre o modo de operação dos dispositivos na sociedade e sobre os sujeitos, Agamben, em palestra proferida no Brasil traz uma explanação sobre

> A cisão do sujeito operada pelo dispositivo penitencial era, neste sentido, produtiva de um novo sujeito, que encontrava a própria verdade na não-verdade do eu pecador repudiado. Considerações semelhantes podem ser feitas para o dispositivo prisional, que produz como consequência mais ou menos imprevista a constituição de um sujeito e de um *milieu* delinquente, que transforma novamente o sujeito e, desta vez, perfeitamente calculadas em técnicas de governo. (Agamben, 2005, p. 15)

Demonstrado assim que as potencialidades dos dispositivos estão intrincadas a um desejo demasiado humano de felicidade, captura e objeção, desejo esse que é ele mesmo produzido por dispositivos para sua autopromoção e manutenção.

Pensar esse poder não apenas como "uma dominação global" de um sobre os demais, como um poder real sobre os seus súditos, mas em múltiplas formas de dominação que podem se exercer no interior da sociedade a partir de instrumentos criados, consolidados e efetivados por discursos de verdades e que funciona como um "ativador" de procedimentos de sujeição, como coloca Foucault "O sistema do direito e o campo judiciário, são os veículos permanentes de relações de dominação, de técnicas de sujeição poliformas" (FOUCAULT, 1999, p.32).

Cabe-nos agora apresentar os dois exemplos de dispositivos detectados pelo autor e que estão presentes como justificativa e implementação das instituições e práticas do Estado moderno.

3.3.1.1 Os dispositivos disciplinares

O novo poder que, alheio ao poder monástico, se configura no formato da disciplina.

Em seu livro Vigiar e Punir (2011), Foucault aponta que foi durante a época clássica que o corpo individual passou a ser alvo e objeto do poder, no sentido de que cada corpo individual está preso a uma gama de poderes que lhe impõem limitações, proibições e obrigações, sendo a novidade não mais o entendimento desses corpos como uma grande massa, mas sim, trabalhando-os de maneira detalhada, a ponto de se controlá-lo com o objetivo fim de "domesticá-lo", de torná-lo "dócil", sendo essa docilidade entendida como um corpo que se submete ao mecanismo de comportamento e controle que lhes façam corpos economicamente útil no seio da sociedade.

> "As disciplinas descritas por Foucault são a história daquilo que vamos deixando pouco a pouco de ser, e a nossa atualidade desenha-se em controle de aberto e contínuo, muito diferentes das recentes disciplinas fechadas." (DELEUZE, 2017, Pg.5)

São as disciplinas, que diferente da vassalidade, são esses modelos de coerção sobre os corpos que devem operar de maneira ininterrupta, através de processos de atividades constantes que são exercidas através de todo uma codificação que inter-relaciona tempo, espaço e os movimentos que cada um desses corpos devam exercer, impondo-lhes uma relação de sujeição, de relação entre docilidade e utilidade e que segundo o autor se tornaram fórmulas gerais de dominação no decorrer dos séculos 17 e 18.

Em seu livro Vigiar e punir (2011) Foucault, já no início elucida como há uma mudança na racionalidade por detrás dos comprimentos da pena que deixam de ter o suplício público como o principal "palco" de execução dos condenados para uma nova estratégia voltada aos mecanismos administrativos de justiça.

> Mas a relação castigo-corpo não é idêntica ao que era nos suplícios. O corpo se encontra aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de

> sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos construtivos da pena. O castigo passou de uma arte de sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. (FOUCAULT, 2011, p.16)

Forma-se então, uma política sobre os corpos que é também entendida como uma "mecânica do poder", que define como se deve dar um domínio sobre o corpo individual de cada população, para que se faça desses corpos organismo que operem segundo uma rapidez e em eficácias necessárias dentro das metodologias fabris.

O objetivo proposto pelo autor, ao tomar como objeto de estudo a prisão, é a tentativa de compreensão da racionalidade que se opera por detrás do sistema penal, suas condições históricas no momento do nascimento da prisão e suas justificativas morais de implementação de força.

> Em lugar dessas louvações que tornam o criminoso um herói, só se propagarão então nos discursos dos homens esses sinais-obstáculos que impedem o desejo do crime pelo receio calculado do castigo. A mecânica positiva funcionará totalmente na linguagem de todo os dias, e está a fortalecerá sem cessar com novas narrativas. O discurso se tornará o veículo da lei: princípio constante da recodificação universal. Os poetas do povo se juntarão enfim aos que se chamam a si mesmo de "missionários da razão eterna"; tornar-se-ão moralistas. (FOUCAULT, 2011, p.108)

As origens desses modelos disciplinares segundo o autor, não se dá de maneira súbita, ela já é vista em múltiplas localizações e estão ligadas ao surgimento de uma nova forma de exercício de poder que se desenvolveu do fim do séc.17 e no decorrer do séc.18, em que ao ter como objetivo fazer o poder chegar aos corpos individualizados, as técnicas deveriam ser inseridas nos processos de aprendizagem e da vida cotidiana de cada um.

Assim, começam a aparecer instituições esparsas que se aproximam em termos de funcionamento, como as escolas, os hospitais e as instituições militares e que possuem como objetivo comum um elemento

> A cada vez, ou quase, impuseram-se para responder a exigência de conjunturas: aqui uma inovação industrial, lá a recrudescência de certas doenças epidêmicas, acolá a invenção do fuzil ou as vitórias da Prússia. O que não impedem que se inscrevam, no total, nas transformações gerais e essenciais que necessariamente serão determinadas. (FOUCAULT, 2011, p. 134)

Ainda nessa passagem, o autor aponta que no final do séc. 18, o suplício público, tipo de penalidade existente na forma de governo do soberano e que foi descrito por Foucault nas primeiras passagens do livro (FOUCAULT, 2011, p. 9-11), passa a ser alvo de críticas dentro da *reforma humanista* que ocorreu dentro das instâncias do direito. O suplício que passa a ser

apontado como uma “má economia do poder” e que era resultado de um poder direto do soberano de punir, deveria ser substituído por uma nova racionalidade da punição em que tendo por base princípios mais equitativos, se estabeleceria em uma nova economia do poder de castigar em que o encarceramento ganharia destaque.

Nessa nova racionalidade, o fundamento da punição não mais seria uma ofensa contra o corpo ou a vontade do soberano, mas sim na regularidade, na eficácia em seus efeitos e na diminuição do custo econômico de toda a sua prática.

Ao localizar dentro dessas instituições uma série dessas técnicas disciplinares que se assemelham em suas racionalidades econômicas sobre os corpos, podemos traçar um modo de anato-política, de descrições e de saberes sobre os corpos, que segundo o autor, compõe uma nova forma de se governar, entendida como uma “microfísica do poder”, que vai ganhando campo em diversas áreas do corpo social.

> Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da Era Clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiúçam-nos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno. (FOUCAULT, 2011, p. 136)

Salientando que a invenção das técnicas disciplinares está diretamente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo industrial e ao tipo de sociedade necessário ao seu desenvolvimento, que através de todo um conjunto de aparelhos e instituições introduziu uma ciência, uma normalização do corpo ao trabalhador tornando-o parte do processo econômico de produção.

Aprofundando a instrumentalização do uso das disciplinas, o autor salienta que seu uso tem relação direta com o espaço. As disciplinas, exigem a especificação de lugares heterogêneos e fechados em si mesmo que precisam ser um local protegido e eficiente para que de forma discreta possam funcionar pelos seus fins de controle e sujeição.

Ressaltando que a disciplina não pode ser confundida com as instituições as quais elas são implementadas, elas devem ser entendidas como conjunto de técnicas, instrumentos, procedimentos que visam os processos de normalizações, de controle e submissão total dos indivíduos e podem ser inseridas em diferentes espaços que compõem a sociedade, veremos exemplos no capítulo que se segue na tese.

Outro aspecto levantado é sobre a necessidade do que ele chama de *quadriculamento*, em que o espaço disciplinar trabalha no sentido de decompor as coletividades, trabalhando dentro de um aspecto individual, controlando cada corpo em cada um de seus "pormenores"

> Importa estabelecer as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 2011, p. 138)

Os indivíduos passam assim a serem regularmente submetidos a procedimentos de exame, no qual são tomados como "objetos" de observação de um poder na forma de uma vigilância constante. Eles se tornam o meio sobre o qual vai se ocorrer a formação de discursos de saberes sobre os melhores procedimentos normalizadores e ainda, ao mesmo tempo, vão ser os "alvos" desses conjuntos de saberes que lhes controlam, lhes normalizam, em um processo de objetivação e de sujeição.

Um terceiro ponto levantado por Foucault, mostra que esse aspecto de disciplinamento se prolifera para diversos espaços das cidades em um movimento de delimitar os espaços das cidades não apenas com o objetivo da vigilância, mas com o objetivo de torná-los espaços úteis e que devam ter como função a apropriação sobre todo o coletivo urbano, vigilando todo os corpos, todas as ações consideradas ilegais e do mal, tendo para esse fim uma junção estratégias de gestão ligadas às atividades de administração fiscal e econômica e que se respaldam de observações médicas.

Os controles de vigilância ultrapassam as médicas e como colocado pelo autor

> A vigilância médica das doenças e dos contágios é aí solidária de toda uma série de outros controles: militar sobre os desertores, fiscal sobre as mercadorias, administrativo sobre os remédios, rações, desaparecimentos, curas, mortes, simulações. Donde a necessidade de distribuir e dividir o espaço com rigor. (FOUCAULT, 2011, p. 139)

Outro movimento que Foucault aponta como também característico nos dispositivos disciplinares é a classificação dos sujeitos, "a disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para as transformações dos arranjos". Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações." (FOUCAULT, 2011, p. 141).

Fazendo com que nesse movimento inicie-se a emergência de uma série de "saberes científicos", como a pedagogia, a psiquiatria, que passaram a dar suporte para toda a

construção da nova forma de perceber o corpo do indivíduo como o passível aos diversos mecanismos de poder.

Tomando como reflexão sobre o ordenamento das classes nos ambientes escolares, em que as crianças são alinhadas e ordenadas por idades e desempenhos, o autor mostra como se introduz no seio da sociedade uma nova economia do tempo que aliado a organização dos espaços transformam multidões inúteis e potencialmente perigosas em coletivos múltiplos organizados e adestrados para o bom funcionamento econômico, classificando-as através de observações a fim de se construir uma registro geral e permanente categorizando os indivíduos em um movimento institucional dentro de um quadro de técnicas de poder e processos de formação de saberes que buscam as codificações instrumentais para os corpos individuais.

Nesses locais os corpos dos indivíduos são levados a "ajustes", controles de tempo, de aplicação das atividades, das regularidades e que são prescritos a partir de novos conjuntos de obrigações ligadas a uma anátomo-cronológico do comportamento individual que visa a busca das melhores condições de eficácia e de rapidez.

Surge assim, segundo Foucault, uma nova exigência às formas de disciplina ligadas a definição da composição de elementos que auxiliam na formação de aparelhos eficientes para o funcionamento da sociedade.

> Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação de forças, organiza "táticas". A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorada por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar. Nesse saber, os teóricos do século XVIII viam o funcionamento geral de toda a prática militar, desde o controle e o exercício dos corpos individuais, até à utilização das forças específicas às multiplicidades mais complexas. Arquitetura, anatomia, mecânica, economia do corpo disciplina; (FOUCAULT, 2011, p. 161)

Como resultado desse processo, segundo Foucault, temos o surgimento do indivíduo moderno, esse sendo o resultado desses processos disciplinares.

Aspecto importante de ser analisado e descrito na obra do autor é o caminho pelo qual as estratégias de poder vão percorrer ao longo do fio histórico da arte de governar. Como

colocado pelo autor, a tomada do poder sobre o dia a dia sobre os indivíduos e sobre a população, foi se constituindo "aos poucos" em um movimento que teve uma de suas bases no cristianismo e toda a tecnologia em volta do ato confessional. Como colocado por Senellart (2012), a questão do cristianismo vai ganhar um lugar de ponto de partida nas reflexões do autor em torno da arte de governo.

> A questão do cristianismo, a partir de meados dos anos 1970, ocupa um lugar crescente no trabalho de Foucault. Ela é abordada de diferentes pontos de vista: o das disciplinas, primeiramente, e o processo de normalização social na época clássica; do pastorado, como matriz da governamentalidade moderna. (SENELLART, 2012, p.73)

Foucault analisa a história do cristianismo a partir de um ponto de vista institucional, em que reflete sobre a igreja a partir de seus instrumentos de constituição de força política. Instrumentos esses ligados a uma nova técnica de poder que ao fundar a obrigação da obediência fez os sujeitos serem expostos a esse processo de subjetivação pelo apelo.

A disciplina normaliza, ela estabelece procedimentos de adestramento de controle permanente, ela normaliza a partir do momento que impõe um modelo construído com o objetivo de se estabelecer a identificação do normal e o anormal.

Esse conjunto de normas de identificação e construção de modelos disciplinares para Foucault aparece pela primeira vez na história na Idade Clássica com a invenção do que o autor chamou de "tecnologias positivas do poder". No curso de 1974-1975, Os Anormais, é exposto modelos de exclusão dos leprosos e de inclusão dos pestíferos, existentes no fim do século XVIII início do século XIX, como indutores da formação de um saber sobre os indivíduos que acabou se estendendo para demais instituições da sociedade. Saber esse que construiu uma complexa rede de relações de poder e saber que consolidaram essas técnicas disciplinares presentes na arte de governar moderna.

Ainda segundo o autor foi o cristianismo que instaurou uma nova forma de governo que se endereçava à arte de "dirigir as almas" e que era nada mais que uma forma de controle social e de submissão total dos indivíduos. Um conjunto de técnicas disciplinares que pelo viés do tema da salvação, torna o indivíduo refém de processo que vão desde o seu exame de méritos e faltas, passando pela condição de absoluta servidão ao caminho da lei divina e por uma sujeição completa. Sendo todo esse aparato de uma constituição de subjetividade o prelúdio necessário a oconstrução das bases da governamentalidade moderna.

3.3.1.2 O dispositivo de segurança.

Foucault em aula proferida no dia 18 de Janeiro de 1978 (2008, p. 155), analisa que os movimentos urbanísticos ocorridos nas cidades do século XVIII, ao mesmo tempo em que transformaram o poder soberano em um arquiteto do espaço disciplinador também o tornou regulador do meio urbano que tinha como função determinar e assegurar a circulação de pessoas, de mercadoria, até mesmo a circulação do ar.

Essa passagem de uma microfísica do poder disciplinar para a inclusão da biopolítica com os dispositivos de segurança, se deu na segunda metade do século XVIII tomando não mais apenas o corpo individual que deve ser disciplinado como o único ponto de interesse de gestão, mas também o conjunto de processos biológicos e sociais que envolve a vida dos cidadãos.

Sobre os dispositivos de segurança em uma síntese, Foucault descreve

> ...isto é, o conjunto de fenômenos que eu gostaria de estudar agora. Dispositivos de segurança que vai, para dizer as coisas de maneira global, inserir o fenômeno e, questão, a saber, o roubo, numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo do custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É, portanto, todo uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça. (FOUCAULT, 2008, p. 9)

No último capítulo de ``A vontade de saber'' (1985), o autor demonstra que a biopolítica surge também em oposição ao direito à morte concedida ao soberano em sua relação soberano/súdito, sendo que nessa nova gestão moderna o poder se exerce positivamente sobre a vida dos indivíduos.

Um dispositivo de segurança, do qual deve-se atentar para a forma de funcionamento de uma nova economia de poder. Para analisar essa nova tecnologia o autor busca em um exemplo de crise, a da escassez alimentar, para apontar as características existentes nesse novo elemento da arte de governar.

Deixou-se de lado o confisco da vida, direito exercido pelo soberano que tinha em sua vida, seu poder ameaçado, para dar lugar ao poder que se exerce com o intuito de se aumentar as possibilidades do bem-estar e da longevidade da população.

O uso da crise da escassez de alimento não é analisado de modo aleatório em Foucault,

> A escassez alimentar é um fenômeno cujas consequências imediatas e mais sensíveis aparecem, claro, inicialmente no meio urbano, porque afinal de contas a escassez é sempre relativamente menos difícil de suportar- relativamente- no meio rural. Em todo caso, ela aparece no meio urbano e acarreta quase imediatamente, e com uma grande probabilidade, a revolta. Ora, é claro, desde as experiências do século XVII, a revolta urbana é a grande coisa a evitar para o governo, do lado da população, catástrofe, crise, se preferirem, do lado do governo. (FOUCAULT, 2008, p. 40 e 41)

O impulso econômico que intermediou essa mudança nas tecnologias de poder e de implementação dos dispositivos de segurança foi, segundo o autor, a teoria econômica de doutrina fisiocrática que coloca como princípio fundamental de governança econômica, o princípio da liberdade e de comércio de circulação dos cereais.

Pois é justamente na realidade de circulação do cereal que vai se procurar obter um dispositivo que não mais tenha como objetivo o impedimento do fenômeno, como no sistema jurídico disciplinar, mas que trabalhe em conexão, em apoio com a própria realidade, que deve gerir o fenômeno pela sua natureza e não apenas anulando-a e a transformando-a pura simplesmente.

E analisando essa realidade Foucault vai definir a racionalidade a qual essas novas tecnologias de poder vão operar. Tomando ainda como o exemplo o problema da escassez de alimento o autor salienta

> Não vai mais haver escassez de alimento como flagelo, não vai mais haver esse fenômeno de escassez de forma maciça, individual e coletiva que evolui exatamente ao mesmo passo e sem descontinuidade, de certo modo, nos indivíduos e na população em geral. Agora já não há escassez alimentar no que concerne à população. Mas o que isso quer dizer? Isso quer dizer que essa freada da escassez alimentar é obtida por um certo "*laisser-faire"*, por um certo *"laisser-passer"*, um certo "andar" [*aller],* no sentido de "deixar as coisas andarem". O que vai fazer que se deixe os preços subirem onde eles tenderem a subir. Vai-se deixar que se crie e se desenvolva esse fenômeno de escassez-carestia neste ou naquele mercado, em toda uma série de mercados, e é isso, essa realidade mesma que à qual se deu a liberdade de se desenvolver, é esse fenômeno que vai acarretar justamente sua auto frenagem e sua auto regulação. (FOUCAULT, 2008, p. 54 e 55)

Importante observar que, como apontado pelo autor, nesse cálculo se encontra a possibilidade de que parte da população morra de fome, sendo essas mortes, parte do processo

que envolve fazer da crise alimentar uma quimera e evitando a constituição de uma crise de características maiores que abale o sistema gestão de governo.

Nesse novo raciocínio não se cabe mais se "tomar" cada indivíduo da sociedade em suas particularidades, mas sim em uma totalidade de indivíduos. Estamos a partir de então, diante de tecnologias de poder que vão se debruçar sobre uma multiplicidade de individualidades tomando-as dentro de um novo parâmetro de população. E por população Foucault caracteriza

> Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008, p. 28)

Para o autor, o valor positivo da noção de população aparece em meados do século XVIII retratada a partir de um valor positivo de poder do soberano, pois uma população de grande quantidade e obediente dava ao rei características de poderio e riqueza e depois com o advento das doutrinas econômicas mercantilista ganha dentro da dinâmica de poder do Estado um status fundamental pois

> Porque a população fornece braços para a agricultura, isto é, garante a abundância das colheitas, já que haverá muitos cultivadores, muitas terras cultivadas, abundância de colheitas, logo preço baixo dos cereais e produtos agrícolas. Ela também fornece braços para a manufaturas, isto é, permite, por conseguinte dispensar, tanto quanto possível, as importações e tudo o que seria necessário pagar em boa moeda, em ouro ou em prata, aos países estrangeiros. [Enfim,] a população é um elemento fundamental na dinâmica do poder do Estado, toda uma concorrência entre mão-de-obra possível, o que, obviamente, assegura salários baixos. Baixo salário que dizer preço baixo das mercadorias produzidas e possibilidade de exportação, donde nova garantia do poder, novo princípio para o próprio poder do Estado. (FOUCAULT, 2008, p. 90)

Ligado a essa noção de força produtiva a população ganha nas teorias mercantilizadas uma concepção de grupos de indivíduos que fossem efetivamente adestrados, repartidos e educados de acordo com os mecanismos disciplinares enquadrando-se assim ao projeto e prática política de poder mercantil.

Foucault vai perceber que essa relação de poder ainda de eixo soberano súdito existente na concepção mercantil de gestão populacional vai se transformar, com as teorias econômicas ligadas aos fisiocratas, em um conjunto a ser administrado a partir de sua própria naturalidade, sendo essa naturalidade que varia de acordo com os valores morais e religiosos aos quais estão submetidas, de acordo com seu estado de subsistência.

A população assim ganha toda uma série de variáveis que lhe fazem escapar da relação de obediência para com o soberano, ela aparece então como um fenômeno, que como colocado pelo autor, de voluntarismo legalista passa a ser constituída a partir de cálculos analíticos sobre sua natureza a qual se quer intervir, sendo que esses cálculos devam passar por todos os fatores da sociedade que reflitam diretamente sobre os valores e condições de sua realidade.

Sendo essa mutação na maneira de gestão populacional o fator importante na organização e racionalização dos novos métodos de poder.

Essa noção de população ganha um caráter instrumental, ela passa a ser entendida como um conjunto de elementos que podem ser utilizados como mensuração de fenômenos sociais que são também auxiliares na identificação e gestão universal dos desejos.

> Em outras palavras, no caso da população tem-se algo bem diferente de uma coleção de sujeitos de direitos diferenciados por seu estatuto, sua localização, seus bens, seus cargos, seus ofícios; [tem-se] um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, apresentam uma superfície de contato para a transformação autoritárias, mas refletidas e calculadas. (FOUCAULT, 2008, p. 98)

Outra variante na gestão da populacional da qual o autor chama a atenção é para o desejo individual. O desejo funciona como um motor de ação invariável sobre cada indivíduo que compõe a população e se torna um fator penetrável nas tecnologias de poder governamental, pois o desejo é o produtor do interesse, sendo essa produção coletiva um meio de criação artificial que trabalha dentro de padrões que se deixam gerir.

Há então um corte no próprio interior do saber-poder, no interior de suas tecnologias e na gestão que determina que não é mais apenas o corpo individual o alvo das ações de gestão e subjetivações, mas também os grupos de indivíduos, esses que serão o sujeito político e objeto sobre o qual os mecanismos serão dirigidos, sendo a ela, população o alvo das orientações sobre a maneira correta de se comportar.

Temos assim, a partir do século XIX, o que o autor chama de sociedade de normalização, na qual ao lado da disciplina, a regulamentação passa a constituir elemento importante dentro da gestão governamental. Qualificar, medir, avaliar, hierarquizar não mais apenas os corpos individuais, mas também o conjunto, a população para que os

comportamentos nascentes dos conjuntos dos corpos entrem no raciocínio objeto-subjetivação.

Ainda na aula de 18 de janeiro de 78, Foucault apresenta uma separação em que aponta como a categoria população não engloba a totalidade de indivíduos que fazem parte da sociedade. Ao apresentar o argumento apontado por Abeille [21] de que um possível movimento de revolta gerado a partir desse movimento "natural" do mercado de grãos deve ser entendido como uma movimentação social não pertencente a população, mas sim ao que ele categoriza como povo.

Sendo assim, povo essa parte dos indivíduos que não fazem parte da multiplicidade existente no sujeito-objeto coletivo, se caracterizando por indivíduos que se recusaram a ser parte da população e que são o problema a ser enfrentado em um possível desajustamento do sistema.

> Aqui também, nesse desenho que começa a esboçar a noção de população, vemos estabelecer-se uma divisória na qual o povo aparece sendo, de uma maneira geral, aquele que resiste à regulação da população, que tenta escapar desse dispositivo pelo qual a população existe, se mantém, subsiste, e subsiste em um nível ótimo. Essa oposição povo/população é importantíssima. (FOUCAULT, 2008, p. 58)

Aqui entra no raciocínio o que Foucault chamou de racismo de Estado, apresentando-o como uma das principais características do Biopoder, entendendo-o como uma forma moderna que é utilizado como base justificativa que permite uma cisão entre os que devem morrer e os que devem viver. Entendido ainda de uma maneira positiva, a partir do momento em que age em detrimento do aperfeiçoamento da sociedade, à medida em que trabalha para o "desaparecimento" dos indivíduos anormais, dos degenerados para o alargamento do bem-estar social.

Foucault traz como exemplificação dessa noção o genocídio em massa de populações (1999), exemplo extremo mas que ilustra como o raciocínio da eliminação dos inimigos políticos trabalha dentro da ideia de eliminação dos que "ameaçam" direita ou indiretamente a vida dos que foram enquadrados como população.

---

[21] L. P. Abelle (1719-1807) foi secretário da Sociedade de Agricultura da Bretanha e secretário de Bureau do Comércio em 1768, publicando o livro *Lettre d'un négociant sur la nature du commerce de grains* em 1963, em que discute a gestão da escassez de grãos, texto esse do qual Foucault vai dialogar durante todo o curso.

O nazismo para o autor, foi o exemplo histórico da generalização desse discurso e que levou até as últimas consequências esses mecanismos de poder, no Estado nazista não se tratou simplesmente da eliminação da raça inferior, no caso o povo judeu e outros grupos culturais, mas de expor, a partir de discursos e instrumentos, a própria sociedade alemã a perigos que davam sustentação ao controle e a submissão da população pelo partido nazista.

O "tirar a vida" dentro da lógica de biopoder ganha caráter de admissibilidade na medida que tem como justificativa a eliminação do perigo biológico-social e o desenvolvimento e o fortalecimento da população, o racismo de Estado ganha status de aceitabilidade dentro do discurso biopolítico da administração e se torna elemento de suporte de governamentalidade na sociedade normalizada.

Ainda suscitando uma reflexão sobre o funcionamento do dispositivo de segurança, Foucault vai se debruçar a questão da normalização dentro desse conjunto de tecnologias, no curso de 25 de janeiro de 1978, ele coloca como é possível operar processos de normalização dentro do dispositivo que tem como base o l*aise-faire.*

Para início de tal reflexão, o autor vai trazer como caso de análise a questão da epidemia de varíola do século XVIII. Em primeiro lugar, descreve-se o processo pela qual a varíola, a partir de toda uma teoria médica, passa a não mais ser categorizada como uma doença ligada a um clima, uma localidade ou um grupo de pessoas específico, para a noção de caso, que monta toda uma maneira de análise que através da quantificação de contaminações e contágios vai entender a doença a partir de um fenômeno coletivo e de caráter populacional.

Sendo através dessa nova metodologia de análise ser possível a obtenção de cálculos que assegurem perfis populacionais com parâmetros de idade, localidade de moradia, profissão e a relação ao risco de contaminação e mortalidade que cada um desses grupos possui, formando os cálculos de risco. Esses cálculos orientam os dispositivos de segurança, na medida em que traça as diferenças que existem dentro da população sobre a possibilidade de contágio e de morbidade dentro de situações de risco, como no caso de uma pandemia.

Apresenta-se toda uma descrição metodologia para o combate da pandemia que exemplifica que as técnicas e formas de intervenção não mais são orientadas dentro de um sistema disciplinar que trabalha nas intervenções diretas em cada indivíduo doente através do tratamento e sobre os que não são doentes através da imposição do isolamento. Mas que vai

se debruçar sobre a população e trabalhar dentro dos parâmetros prováveis e normais de morbidades e mortalidades, buscando alternativas que abrandem a situação mas sem uma intervenção abrupta e com sérias rupturas no cotidiano da população.

Assim, diferentemente das disciplinas em que a norma trabalha no sentido de distinguir o normal e o anormal, no dispositivo de segurança vamos ter diferentes níveis de normalidade e de operações de normalização que irão trabalhar com parâmetros diferentes dentro de uma mesma norma.

> Em outras palavras, não é ao eixo da relação soberano-súdito que o mecanismo de segurança deve se conectar, garantindo a obediência total e, de certa forma, passiva dos indivíduos ao seu soberano. Ele se conecta aos processos que os fisiocratas diziam físicos, que poderíamos dizer naturais, que podemos dizer elementos de realidade. Esses mecanismos também tendem a uma anulação dos fenômenos, não na forma de proibição, "você não pode fazer isso", nem tampouco "isso não vai acontecer", mas na anulação progressiva dos fenômenos pelos próprios fenômenos. Trata-se, de certo modo, de delimitá-los em marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei que lhes diga não. Não é, portanto, no eixo soberanos-súditos, tampouco é na forma de proibição que os mecanismos de segurança se põem a funcionar. (FOUCAULT, 2008, p. 86)

No curso de 29 de março de 1978, Foucault num contínuo reflexivo vai debruçar sobre o que ele chama de grande conjunto tecnológico existente nessa nova razão de Estado, a "polícia" nos mostrando as transformações existentes quanto a polícia, que a partir do século XVII vai se caracterizar como

> … o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças. (FOUCAULT, 2008, p.421)

No que tange a população, a polícia vai se encarregar de um conjunto de controles, de decisões que os homens fazem ao longo da vida em sua relação com o Estado, sendo que nessa relação não importa as relações desses com o seu próprio ser, mas sim, o que eles fazem e com o que se ocupam.

> O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado… é a atividade do homem como elemento constitutivo da força do Estado. (FOUCAULT, 2008, p.433)

A partir dos objetivos expostos acima, a polícia passa a se preocupar com os números de habitantes do Estado, pois dentro de seu conjunto estratégico de força é importante a mensuração das atividades realizadas pelos homens e a relação dessas com o conjunto de forças presentes como a extensão territorial, os recursos naturais e as atividades comerciais.

O segundo ponto de preocupação da polícia é quanto a necessidades da vida dos indivíduos, gerando para a população os meios de suas primeiras necessidades, como alimento, roupa e habitação que implica como atividade um controle exato da comercialização, circulação e da provisão desses bens.

E para o autor, o terceiro ponto de atenção da polícia é quanto à saúde da população, que se torna um objeto a ser administrado na medida que ter saúde é uma condição básica para o desenvolvimento das forças do Estado. Não sendo apenas um ponto de atenção quando deflagrado um momento de crise, como no caso de epidemia, mas sim em seu aspecto cotidiano, estando a polícia permanentemente atenta a tudo que possa causar doenças em sua totalidade.

> Vai ser então o caso, principalmente nas cidades, do ar, do arejamento, da ventilação, estando tudo isso, evidentemente, ligado à teoria dos miasmas, e vamos ter toda uma polícia de um novo equipamento, de um novo espaço urbano que será submetido, subordinado a princípios, as preocupações de saúde: largura das ruas, dispersão de elementos que podem produzir miasmas e envenenar a atmosfera, os açougues, os matadouros, os cemitérios. Portanto toda uma política do espaço urbano ligado a esse problema da saúde. (FOUCAULT, 2008, p.436)

Outro aspecto de interesse da polícia é quanto a produtividade da população, sendo seu papel o de zelar pela atividade individual de cada membro da população, eliminando a ociosidade e regulamentando a diversidade de atividades econômicas que são necessárias para o desenvolvimento do Estado.

Por fim, como apontado por Foucault, é ponto de gestão da polícia a circulação, seja ela de mercadoria e ou da população, assim, será parte da gestão o desenvolvimento e regulação das estradas, da navegação dos rios e canais. Nesse âmbito é também seu trabalho, a repressão da vagabundagem e a facilitação da circulação das mercadorias.

De modo geral, vai ser todos os aspectos de sociabilidade existentes nas sociedades o campo de atuação das polícias. Sendo então a polícia, o conjunto de intervenções que garantam o melhor viver, a manutenção e o aumento da produtividade, tudo com o objetivo do aumento de força e o crescimento econômico do poder Estatal.

Foucault, no curso de 5 de abril de 1978, salienta que esses objetivos das polícias expostos acima têm em comum seu caráter urbano. Só existem no sentido da coexistência densa em um determinado território.

> Urbano no sentido de que uns, alguns desses objetos, só existem na cidade e porque existe uma cidade. São as ruas, as praças, os edifícios, o mercado, o comércio, as manufaturas, as artes mecânicas, etc. Os outros são objetivos que são problemas e que são do domínio da polícia, na medida em que é principalmente na cidade, que eles adquirem o essencial de sua importância. A saúde, por exemplo, a subsistência, todos os meios para impedir que haja escassez alimentar, [a] presença dos mendigos, [a] circulação dos vagabundos-os vagabundos só vão ser problema no campo bem no fim do século XVIII. (FOUCAULT, 2008, p.451)

O mesmo se dá com a gestão da fabricação, da circulação e da troca, que são problemas oriundos dos espaços das cidades e que traz para a polícia também um caráter mercantil. E nesse sentido, para o autor, a constituição da tecnologia polícia faz parte do processo de regulamentação e legislação urbana que vinha se desenvolvendo junto a uma nova racionalidade político-econômica ligada ao mercantilismo, policiar e urbanizar são parte do mesmo processo.

> Daí o fato de que a polícia nos séculos XVII e XVIII foi, a meu ver, essencialmente pensada em termos do que poderíamos chamar de urbanização de território. Tratava-se, no fundo, de fazer do reino, de fazer do território inteiro uma espécie de grande cidade, de fazer que o território fosse organizado como uma cidade, como base no modelo de uma cidade e tão perfeita quanto uma cidade. (FOUCAULT, 2008, p.452)

Fenômeno então ligado à emergência da cidade-mercado, que apresenta toda uma problemática quanto a coabitação, circulação e vigilância necessários para a manutenção do bom governo que passa a ser amparada pela tecnologia da polícia, por um processo permanente de regulação.

Ainda em seu raciocínio o autor apresenta como essas regulações são estruturadas nas mesmas bases que as tecnologias disciplinares, ocorrendo assim o processo de grande proliferação dos dispositivos disciplinares no seio da sociedade.

> Ou seja, é necessário ver que essa grande proliferação das disciplinas locais e regionais a que pudemos assistir desde o fim do século XVI até o século XVIII nas fábricas, nas escolas, no exército, essa proliferação se destaca sobre o fundo de uma tentativa de disciplinarização geral, de regulamentação geral do indivíduo e do território do reino, na forma de uma polícia que teria um modelo essencialmente urbano. Fazer da cidade uma espécie de quase convento e do reino uma espécie de quase cidade - é essa a espécie de grande sonho disciplinar que se encontra por trás da polícia. (FOUCAULT, 2008, p.459)

Em relação às diferenças existentes entre os dois modelos de dispositivos disciplinares e de segurança, os dispositivos disciplinares funcionam em espaços isolados, ela isola, concentra, encerra, sendo nesses espaços segmentados que seus mecanismos podem funcionar de maneira plena e sem limites. O dispositivo de segurança, ao contrário, possui tendências ampliadoras e está o tempo todo integrado à realidade das produções, dos comportamentos,

das circulações, sendo tecnologias que se organizam e integram os mercados mundiais, tornando-se cada vez mais amplo.

A segunda diferença se dá na questão da vigilância e interferência, a disciplina tem por característica a vigilância e a regulamentação do todo, em que até as mínimas questões devam passar pelo crivo. Já o dispositivo de segurança, trabalha dentro da lógica do *deixar-fazer,* não abrindo mão de qualquer vigilância e regulação, mas sim apenas nos fenômenos considerados pertinentes para a gestão da população.

E por último temos o processo de formação das legalidades, no dispositivo disciplinar a totalidade é dividida e classificada de acordo com códigos de condutas que asseguram o que é permitido e o que é proibido, com especificidades e condutas precisas que apontem o que é permitido e o que é obrigatório. Já nos dispositivos de segurança não há uma precisão sobre os modelos do que é impedido e do que é obrigatório que são moldados a partir do que se almeja como ordem, mas sim baseado na realidade colocada e que busca a partir de instrumentos de regulação o freio, o limite, a anulação de ações.

Não há um momento de ruptura e de inserção entre essas diferentes formas de arte de governo, o que ocorre, é como colocado por Foucault

> De sorte que as coisas não devem ser de forma nenhuma ser compreendidas como a substituição de uma sociedade da soberania por uma sociedade da disciplina, e mais tarde de uma sociedade da disciplina por uma sociedade, digamos, de governo. Temos, de fato, um triângulo- soberania, disciplina e gestão governamental-, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008, p. 143)

Como explanado não há em Foucault (2008) uma separação ou uma superação entre momentos históricos delimitados em que há um momento de gestão por mecanismo disciplinares e outro de mecanismo de segurança, temos sim, uma compilação, um aperfeiçoamento de técnicas que vão se desenrolando ao longo da sociedade moderna.

Passado a explanação de umas das bases teóricas reflexivas deste trabalho, retomemos os aspectos discursivos e práticos presentes no projeto de Paris definido por Haussmann.

As reformas de Haussmann visavam um projeto de embelezamento da cidade que tinha como objetivo a substituição da forma orgânica de transformação da cidade em um enclave na região central que possuísse a partir de um trabalho de planejamento urbanístico, uma cidade extremamente planejada com largas e arborizadas avenidas, os famosos

Bulevares, que também tinham o intuito de impedir a insurreição dos populares em barricadas e propiciar um ágil deslocamento militar e econômico na cidade, como também propor uma nova fisionomia para Paris.

Foi um projeto de metrópole que transformou parte da cidade em um espaço de favorecimento de uma racionalidade econômica que veio a favorecer a lógica do capital financeiro dentro do território urbano.

Ela foi o palco da construção de uma cidade - vitrine voltada para a produção do consumo que modela um novo indivíduo urbano moderno a partir de uma concepção burguesa de civilização que se interliga a uma concepção higienista de urbano e que torna as classes populares, aquelas não alinhadas as ideias burguesas de códigos de conduta e comportamento, como classes perigosas associadas à doenças faltas de higiene e propagação do perigo para o meio social.

O projeto de Haussmann constrói esse enclave moderno de cidade, orienta a partir de uma valorização de novos espaços urbanos a estruturação de espaços e condutas que reforçam as divisões societárias e alimenta uma necessidade de controle social que é compreendida e festejada pelo indivíduo desse enclave visto os possíveis temores que os "indivíduos de fora" podem gerar nessa micro – comunidade cosmopolita fabricada.

Dessa maneira, entendemos o projeto de Haussmann como um conjunto de procedimentos de controle permanente que pretende uma normalização a partir da imposição de um modelo de sociedade fabricado que estabelece a identificação do que deve ser considerado normal e anormal.

Ligado a uma racionalidade econômica, o projeto é atrelado a uma concepção de cultura burguesa que enquadra, adestra e educa os indivíduos a mecanismos disciplinares que criam o modelo de subjetividade moderna.

Aliado ao projeto há uma necessidade da tecnologia de polícia, esse conjunto de procedimentos permanente de regulamentação dos espaços urbanos que permite a manutenção da boa circulação dentro do processo de produção do capitalismo industrial e que destrói fisicamente os espaços e reprime os movimentos de livre pensamento e de questionamento das condutas impostas.

Por fim, o projeto apresentou princípios higienistas e embelezadores que orientavam as condutas disciplinares da época que associavam os princípios urbanísticos e seus discursos a uma ciência capaz de identificar as "doenças" da cidade e, da mesma maneira, assegurar intervenções com o objetivo da "cura".

Apontando assim o objetivo de um disciplinamento que garantisse a racionalidade econômica moderna, a partir da criação de técnicas policiais, sanitárias e comportamentais que organizaram os espaços de Paris de uma forma funcional e hierárquica.

Em nome da "saúde e do bem estar da população" houve um desmonte da estrutura urbana que até então se constituía basicamente de vias estreitas, becos e vielas e em seu lugar há um projeto urbano pautado por grandes eixos de circulação que evitam a concentração das pessoas e que cria um cenário pautado em regras de ordenamento que vão incidir em mecanismo disciplinares de construção da subjetividade moderna.

entendendo dispositivo como um conjunto de elementos discursivos e não discursivos que atuam no sentido de cumprir uma função estratégica para uma determinada governamentalidade, é possível ver muitas aproximações no projeto da Paris metrópole do século XIX com a construção deste saber utilizado para mediar ações específicas de controle e ordenamento do território.

A Paris metrópole de Haussmann, do cenário do flâneur benjaminiano, é analisado por esse trabalho como o ambiente "a céu aberto" que delimitou no centro da cidade um enclave que funcionou como o espaço de construção e de manutenção do conjunto de dispositivos que não apenas regulamentou e estruturou os espaços urbanos modernos, mas foi cenário do desenvolvimento da subjetividade moderna.

Tomemos agora como análise novamente os casos recentes de intervenção na região central da cidade de São Paulo para verificarmos como esse mesmo movimento vem sendo conduzido dentro de uma perspectiva brasileira.

4. A construção da São Paulo do flâneur endividado

4.1 O enclave globalizado das Nações Unidas.

Mariana Fix em seu livro, São Paulo cidade global (2007) analisa a criação e a execução do centro empresarial Nações Unidas (Cenu) intitulado o maior empreendimento comercial do eixo de negócios da marginal Pinheiros que ao ser construído em meados da década de 1990 foi emblemático na promoção imobiliária da região.

> O complexo brasileiro é uma espécie de "mini-Rockefeller Center", uma "gigantesca máquina antiurbana" ocupada por bancos nacionais e estrangeiros, uma grande rede hoteleira e uma série de empresas do ramo de tecnologia da informação. Como veremos, o empreendimento beneficiou-se da remoção violenta de uma grande favela situada no terreno vizinho e da construção pela Prefeitura de uma avenida ao longo do córrego Água Espraiada – ambas ações que movimentaram os valores dos imóveis da região. (FIX, 2007. p.75)

O centro começou a ser planejado pela incorporadora Bolsa de valores do Estado de São Paulo, nos anos de 1980, localizado entre a marginal Pinheiros e a avenida Luís Carlos Berrini e sendo próximo dos bairros Jardins, Morumbi, Brooklin e Alto da Boa Vista, o local foi considerado adequado para a tipologia e o modelo de construção que se pretendia desenvolver.

O conjunto foi concebido como uma concepção de projeto único e integrado, duas torres foram construídas simetricamente para receber um complexo de escritórios e no subsolo foi projetado um shopping center com lojas para o consumo e para serviços interligados com as torres e que servem de suporte para os escritórios ali instalados, possuindo ainda cinco subsolos de garagem.

Para conseguir entrar no complexo é necessário o cadastro, a identificação e a fotografia dos visitantes e funcionários, nos balcões localizados nos pavimentos térreos que são rodeados por catracas.

Sobre o cotidiano do complexo para além dos espaços de trabalho, Fix descreve a partir de entrevistas realizadas

> Os shows e desfiles, a presença de artistas, que às vezes almoçam no Cenu, a ligação com o Shopping D&D, de "classe A", a praticidade de acessar lojas, serviços e restaurantes por meio de um elevador, sem sair à rua, a correria do dia a dia, os pontos de encontro já conhecidos e a segurança de estar sendo "monitorado" são alguns dos motivos apontados pelos funcionários das empresas para permanecerem no conjunto ao longo do dia. "Quem trabalha no Cenu acaba almoçando aqui, a não ser que queira economizar. ""[O lazer} acaba sendo aqui também. Há locadoras de vídeo, cabeleiros, lojas de conveniências, agências de turismo etc." O cheiro de esgoto na rua, a falta de segurança, os índices de roubo e assalto de Laptops, especialmente no cruzamento da avenida Água Espraiada (atual avenida Jornalista Roberto Marinho), são alguns dos motivos mencionados para não sair do complexo. "Nosso ponto forte é a questão do monitoramento e da segurança, porque ao mesmo tempo que você trabalha em um prédio cinco estrelas, ao lado tem uma favela. Muitas vezes as pessoas que prestam serviços são pessoas necessitadas." As pessoas da favela que entram no Cenu são barradas pela central de segurança. Ao mesmo

> tempo, na avenida Berrine há muitos "policiais à paisana, porque esta região explodiu de uma hora para a outra". Desse modo, "quem trabalha aqui dificilmente sai do edifício, usa os serviços internos", explica a gerente da empresa de consultoria: "Sinto falta de outra realidade", conclui. (FIX, 2007. Pg.85 e 86)

A descrição da autora sobre o cotidiano e sobre as percepções das pessoas que frequentam o complexo em muito se assemelham às descrições feitas por Benjamin sobre os bulevares de Haussmann. Claro que são aproximações feitas a partir de um ideário de espaço urbano que no caso do Complexo das Nações Unidas refletem tipologias de edificações presentes nas cidades contemporâneas e uma estrutura física que condiz com os enclaves fortificados descritos por Caldeira, disseminados pela cidade, mas que compartilham a sensação da construção artificial de um enclave de consumo e de experiência delimitado e que além de demarcar uma estratificação espacial no espaço da cidade, cria uma "outra cidade" que não aquela presente na realidade da capital paulista.

Analisaremos agora o modo de acesso e consumo desse tipo de espaço pela grande maioria da população da cidade.

No livro Nas tramas da cidade (2006), a socióloga Vera da Silva Telles descreve, a partir da criação de um bairro fictício de São Paulo, as características do que é uma "periferia consolidada" da cidade. Seus apontamentos descrevem um bairro bem pavimentado, com uma cobertura dos serviços urbanos básicos e que está situado a poucos quilômetros da Avenida das Nações Unidas, essa conhecida por ser um polo de Centros empresariais e como colocado pela autora, uma fortaleza, um enclave globalizado com aproximação geográfica ao bairro periférico.

O ponto de encontro entre esses dois mundos acontece, segundo a autora, em torno de dois processos. O primeiro via trabalho, em que os moradores da periferia deixam seu curriculum vitae no balcão de emprego localizado no andar térreo dos edifícios para uma colocação nos mais subalternos empregos como serviços de limpeza à ocupação de office-boys, porém esses passam por uma rígida seleção que torna o enclave o lugar do emprego quase impossível alimentando nos jovens poucas expectativas de sucesso.

O segundo ponto de encontro e de maior interesse para esse trabalho, são os dois hipermercados situados no limiar das duas regiões e que é descrito pela autora como o encontro dos dois mundos, lugares de consumo que simulam a realidade moderna presente dentro dos complexos de edifícios do enclave globalizado presentes na região. Uma simulação

de conexão entre esses mundos a partir da disponibilidade para a classe mais popular dos cartões de crédito fornecidos pelos hipermercados, o que a autora chamou de financeirização do popular "fiado".

> […] temos o sistema de fazer compra lá, porque tenho cartão, a [esposa] também, fazemos a compra do mês, pagamos o carro e fazemos a compra mensal, de tudo. É melhor, me sinto mais em casa, de achar as mercadorias, sabe onde estão as coisas, acha tudo o que procura. **O Extra também é bom, mas já não me sinto bem como no Carrefour, até porque o limite do Carrefour é quatro vezes o do Extra** […] então você quer fazer uma compra grande, alta mesmo, então vai lá e faz, passa o cartão e faz […] no Extra o limite é tão pequeno (200,00) que não dá […] no Carrefour é 900,00, e eles mandaram dois cartões novos agora. Eles também têm produtos mais baratos, com a marca do Carrefour, que eles compram das empresas e colocam o nome. (TELLES, 2006, p. 140)

A descrição do bairro e o relato do personagem apontado como um vendedor de uma loja de móveis, são parte da análise realizada pela autora de como se opera o processo de modernização na sociedade brasileira conhecida pelo seu capitalismo periférico. Para a autora, a conexão entre o processo de modernidade globalizada e os traçados dessa pobreza periférica ocorre pelo endividamento.

A proliferação de espaços de consumo pela cidade foram as bases de consolidação dessa estrutura que liga a participação individual na sociedade moderna ao movimento de consumo. Telles nos mostra como os moradores das regiões metropolitanas e periféricas da cidade de São Paulo se deslocam aos fins de semana para esses centros de consumo, para a partir do endividamento pessoal e da universalização do consumo se sentirem parte desse processo de sociabilidade moderna presente e estimulada nos espaços urbanos cotidianos.

> […] a gente vai sempre junto, eu, pra ir sozinho, eu não vou, é muito difícil eu ir no shopping sozinho […] A gente vai sempre[…] jogar fliperama[…] e ver roupa assim, […] um vai compra tênis, ai vai três ou quatro junto pra ver já […] um compra uma coisa, outro compra uma camiseta, outro compra uma calça, então vai tudo junto; sempre quando vai, vai de quatro, cinco pra cima […] Sempre chama, porque a gente não tem o que fazer aqui né […] de manhã é aquilo né, vai jogar bola, solta pipa[…] aí vê roupa, tênis, sempre o que precisa, compra[…] (TELLES, 2006, p. 142)

Retomemos Sennett (2021) que aponta como ocorre a introdução de um novo modelo de sociabilidade que vai basear toda uma vida pública em condutas padronizadas em função do espetáculo do consumo e que vai se materializar nos espaços da cidade através de enclaves.

O caso apresentado pela autora que coloca os hipermercados e a utilização do cartão de crédito como o meio viável da maior parte da população de interagir com esses enclaves

modernos que são produzidos nos territórios urbanos, nos dão uma ilustração da forma como a sociedade brasileira vêm viabilizando a maior parte da população uma possível entrada, mas principalmente, meios de experimentação e de construção de uma subjetividade moderna.

O indivíduo moderno brasileiro se faz e experimenta os enclaves modernos produzidos na cidade a partir de uma lógica do endividamento.

E mesmo nos lugares mais periféricos ou marginalizados da cidade os circuitos e equipamentos de consumo vão se destacando na paisagem urbana provocando nessas comunidades mudanças em suas dinâmicas familiares, nas formas de sociabilidade e nas práticas urbanas.

Esses fluxos do capital e a mentalidade financeirista da estruturação e do uso da cidade trazem novas reconfigurações espaciais e de segregação urbana não apenas nos espaços de sociabilidade da cidade, mas nos projetos de habitação e especulação imobiliária que as cortam.

O ponto que queremos destacar se dá nas metodologias utilizadas nas políticas habitacionais urbanas, que aliadas aos circuitos do capital e das finanças, avançam em um modelo de aquisição da casa própria muito similar as instâncias descritas por Vera Telles sobre o ingresso de parte da população no processo de modernização da metrópole de São Paulo.

Tanto as políticas de estruturação do território da cidade quanto das políticas habitacionais urbanas, não apresentaram ao longo dos anos bases em uma lógica de sistema de bem- estar social coletivo, mas sim se relacionam com uma racionalidade política e social que busca o desmantelamento do Estado produtor e a consolidação da privatização do status de garantidor de suas próprias gestões de sobrevivência e de fornecedor de suas seguridades.

O principal exemplo desse tipo de política é o modelo adotado pelo Minha casa Minha vida. Anunciado em março de 2009, o programa tinha o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para o atendimento das famílias com renda de até 10 salários-mínimos. Sobre sua forma de funcionamento a Urbanista Raquel Rolnik escreve

> O MCMV – apresenta condições específicas para diferentes faixas de renda, com valores distintos no que diz respeito aos subsídios, aos mecanismos financeiros e comerciais bem como ao limite de valor das unidades. A primeira faixa (até 1,6 mil reais de renda familiar) oferece um produto quase totalmente subsidiado, construído

> por empresas privadas, mas distribuído pelos governos locais. Os beneficiários são definidos pelos governos locais com base em seus próprios cadastros de demanda. Os moradores são obrigados a pagar uma taxa mensal – que corresponde a 5% da renda familiar – para caixa, responsável por comprar as unidades da empresa encarregada da construção. A diferença entre o custo da unidade e a quantidade paga pelos moradores é coberta por recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), um fundo público alimentado pelo orçamento federal. Os subsídios representam, portanto, a quase totalidade do custo da unidade. A segunda faixa (famílias com renda mensal entre 1,6 mil reais e 3,1 mil reais) também é beneficiada por subsídios direto, mas em menor grau. Os compradores nessa condição dispõem de um subsídio direto que vai até 23 mil reais, cerca de 20% do limite de preço da unidade no momento da assinatura do contrato. Eles também são beneficiados por linhas de créditos com taxas de juros abaixo das condições de mercado e pela concessão de garantias por um fundo público (Fundo Garantidor da Habitação – FGhab). Os benefícios da terceira faixa (renda familiar mensal até 5 mil reais) são apenas crédito mais barato e a garantia do FGhab. (ROLNIK, 2015, p. 303-304)

A partir da descrição desta duas situações podemos concluir que na realidade brasileira ingressar nos enclaves modernos da cidade em um momento transitório ou a partir de uma experiência mais perene, sendo acolhido como um morador desses espaços, vai requerer da população um status econômico e social que comprove a possibilidade do próprio endividamento.

4.2 A arte de governar neoliberal e o modelo da dívida

Em Nascimento da Biopolítica (2008a), Foucault toma como objeto de estudo as duas versões do liberalismo, o Ordoliberalismo alemão e o liberalismo da Escola de Chicago, para demonstrar como o liberalismo é condição de inteligibilidade da biopolítica e da gestão populacional.

> Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de verdade – antes de mais nada, da verdade econômica no interior da razão governamental –, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo. [...] Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica. (FOUCAULT, 2008a, p.30)

Na aula do dia 7 de março de 1979 Foucault vai nos mostrar como nessa nova razão de Estado, a qual estávamos passando o que se dava era um processo de decrescimento do poder estatal dentro de uma nova lógica de governamentalidade liberal.

> O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. É esse, a meu ver, o desafio. E eu havia procurado lhes mostrar que, para conseguir fazer essa operação, isto é, saber até que ponto e em que medida os princípios formais de uma economia de mercado podiam indexar uma arte geral de governar, os neoliberais haviam sido obrigados a fazer o liberalismo clássico passar por certo número de transformações. (FOUCAULT, 2008a, .181)

Nessa nova arte de governo, o mercado aparece como o mecanismo de formação das verdades. Sendo a principal contribuição da teoria econômica o de demonstrar como é nas premissas do mercado que encontrasse os parâmetros para onde se deve olhar para encontrar o princípio de verdade da prática governamental.

Assim, é o mercado que deve expressar, a partir de suas análises econômicas, as bases para as ações e decisões que envolvem as práticas de gestão, transformando-o no que o autor chama de lugar de veridição.

É desse lugar de veridição do mercado que as práticas governamentais passam a ter como limitação e coordenação os cálculos de utilidade, onde a intervenção do governo deve ocorrer apenas nos momentos necessários, ressaltando que essa necessidade é construída a partir dos interesses, interesses esses não mais voltados ao desenvolvimento indefinido do Estado, mas aos interesses individuais e coletivos, esses também voltados às atividades sociais, de propriedade e dos direitos.

Foucault traz como análise para essa dimensão do utilitarismo a questão do sistema penal. No século XVII e início do século XVIII, tinha como centro da lógica de punição a figura do soberano, em que ele punia exercendo fisicamente seu poder sobre o corpo do indivíduo criminoso, o suplício público era essa manifestação do poder central que tinha como principal interesse a sua manutenção e a ausência de questionamentos. Já, a partir do século XVIII, sob influência dos reformadores, o autor detecta uma mudança para o que ele denomina princípio de suavidade das penas, em que a lógica por trás da determinação da pena não mais se volta a demonstração de poder, mas sim a toda a problemática dos interesses estatais, em que se avalia que o modelo de punição deve ser adotado tendo como questão fundamental, o valor utilitário daquela punição, sobre aquele indivíduo dentro da lógica do sistema mercadológico.

Outra característica interessante a se ressaltar é a relação dessa nova razão governamental com a liberdade, tendo ela como premissa básica para o Estado mínimo, ela

vai ser consumidora/produtora de formas de liberdade. Ela é consumidora na medida em que seu funcionamento depende da liberdade de diferentes setores da sociedade como liberdade de mercado, da liberdade de expressão e da propriedade, e é produtora na medida em que terá como base de gestão a ideia de ser geradora apenas do mínimo necessário para que os indivíduos sejam capazes de serem livres para gerir e administrar a própria vida sem a necessidade do amparo estatal. (Foucault, 2008a, p.87)

No liberalismo encontramos o desenvolvimento de mecanismos que se objetivam a produzir todos esses campos de liberdade, mas que, como levantado por Foucault, acabam por anular outros campos de liberdade com o desenvolvimento de mecanismos de controle e de coerção. Assim, o liberalismo restringiu o alcance individual para com a racionalidade política e deixou um amplo campo para as liberdades individuais referentes às esferas mercadológicas de trabalho e concorrência.

Reflexo do problema da sobrevivência do capitalismo, pois se adotarmos a análise marxista da história, perceberemos que o fundamental nesse sistema é a lógica econômica da acumulação e de contradições sociais que carrega consigo as potencialidades para crises cíclicas. Assim, essas liberdades concedidas à sociedade civil precisam estar submetidas a mecanismos de controle e coerção para que se possa garantir a permanência da estabilidade, reprodução e se preciso, da mutação desse sistema.

Adiante em suas reflexões Foucault aponta, como nos Estados Unidos essa governamentalidade liberal ganha outras características que vão levar ao surgimento de um novo modelo econômico liberal dentro dessa racionalidade que passa ser nomeada de neoliberalismo. Muito mais do que um conjunto de técnicas de uma nova maneira de intervenção, o neoliberalismo é uma construção de saberes sobre como se deve ser e se deve pensar, se colocando como um método de pensamento e de análises econômicas e sociológicas.

Com esse novo intuito de ser um estilo geral de pensamento, essa nova arte de governar vai, segundo Foucault, desenvolver dois elementos importantes em termos de gestão populacional. O primeiro apontado é a teoria do capital humano.

> O interessante, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos

> estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado não-econômico. (FOUCAULT, 2008a, p.302)

No que tange às análises econômicas, a crítica apontada pelos neoliberais seria que a ciência econômica clássica se debruçava sobre os mecanismos e processos existentes nos meios econômicos dedicando suas atenções apenas aos fluxos dos capitais, aos meios de produção deixando de fora o indivíduo enquanto o agente que produz.

Para Foucault (2008a), o neoliberalismo vai introduzir no conjunto dos saberes da economia o comportamento humano, acrescentando-o assim ao conjunto a análise da racionalidade e da programação estratégica dos indivíduos dentro do sistema de produção, ou seja, será preciso a partir de então se estudar o trabalho como conduta econômica que deve ser estrategicamente definida.

Efetivamente o que entra nas estratégias referentes à gestão do trabalhador é que ele passa ser visto como uma parte da maquinaria que faz a economia girar, ele passa a ser compreendido como "uma parte do maquinário" que deve zelar por sua própria produtividade/competência e que está a todo momento sujeito a avaliações, as remunerações apenas em relação ao grau de seus parâmetros e a dispensas por falte de produtividade adequada.

Seguindo na reflexão, Foucault aponta como essa introdução de construção científica sobre o trabalho trouxe uma mudança na concepção clássica da teoria sobre o *homo oeconomicus* que passa a ser um empresário de si mesmo, sendo ele seu próprio capital, a fonte exclusiva de sua própria renda e de suas próprias satisfações.

Essa nova formulação do *homo oeconomicus* é o sujeito e o objeto do *laissez-faire* liberal, que permitirá a regulação dessa nova arte de governar dentro dos princípios da economia, como colocado por Foucault

> É, em todo caso, o parceiro de um governo cuja regra é o *laissez-faire*. E eis agora...O *homo oeconomicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é eminente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire, o homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio. (FOUCAULT, 2008a, p.369)

No que se refere ao restante do campo social, o autor salienta a reconstituição de toda uma série de valores morais e culturais que passam por um processo de "economização" em que a sociedade se volta para o mercado, organizando-se para além de seus sistemas produtivos nas regras econômicas do mercado.

O neoliberalismo americano promove a generalização da forma econômica de mercado para todo o sistema social que passa a agir como princípio de inteligibilidade e de base teórica para o entendimento das relações sociais e comportamentos individuais, como as práticas educacionais, as relações familiares e os comportamentos considerados desviantes.

> É sempre nesse mesmo projeto de analisar, em termos econômicos, tipos de relação que até então pertenciam mais à demografia, à sociologia, à psicologia, à psicologia social, é sempre nessa perspectiva que os neoliberais procuraram analisar, por exemplo, os fenômenos de casamento e do que acontece com um casal, isto é, a racionalização propriamente econômica que o casamento constitui na coexistência dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008a, p.336)

Outra área que vai tomar como conjunto de saberes verdadeiros, o saber econômico foi a ação governamental, essa passa a ter a forma econômica de mercado como fio condutor de suas ações, e como base de crítica às ações políticas e governamentais do Estado, que deve a partir de então se guiar por uma crítica mercantil, pelos cálculo de utilidade econômica e construir suas ações de gestão a partir da relação de mercado ligado a oferta e a procura. Nas palavras de Foucault, "...o liberalismo econômico, constituiu uma desqualificação desse projeto político de conjunto e, mais radicalmente ainda, uma desqualificação de uma razão política que seria indexada ao Estado e a sua soberania." (FOUCAULT, 2008a, p.386)

Cabendo assim ao Estado, o papel de difusor, de esclarecedor aos indivíduos desses saberes econômicos e ainda o de garantir as liberdades, o *laissez-faire* dos agentes econômicos e a totalidade dos processos associados a esses agentes.

> De fato, não se deve nunca esquecer o princípio de que o mercado é um regulador econômico e social geral, o que não quer dizer, entretanto, que ele é um dado natural que pode ser encontrado na base da sociedade. Ao contrário, ele constitui (perdoem-me lhes dizer isso mais uma vez), ele constitui, no topo, uma espécie de mecanismo sutil muito seguro, mas só se funcionar bem e se nada vier perturbá-lo. Por conseguinte, a preocupação principal e constante da intervenção governamental, fora desses momentos de conjuntura de que lhes falava a pouco, devem ser as condições de existência do mercado, isto é, o que os ordoliberais chamam de moldura. (FOUCAULT, 2008a, p.192)

Essas molduras segundo o autor, são as consideradas boas intervenções dentro da lógica neoliberal onde o Estado deve agir estrategicamente nos elementos não econômicos da

sociedade, mas que interferem diretamente nos resultados do mercado, como por exemplo, nas políticas de clima, nas legislações sobre o solo urbano/rural e na migração populacional.

Outro ponto relevante levantado, se dá quanto a concepção de políticas sociais, enquanto em planos econômicos ligados ao bem-estar social como o New Deal, as políticas sociais visam uma relativa repartição e acesso a condições de toda população aos bens de consumo, essa nova lógica neoliberal vai se posicionar ao contrário.

Na concepção neoliberal, a relativa equalização do acesso a bens de consumo não poder ser colocado como um objetivo de Estado, tal acesso deve estar diretamente relacionado aos mecanismos de mercado, que deve deixar de ser um objetivo fim das ações governamentais e que deve integrar tais políticas a lógica do *homo economicus,* já descrita acima e que pode no máximo auxiliar de maneira definitiva ou passageira o mínimo para aqueles que não consigam assegurar a própria existência.

A ideia que deve ser passada à população pelo Estado é a da política social privada em que os mecanismos de segurança são privatizados e cada indivíduo deve por meio de reservas individuais ou por intermédio de empresas especializadas garantir suas próprias reservas, sua propriedade, seu plano de saúde e previdência e de sua família. Uma efetivação dos objetivos da nova arte de governar liberal que visava a diminuição do papel do Estado e a consolidação do *homo economicus* enquanto condução das condutas.

Pensar as políticas de créditos de consumo e aquisição da casa própria presentes nas políticas públicas brasileiras é refletir sobre a forma que toda essa racionalidade neoliberal foi viável dentro do contexto econômico nacional.

Refletindo sobre o que o sociólogo Italiano Maurizio Lazzarato (2017) apresenta como a "novíssima" governamentalidade nos termos de Foucault, encontramos o ponto sobre a forma como essa racionalidade é gerida em contexto nacional.

Para o autor a dívida é a técnica mais adequada, nesse caso, de controle e coerção do *homo economicus*.

Como estamos lidando com um novo momento da arte de governar em que há uma redução do poder do Estado enquanto interventor nos espaços e na gestão populacional há uma necessidade de se haver dispositivos de controle e coerção de condutas não exteriores aos

indivíduos. Assim, as políticas de acesso a bens de consumo e de serviço por meio da concessão de crédito seria os meios de se obter as modalidades de subjetivação necessárias nesse novo momento de conduta, segue o autor

> O endividado é individualmente o único responsável diante do sistema bancário. Ele não pode contar com nenhuma solidariedade, exceto a da família, com risco de endividá-la, por seu turno. Ele interioriza as relações de poder em vez de externalizá-las e combatê-las. Ele se sente envergonhado e culpado. (LAZZARATO, 2017, p.67)

Assim o acesso à moradia, como no caso apresentado pelo trabalho pela dívida passa a ser parte desses dispositivos que impõe um aprendizado de comportamentos, de regras e de princípios de organização que vão passar a reger as novas artes de gestão da sociedade, pois precisam conseguir enquadrar a população dentro da diretriz moderna de indivíduo.

Assim como em Benjamin temos o retrato da construção dos novos lugares de consumo, como os *grands Magasines* sendo o espaço de difusão de uma cultura e de uma etiqueta que deve moldar as condutas dos indivíduos da metrópole, da mesma forma o uso da dívida ganha duas funções dentro desse processo na sociedade brasileira. Como apontado por Vera Telles, como o elemento base de uma possível inclusão da sociedade brasileira dentro do processo de modernização e como, apontado por Lazzarato, como controle das subjetividades sociais necessárias para a constituição do indivíduo moderno desejado e instrumentalizado para a as intenções da prefeitura e do governo do estado de transformar o centro velho da cidade de São Paulo, no cenário da metrópole moderna brasileira.

Veremos agora como essa lógica vem ocorrendo no processo de revitalização do centro de São Paulo a partir dos projetos recentes para a região.

4.3 O novo centro *à la Haussmann* e a ralé endividada.

> Na sede do Centro de Convivência É de Lei me emprestaram uma camiseta amarela. Fomos, então, eu e dois redutores de danos em direção à região conhecida como "cracolândia", em São Paulo. Era uma sexta-feira, perto das 15 horas, imediatamente depois da derrota do Brasil para a Holanda na Copa do Mundo de 2010, na África do Sul. Av. São João, Av. Rio Branco, Av. Duque de Caxias, chegamos. Próxima à sede do corpo de bombeiros, era grande a quantidade de pessoas que circulavam por ali. Usuários de crack, transeuntes, pessoas na esquina de um bar ainda comentando a perda da partida de futebol. Só na rua Dino Bueno eram trinta pessoas consumindo a droga, em pé, porque pequenos canos instalados por comerciantes nos edifícios

pingavam água continuamente, impedindo a aglomeração nas calçadas, que, por sua vez, estavam molhadas.

Demos meia volta no quarteirão até a outra rua paralela. Muitas pessoas novamente, provavelmente cinquenta. Alguns em pé, outros acocorados; os "chuveiros" não funcionavam ali. Com tanta gente, eu ficava confusa, sem saber para onde olhar. Só conseguia pensar que essa dinâmica confusa e heterogênea, aliada à grande quantidade de pessoas, tornava vã qualquer tentativa de compreensão daquele lugar. Fiquei seriamente pensando porque estava me metendo nisso. (RUI, 2014. p.1)

Figura 15- Imagem do fluxo situado na Rua Helvetia localizado no centro da cidade.

Fonte: (site: https://https://br.noticias.yahoo.com)

Em 2003, nova ocupação na Plínio Ramos, nº 112, onde passaram a morar 79 pessoas (Fórum Centro Vivo, 2006: 31). A ocupação Plínio Ramos tornou-se referência no movimento de moradia, tanto pela organização da ocupação como pela violência do despejo que as famílias sofreram, em 16 de agosto de 2005: Os moradores organizaram no prédio atividades como educação infantil, alfabetização de jovens e adultos, oficina de costura, grupos de mulheres e jovens, atividades culturais e de formação política. Até mesmo uma horta hidropônica vertical foi criada, utilizando paredes da construção" (Fórum Centro Vivo, 2006: 36). No despejo, em 2005, a polícia fez uso de bombas de gás lacrimogêneo, gás-pimenta e balas de borracha. Como conta Nelson: "Aí vi coisa. Setenta e cinco famílias na rua, sem ter pra onde ir. E tínhamos que lutar. Me deu na cabeça soldar a porta. E aí foi aquele desmantelo. Era pra acabar mesmo com o movimento, preparamos nossa resistência." Com a porta principal soldada, bombeiros quebraram uma porta lateral feita de aço. "Foi um confronto tremendo aquele despejo, a polícia tava lá pra massacrar." (PATERNIANI, 2012, p. 6)

Figura 16 - Imagem ocupação Plínio Ramos localizado no centro da cidade.

Fonte:(site:https://journals.openedition.org/pontourbe/1967?lang=en)

Dentre a heterogeneidade populacional presente no cotidiano da região central da cidade, que já foi mencionada pelo trabalho, nesse momento destacamos com as passagens e imagens acima, dois perfis dessa população que não à toa estão nas pautas dos jornais e são apontados como os exemplos da desordem e do temor da burguesia do colapso social que pode explodir tendo essa parte da população com suas histórias de vida, o estopim.

Os usuários de drogas do fluxo e os moradores das ocupações e cortiços da região com suas condutas desviantes são o que Foucault denominou como Homens Infames. Que, a partir de discursos de poder/saber, foram caracterizados como corpos desqualificados que insistem em desobedecer e em romper com as diretrizes instruídas dentro de uma determinada sociedade. (FOUCAULT, 2003, p. 203)

Retomemos os projetos Nova Luz e a PPP Habitacional analisada por esse trabalho para demonstrar como são projetos que também trabalham no desaparecimento dos homens infames do centro e que pretende fazer da região o enclave do perfil de "indivíduo modelo" dentro dos parâmetros da subjetividade moderna.

O plano executivo apresentado pelo Poder Público sobre o projeto Nova Luz destacava os objetivos quanto ao uso do solo, apontando o ideário de centro pretendido.

> A metodologia de planejamento para o Projeto Nova Luz está baseada nos seguintes objetivos: Criação de uma intervenção inclusiva com oportunidades para todos os grupos socioeconômicos; Mistura de usos residenciais, comerciais, culturais, cívicos e educacionais; Ligação com bairros adjacentes para criar um atraente setor urbano de uso misto; Promoção de padrões de desenvolvimento sustentável; Atração de uma ampla gama de faixas etárias e estilos de vida para o "coração" da cidade; Facilitação das viagens a pé ou de bicicleta; Uso eficiente do solo urbano; Resgate do patrimônio histórico; Aumento das áreas verdes. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2011, p. 17)

A ideia para as áreas públicas do centro era baseada na criação de bulevares que forneceriam uma experiência de calçadão urbanos compostos por equipamentos urbanos que estariam dispostos em sintonia com a experiência de lazer e consumo destinado a região.

Cafés, lojas, galerias seriam instaladas nos espaços térreos dos edifícios de padrões multiusos para uma integração entre as propostas de consumo, moradia e desenvolvimento econômico proposto para a região.

Outra característica apontada no plano executivo era a instalação de passeios culturais que atreladas aos bulevares iriam conectar os principais equipamentos culturais já existentes, como a Sala São Paulo, a Pinacoteca e um futuro complexo cultural proposto para a Rua Mauá, com restaurantes e obras de arte públicas que formariam um ponto de encontro entre a cultura erudita e popular, formando assim um espaço de interação social.

Figura 17 – Maquete eletrônica sobre os espaços públicos no projeto Nova Luz

Fonte: (site: Prefeitura de São Paulo)

Retomemos Benjamin e sua compreensão sobre a criação do flâneur que aparece como o "indivíduo inventado" que deve se afastar da imagem da massa popular considerada

“pré-moderna” e reinventa o homem urbano em coesão com o espetáculo da sociedade moderna e que vai trazer transformações profundas na percepção sobre si e sobre a sociedade, sendo nos bulevares de Haussmann o espaço de criação desse indivíduo.

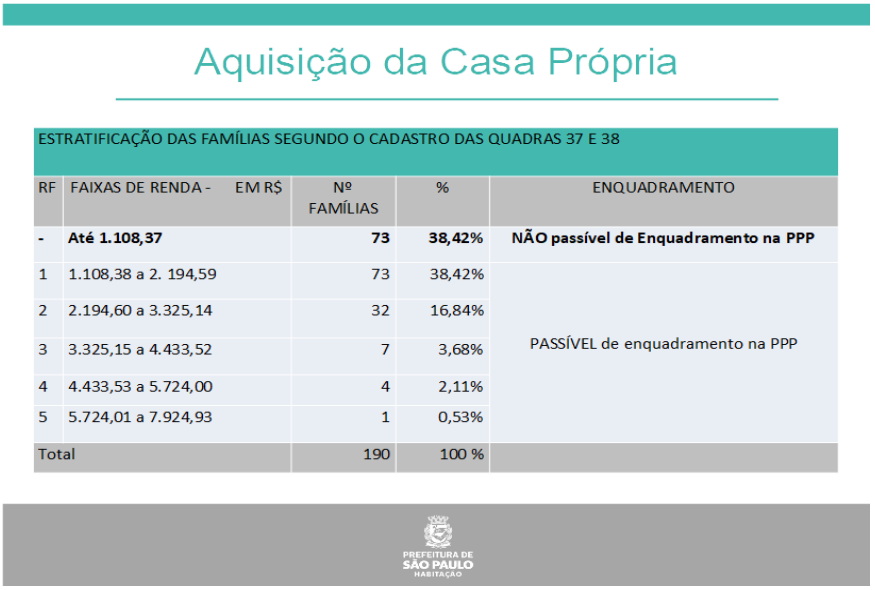
Da mesma maneira enxergamos na formulação do projeto Nova Luz, sua idealização e propostas de espaços se articulam em uma reestruturação dos espaços do centro que retira de cena os “homens infames” presentes hoje no cotidiano do bairro para dar lugar a uma orientação de condutas que reforça as divisões societárias e trabalha na normalização de um indivíduo paulista que é “inventado” ou adestrado dentro de uma concepção atual de consumo que atrelada a uma cultura burguesa cria um padrão de subjetividade moderna para os citadinos da metrópole São Paulo.

A PPP Habitacional e suas diretrizes, da mesma forma,é analisada por esse trabalho como parte desse processo de inclusão do indivíduo na modernização do urbano. Nos planos apresentados pela prefeitura consta as premissas de atendimento habitacional proposto no âmbito das quadras atingidas pelo projeto que antes denominado Nova Luz, foi recortado em pequenos projetos de Parcerias Público – privadas.

Dividido em duas etapas no projeto, como provisório ou permanente, a aquisição de uma habitação dentro do projeto, se dá de forma provisória com a oferta de um auxílio de locação social de 400,00 reais em um primeiro momento passando para um atendimento via carta de comprovação de crédito cabendo se comprovado, um auxílio de provisão social que varia conforme a renda familiar e que não assegura a aquisição da habitação de forma definitiva, cabendo ainda as famílias a responsabilidade de eventual acesso ao programa de aquisição definitiva por uma comprovação financeira, como também pelos custos excedentes do aluguel que não foram “cobertos” com o auxílio promovido pelo Estado, ou pela aquisição definitiva de uma moradia na região que passa pela operação de compra e venda pelo sistema de financiamento e concessão de subsídio pelo Estado.

Nesse processo as famílias serão avaliadas dentro dos requisitos habitacionais do crédito habitacional operado pela CAIXA sob as normas do Conselho Curador do FGTS, sendo novamente o subsídio escalonado conforme a renda familiar apresentada.

Figura 18 - Premissa de atendimentos às famílias a serem contempladas na PPP do centro.



Aquisição da Casa Própria

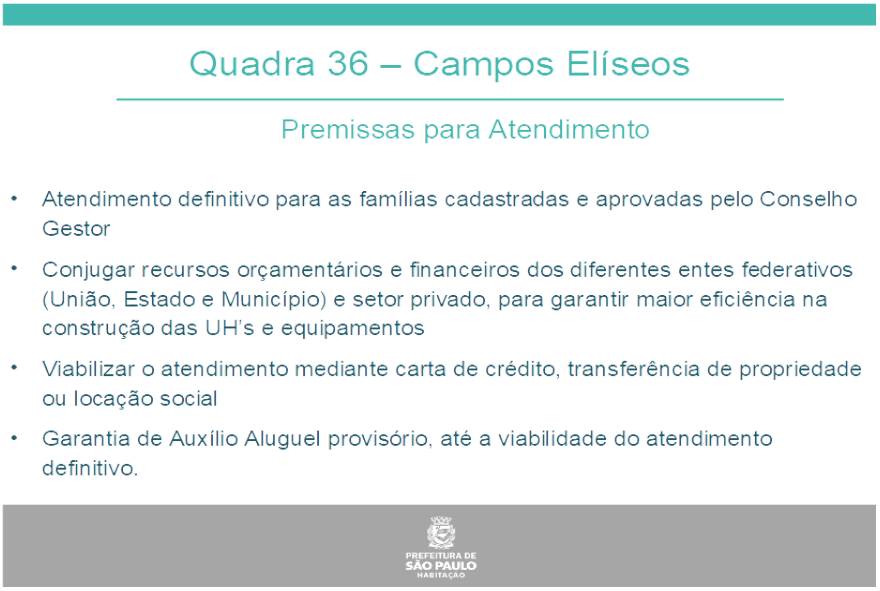
ESTRATIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O CADASTRO DAS QUADRAS 37 E 38

RF	FAIXAS DE RENDA - EM R$	Nº FAMÍLIAS	%	ENQUADRAMENTO
-	**Até 1.108,37**	**73**	**38,42%**	**NÃO passível de Enquadramento na PPP**
1	1.108,38 a 2. 194,59	73	38,42%	PASSÍVEL de enquadramento na PPP
2	2.194,60 a 3.325,14	32	16,84%	
3	3.325,15 a 4.433,52	7	3,68%	
4	4.433,53 a 5.724,00	4	2,11%	
5	5.724,01 a 7.924,93	1	0,53%	
Total		190	100 %	

PREFEITURA DE SÃO PAULO HABITAÇÃO

fonte: Site da prefeitura da Cidade

Figura 19 -Tabela com as rendas passíveis a serem contempladas na PPP do centro.



Quadra 36 – Campos Elíseos

Premissas para Atendimento

- Atendimento definitivo para as famílias cadastradas e aprovadas pelo Conselho Gestor
- Conjugar recursos orçamentários e financeiros dos diferentes entes federativos (União, Estado e Município) e setor privado, para garantir maior eficiência na construção das UH's e equipamentos
- Viabilizar o atendimento mediante carta de crédito, transferência de propriedade ou locação social
- Garantia de Auxílio Aluguel provisório, até a viabilidade do atendimento definitivo.

PREFEITURA DE SÃO PAULO HABITAÇÃO

(fonte: Site da prefeitura da Cidade)

Como apresentado pelos slides acima, a proposta de adesão ao programa de PPP habitacional do centro, nada especifica sobre as famílias moradores das ocupações do centro e que lutam a anos pelo direito de uma moradia na região central. Mais do que isso, o recorte de possibilidade de adesão ao projeto da PPP exclui famílias com renda de até R$1.108,37, traçando o perfil populacional pretendido para a região e ao mesmo tempo, consegue retirar da região parte expressiva da atual população que mora no centro hoje.

Os moradores de ocupações e dos cortiços, os homens infames do centro, são simplesmente excluídos das pretensões do poder público da região que busca um outro perfil populacional para transformar o centro da cidade no cenário modelo do ideário moderno de espaço público e de citadino que deve habitar a São Paulo, metrópole moderno do século XXI.

Os dois projetos apresentados para a região representam essa tendência de sociabilidade moderna que cria enclaves que são utilizados como instrumentos de adestramento para novos códigos culturais que se desenvolvem no intuito de atrelar a subjetividade moderna a um padrão de consumo e exibição a partir de uma racionalidade econômica que como colocado por Foucault visa a diminuição do Estado enquanto produtor de políticas de igualdade, de integração e de bem estar social para um promovedor da consolidação do *homo economicus* enquanto condução das condutas.

Sendo que para uma realidade econômica como a brasileira, esse caminho de construção de subjetividade só é possível a partir de uma lógica do endividamento. O flâneur inventado na metrópole moderna paulista vai precisar utilizar a lógica dos cartões de créditos e do financiamento a longo prazo da casa própria para conseguir transitar pelos enclaves modernos da cidade.

A adesão de uma dívida é parte de um processo pretendido e o modo disponível para se reproduzir dentro da sociedade brasileira o padrão de indivíduo moderno concebido na Paris do século XIX.

Porém, como estamos tratando da São Paulo do capitalismo periférico, o que verificamos no movimento de formação do nosso indivíduo inventado, não é a construção de uma flâneur benjaminiano, mas sim de uma ralé, como pontuado por Jésse de Sousa.

Em que dentro do movimentos de construção da sociedade moderna brasileira, há um raciocínio de gerenciamento dos nossos problemas sociais a partir de uma lógica de apropriação de bens materiais e culturais de modo individualizante, que para além da reprodução da legitimação da desigualdade sociais, inventa uma classe média que vai buscar uma inclusão nos circuitos modernos da sociedade a partir da lógica de obtenção de capitais culturais e materiais que lhes são proporcionalizados a partir da expansão do mercado e do processo de endividamento.

Formando assim, dentro dos nossos enclaves moderno uma classe denominada ralé, que não oriunda da classe alta legitimada por seus privilégios, vai buscar a obtenção desses privilégios dentro da lógica de gestão de seu próprios recursos, que lhe serão concedidos na forma de aquisição de créditos e dívidas.

5. Conclusão

Pensar no processo de consolidação da modernidade implica pensar nas transformações que ocorreram dentro dos espaços urbanos. As cidades modernas possuem uma estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo industrial e o mesmo possui uma influência sobre o fenômeno da urbanização que vai transformar os espaços da cidade moderna em um cenário de "materialização" da modernidade e campo de consolidação do indivíduo e da sociabilidade moderna.

Weber, ao entender a modernidade como um processo histórico evolutivo que carrega consigo uma mudança na racionalidade do poder que passa de uma baseada nos valores morais e religiosos, para uma econômica, deposita no fenômeno do urbano uma consequência desse processo pois as cidades vão ser transformadas no cenário ideal para o desenrolar da sociedade que agora baseada nessa nova racionalidade, vai constituir novas estruturas da gestão social.

Assim, segundo o autor, a cidade vai passar a ser o lugar do mercado no sentido de que sua racionalidade vai para além das relações econômicas, sendo também base de suas relações simbólicas. São nos espaços urbanos que vão se consolidar essas trocas a partir de dominações racionais que permitiram a regulamentação de organizações políticas e associações ligadas aos mercados e que consolidaram os espaços urbanos como centros de autonomia para a regulamentação de suas próprias leis.

Foi esse o lugar de gênese da burguesia como um ator coletivo que se implementou um novo tipo de cidadania que reestruturou a vida social e que levou ao desenvolvimento do sistema capitalista e da individualidade moderna.

Simmel aprofunda essa análise ao se debruçar sobre o cotidiano das cidades modernas, para o autor a metrópole ao se consolidar como esse espaço destinado ao mercado e de relações profundas com o dinheiro torna-se o espelho do cotidiano moderno, fugaz, efêmero e casual estimulado pelos espaços de consumo e pela disseminação das vitrines.

A fugacidade e a efemeridade presentes vão ser o alicerce de uma nova dinâmica social que produz um padrão homogeneizador dos comportamentos sociais e pessoais baseados na indiferença e que produz indivíduos solitários na multidão que coabitam os espaços urbanos.

O indivíduo blasé torna-se o habitante "ideal" da metrópole moderna, pois nessa relação direta entre o modo de produção capitalista e o uso das cidades, esses espaços se tornam lugares de exclusão, de marginalização e da miserabilidade social, assim o elemento blasé torna o habitar a cidade um movimento necessário para tornar a experiência urbana prazerosa e estimulante.

Na visão desse trabalho, o processo de renovação de Paris proposto por Haussmann e Napoleão III, foi a materialização do processo apresentado acima, retomemos para a Paris anterior à Haussmann e seu processo de modernização.

Como colocado por Harvey (2015) Paris era uma cidade labiríntica, com ruas estreitas precária de estruturas urbanas e de difícil locomoção, sua população em períodos cíclicos enfrentava episódios de fome e de desemprego que produziam cenários de uma miserabilidade econômica e social que levaram a cidade a sofrer episódios de sublevação popular que marcaram a história da França.

Entre elas destacamos os movimentos ocorridos na década de 1840 em que greves, manifestações e levantes populares levantaram a população em uma mobilização social que levou ao episódio de queda da Bastilha e ao fim da monarquia na França.

O desenrolar deste episódio na história da França leva a mais conflitos e sublevações até que em 1852 Luís Bonaparte perpetrou um golpe de Estado. Com mãos de ferro e com o objetivo de controle político e social executa o plano de modernização do país, sendo a remodelação da capital Paris, o modelo e o símbolo desse processo.

Para a elaboração e execução de modernização da capital é escolhido Georges Eugène Haussmann, que ao apoiar a candidatura de Bonaparte à presidência da república à época torna-se próximo ao imperador e o candidato escolhido para executar, a partir de grandes obras urbanas, as pretensões do Imperador de ruptura com o passado revolucionário da cidade e a consolidação de um novo ideário de cidade e de citadino moderno.

As reformas de Haussmann transformaram a Paris escura, lamacenta, mal cheirosa e com ruas estreitas e labirínticas em uma cidade planejada com avenidas largas e arborizadas, com os famosos bulevares mas que tinham por detrás o objetivo de transformar a cidade em novas escalas que orientassem novas formas de organização social que não apenas transformaria Paris em um exemplo de metrópole moderna, mas que também dificultaria episódios de insurreições populares com barricadas e que facilitaria o deslocamento militar e econômico na cidade.

Para Walter Benjamin (2006), e na visão desse trabalho, a construção dessa Paris é a materialização dos cenários necessários para a constituição da modernidade, as construções dos bulevares e das famosas passagens parisienses são na visão do autor os condutores da modernidade como progresso e fetiche.

A partir da transformação dos espaços urbanos em lugares da "fetichização das mercadorias", a cidade incorpora ao seu cotidiano novas formas de sociabilidade e de regras de conduta que vão remodelar as experiências vividas nas cidades como também, os comportamentos necessários para tal experimentação.

Assim, essa nova Paris cria a figura do flâneur, esse "indivíduo inventado" que vai ser moldado dentro de novas normas, indumentárias e condutas burguesas que deve habitar em coesão o espetáculo moderno se distanciando da imagem de população urbana considerada "pré-moderna".

Michel Foucault (2005) em suas reflexões sobre o entendimento das diferentes artes de governo cria o conceito de governamentalidade que representa o contato entre as técnicas de dominação e as práticas de subjetivação as quais estão incidindo sobre os indivíduos desde do período dos governos soberanos até as práticas de governo de si dos projetos neoliberais.

Assim, o conceito diz respeito às formas como se dão as relações de Estado e indivíduos/população em termos de "condução de condutas" por meio de procedimentos de imposição de padrões que possuem como objetivo o controle e a manipulação dos padrões "aceitáveis" de comportamentos fazendo uma ligação entre as transformações ocorridas nas racionalidades e técnicas de governo que levaram a consolidação do Estado moderno.

Foucault (1985) nos apresenta a noção de dispositivo, sendo esse o conjunto de normas que ao ser introduzida na sociedade de maneira estratégica vai nos conduzir a uma certa maneira de viver e morrer e que traz consigo efeitos específicos de poder e controle.

Esses dispositivos se referem a uma rede de vários elementos que se vinculam no sentido de promover resoluções que deem conta de "problemas" apresentados nas esferas da sociedade, a partir de elementos fluidos que apresentam elementos de efeitos concretos em termos de normalização de condutas e que promovem as mudanças necessárias dentro da própria estrutura societária propondo novas formatações que assegurem a manutenção da lógica governamental presente no momento da história.

O trabalho entende o projeto de renovação proposta por Haussmann como um conjunto desses procedimentos que a partir da remodelação de Paris como uma cidade - vitrine voltada para a produção do consumo, modela o novo indivíduo urbano a partir da imposição de um modelo de sociedade que atrelado a uma concepção de cultura burguesa enquadra, adestra e educa os indivíduos a partir de normas de condutas que fabrica o modelo de subjetividade moderna.

Sennett (2021) nos mostra como essa Paris, metrópole de Haussmann apresenta uma nova forma de fragmentação espacial no espaço urbano que recorta esses espaços públicos em enclaves destinados ao surgimento de novos códigos culturais que se desenvolveram em torno de uma subjetividade que associa à racionalidade econômica capitalista transformando a experiência pública em uma interação não mais coletiva e política, mas sim em uma individual de consumo e exibição.

Um enclave fabricado na região central de Paris que vai ser aliado a uma necessidade da tecnologia de polícia com seus conjuntos de regulamentações do espaço que permita não apenas a manutenção da boa circulação da produção capitalista mas que cria o ambiente "a céu aberto" necessário para a instalação de técnicas policiais, sanitárias comportamentais que organizam os espaços de Paris de forma funcional e hierárquica em nome da "saúde e do bem estar da cidade e da população".

Harvey (2015), ao analisar o projeto de Haussmann para a cidade nos mostra os efeitos negativos desse processo que vai incorporar à realidade da estrutura social francesa uma gama de problemas sociais característicos das sociedades capitalistas que ainda estão presentes nas

cidades atuais, como elevação dos preços dos aluguéis, cortiços superpopulosos e de características precárias, deslocamentos populações para as margens da cidade, segregações e jornadas de trabalhos maiores para as classes trabalhadoras.

Diante desse cenário, o flâneur de Haussmann é conduzido a fabricação de um sentimento blasé, nos termos colocados por Simmel, da produção de um padrão homogeneizador que produz um comportamento individual baseado na "indiferença" em relação ao outro e que se torna alheio a realidade fora de seu enclave.

Como exemplo desse flâneur haussmanniano temos o poeta francês Charles Baudelaire, que como habitante deste enclave moderno, flana pelas ruas da cidade fascinado pelas brilhantes fachadas, pelos cenários do espetáculo do consumo e que desfruta dos prazeres que a nova cidade tem a lhe oferecer, porém quando busca a mesma experiência tomado pela alucinação provocada pelo haxixe, um sentimento incômodo de contestação lhe toma ao presenciar e se identificar com os marginalizados que esses mesmos enclaves produzem.

Prostitutas, andarilhos, famílias em miserabilidade social, os homens infames que foram produzidos pelo processo de modernização da cidade e da sociedade moderna, mas que devem ficar as sombras dos cenários urbanos modernos.

As análises sobre o projeto da Paris Haussmann, juntamente com os escritos de Baudelaire e Benjamin são os elementos que nos ajudam a entender o processo de construção das cidades modernas e eleger o espaço urbano como lócus de uma interpretação social que vai reverberar nos estudos sociológicos sobre as características da produção da sociedade e do indivíduo tipicamente modernos.

Coube-nos a tarefa de, a partir da análise de projetos urbanos concretos presentes na produção da cidade brasileira contemporânea, trazer paralelos que não apenas indiquem aproximações com a produção da sociedade moderna presente na sociedade francesa do século XIX, como a forma vêm se realizando o processo de constituição do moderno dentro da realidade de capitalismo tardio característico da sociedade brasileira.

Para a realização desta tarefa, elegemos como locus de pesquisa e observação o centro da cidade de São Paulo, cidade considerada, por muitos, a metrópole do progresso econômico nacional. Tomando mais especificamente, o projeto Nova Luz e a PPP Habitacional os

últimos projetos planejados para a região central da cidade, buscamos demonstrar como há em termos de políticas públicas urbanas para a região paralelos ao modelo e processo de modernização realizado na Paris do século XIX.

A urbanista Raquel Rolnick (2017, 2022) nos mostra como São Paulo na virada do século XX já passava por um processo de transformação dos seus espaços a partir de um modelo de embranquecimento e de europeização que se baseava nos planos executados por Haussmann em Paris.

Esses primeiros projetos já buscavam um ideário de urbanidade que ao simular uma paisagem francesa, implicava uma reconfiguração não apenas das estruturas físicas da região, mas também da diversidade cultural e populacional já presentes na região, pois nessa época o centro da cidade já era local de moradia e de sociabilidade de trabalhadores escravizados, negros libertos e uma população branca pobre.

Os pesquisadores Villaça (2001) e Frúgoli Jr. (2000) apontam esses processos de implementação dos projetos de revitalização/renovação da região a partir de uma lógica liberal e privatista que tenta reorganizar esse espaço a partir de lógica da especulação imobiliária e que apresenta como parceiros de empreendimento uma burguesia nacional ligada ao latifúndio, banqueiros e ao mercado financeiro.

Analisando detalhadamente o Projeto Nova Luz, identificamos mais uma vez, a pretensão de construção de um ideário urbano que muito se assemelha a Paris de Haussmann, ao tentar transformar os espaços centrais paulistas em um enclave Bulevar- vitrine.

Tomamos a palavra enclave como chave de análise pois ao ser utilizado por Caldeira (2011) para descrever a tendência de uma tipologia arquitetônica na cidade, que visa a criação de espaços privados, fortificados com aparatos de segurança e que fabricam propriedades privadas para fins coletivos isolados por muros buscam a instalação de espaços de lazer, de prestação de serviços, de comércio e destinados a escritórios necessários para a adaptação da vida de parte da população da cidade a espaços restritos que em nada se interligam com seus arredores e com os demais espaços da cidade.

Assim, enxergamos o Nova Luz como uma tentativa de instalação de um enclave, não fortificado, mas que busca criar e ordenar a área central em um “estilo de vida”, que simula o ambiente dos bulevares franceses e que fragmenta esse espaço da cidade em um enclave de

baixa diversificação populacional, que estrutura a cidade a partir de uma "diferenciação" e de uma hierarquização social e ao mesmo tempo empurra a população de baixa renda presente na região para as áreas mais periféricas da cidade.

A partir da idealização da construção de bulevares nas principais avenidas do centro velho da cidade, o projeto busca, assim como nos bulevares franceses de Haussmann, a representação de constructos que incorporem novas formas de um ideário social moderno que conduza as relações sociais e a representação do indivíduo paulista urbano a um "caminho moderno" que consagra e liga a ideia de progresso com a produção de cenários de consumo e de fetichização da mercadoria.

A heterogeneidade populacional presentes no cotidiano da região central da cidade, com a presença de seus usuários de drogas, moradores de cortiços e de ocupações de movimentos por direito à moradia, os homens infames do centro de São Paulo, desaparecem do perfil populacional pretendido para a região, que com seus cafés, lojas e galerias buscam incorporar ao projeto, e assim, ao novo enclave moderno do centro da cidade, um " indivíduo modelo" que deve ser adestrado dentro dos parâmetros da subjetividade moderna.

Novamente, assim como constatado no projeto proposto por Haussmann, enxergamos no Nova Luz um projeto que a partir da imposição de um modelo de sociedade atrelada a concepção cultural burguesa pretende enquadrar e adestrar as condutas individuais a partir de normas e regras que possuem como objetivo a formulação do modelo de indivíduo moderno, com paralelos aquele concebido na Paris do século XIX.

Outro ponto a ser destacado que presente no contexto de renovação de Paris, também vai aparecer nas tentativas de renovação do centro da cidade de São Paulo é o uso desses projetos a fim de se "quebrar" dentro desses bairros o senso sólido de comunidade e sua história de mobilizações sociais e de luta política.

Harvey (2005) aponta como os objetivos de Napoleão para o projeto da Paris Moderna passavam por uma ideia de recusa e do "apagamento" da história política e do senso comunitário presente na região entre a população que presenciou e reverberou o sentimento revolucionário existentes em episódios passados de agitação contestatória na França.

Da mesma forma enxergamos no Nova Luz essa tentativa, o bairro ao apresentar um histórico de lutas sociais e uma comunidade ligada às essas mobilizações conseguiu pequenas vitórias em movimentos de contestação ao projeto levando ao seu engavetamento.

Assim, por parte do poder público houve uma necessidade de se criar mecanismo de enfrentamento a essas mobilizações de uma maneira técnica e que desqualifica burocraticamente as tentativas de reação popular aos planos de renovação do centro.

Assim, sai de cena o Projeto de maior impacto o Nova Luz para a entrada de operações urbanas intituladas Parcerias Público-Privadas de "menor porte" que pretendem recortar o centro em enclaves ainda menores, mas que se interligam em um grande plano de renovação.

A PPP analisada por esse trabalho foi a PPP habitacional destinada ao centro, compostas por torres habitacionais localizadas próxima a estação da Luz e da Sala São Paulo e que se destacam pelo seu descompasso com a realidade do entorno do bairro.

Com o objetivo de uma mudança populacional da região, visando não apenas a quebra do forte senso comunitário presente na região, como também trabalhando no sentido do desaparecimento de seus homens infames, o poder público abriu a possibilidade de acesso permanente a esses imóveis a partir de um plano de financiamento privado da casa própria que em si possui mecanismo de aprovação de crédito que exclui do processo uma boa parte das famílias que hoje vivem na região em cortiços, moradias precárias e nas ocupações.

A construção dessas torres e a aquisição de seus imóveis a partir da metodologia da aquisição privada trouxe, na visão desse trabalho, para dentro do bairro da Luz um primeiro exemplar de enclave fortificado como apresentado por Teresa Caldeira (2011) em que o que se apresenta enquanto padrão residencial para a cidade são enclaves fortificados que segregam esses imóveis e seus habitantes das demais áreas do entorno.

Porém, com aspectos particulares pois apresentam como tipologia populacional a classe média urbana que busca um ideário de estilo de vida já vendido às classes mais altas e assim, reproduzindo e aprofundando o ideário da experiência pública em uma interação individual de consumo e exibição.

Nos chama atenção a forma encontrada para a incorporação da população brasileira ao processo de modernização da sociedade. Tomando como base e em concordância com as

reflexões da socióloga Vera da Silva Telles (2006), identificamos nos dois modelos de renovação pretendidos para a região central da cidade a introdução do citadino paulista a partir do endividamento pessoal.

As duas propostas de projetos idealizados para o centro da cidade deixa claro que o ingresso da população, seja na forma de uso e consumo dos bulevares ou pela aquisição da casa própria na região se dá pela lógica do consumo, que como destacado pela autora é possível dentro da realidade nacional a partir da disponibilidade do crédito, seja ele na forma de cartões para o parcelamento das compras e experiências na cidade, seja na adesão de um financiamento a longo prazo de uma habitação.

Estamos diante do enquadramento e da formação da ralé endividada, como descrito por Jessé de Souza, que vai introduzir dentro das práticas de gestão de governo o *homo oeconomicus* que deve zelar por suas próprias competências, suas rendas, suas seguridades e satisfações.

Sendo que como colocado pelo sociólogo Italiano Maurizio Lazzarato (2017), vai ser nessa gestão de suas próprias dívidas a técnica mais adequada de controle e coerção necessários para a construção da novíssima subjetividade moderna.

Assim, como para a produção da Paris metrópole moderna foi necessária a construção de uma nova subjetividade ilustrada na figura do flâneur, na visão deste trabalho o que vêm ocorrendo em termos de produção de uma São Paulo moderna é a criação do indivíduo na forma da ralé endividada.

Comecei meu percurso enquanto pesquisadora do urbano com o intuito de buscar uma compreensão sobre “os porquês” das mazelas sociais que envolvem as cidades brasileiras. Durante a pesquisa, ao me debruçar sobre o conjunto de estudos e obras clássicas contemporâneas compreendi que para conseguir começar a “jogar luz” nas minhas indagações era necessário compreender a gênese do processo de formação do ideário da metrópole moderna.

E assim o fiz, e a primeira parte dessa tese se dedicou às reflexões feitas no sentido de compreender o fenômeno urbano em suas raízes.

Em um segundo momento, ao me debruçar, a partir de um olhar crítico sobre os últimos projetos idealizados para a região central da cidade de São Paulo, constatei que o que vêm ocorrendo em termos de tentativa de produção de um cenário moderno possui paralelos com o que foi idealizado por Haussmann para Paris do século XIX, que carregava consigo um projeto urbano que trabalhou na imposição, a partir de um conjunto de regras, ordenamentos e condutas, um modelo não apenas de espaço físico das cidades, mas também, de interação social e de subjetividades modernas.

E assim surge na Paris metrópole moderna e a figura do flâneur, modelo de citadino cosmopolita e de individualidade moderna que são considerados os elementos ideias para o cenário da modernidade.

Em um processo de produção, apenas com acréscimos e diferenciações temporais enxergamos as tentativas de renovação do centro da cidade de São Paulo, que a partir de variados projetos urbanos buscam a mesma imposição de conjuntos de regras e condutas identificadas no modelo de metrópole difundido por Haussmann.

Porém, como estamos analisando São Paulo, cidade brasileira dos anos 2000, diferenças no processo da formação da nossa metrópole moderna foram se revelando, sendo o mais relevante a maneira como vêm sendo construídos, o nosso modelo de citadino moderno.

A proliferação dos enclaves modernos pela cidade de São Paulo também trouxe a construção do indivíduo moderno brasileiro, que ao flanar pelos espaços da cidade de São Paulo está "carregado" com seus cartões de créditos e parcelas de seu financiamento imobiliário.

Assim, as renovações/requalificação dos espaços urbanos brasileiros com o objetivo de modernização das cidades e da sociedade brasileira está produzindo como citadino que figura da ralé endividada, busca por meio da lógica mercantil a apropriação do capital cultural e material das classes altas.

Como colocado por Ermínia Maricato (2013), o urbanismo brasileiro não apresenta comprometimento com a realidade concreta, mas sim a um ideário moderno e de racionalidade ligada ao mercado.

As crises sociais que o planejamento urbano atual produz e os episódios de resistências e de movimentos comunitários de luta por direitos urbanos nos permitem visualizar o real contexto social nacional e traz possibilidades de repensar a estruturação dos cenários urbanos das nossas cidades.

Como apontado por Maricato que nos convoca

> A oportunidade é a de "replantar" a questão em novas bases, através de militância intelectual que impeça a consolidação de uma matriz que, sob a forma nova, novos rótulos, nova marca, cumpra o mesmo e antigo papel de ocultar a verdadeira orientação dos investimentos ou dos privilégios nas cidades. (MARICATO, 2013, p. 188)

O Objetivo central desta tese foi de auxiliar não apenas na análise sobre as bases de formação dos espaços urbanos modernos e nem apenas indicar os pontos e as formas sobre as quais ele traz paralelos dentro da formação da sociedade urbana e na formação do indivíduo moderno brasileiros, mas também de ser instrumento de reflexão sobre como se dá esse processo para que, como colocado por Maricato acima, possamos lutar pela reinvenção do urbano sobre novas bases.

O trabalho agora é de trazer os homens Infames para dentro do processo de modernização de nossas cidades, como também o de através de propostas alternativas para a construção desses enclaves urbanos trabalhar em uma outra direção de construção de ideário moderno.

Sendo assim, sigamos, pois, novas reflexões se colocam a partir de agora.

Referências bibliográficas

AGAMBEN. George. **O que é dispositivo**. Revista de Literatura. N°5, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Intervenções urbanas estruturais**. São Paulo: Editora Terceiro nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado. 2006

BAUDELAIRE, C. **O pintor da vida moderna**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BAUDELAIRE. C. **O spleen de Paris**: pequenos poemas em prosa. São Paulo: Editora 34, 2020.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire:** um lírico no auge do capitalismo. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense 1989. (Obras Escolhidas III).

BENJAMIN, W. Paris do Segundo Império / Sobre alguns temas em Baudelaire / Parque Central / O Flâneur / Jogo e Prostituição. IN: **Obras Escolhidas III**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, W. **Passagens.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política).

BERMAN, M. Tudo **que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BOLLE, W. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Edusp, 1994.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 2017.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros**: crimes, segregação e cidadania em São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CARDOSO, A.L; ARAGÃO, T.A; JAENISCH, S.T. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil**: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles, 2017.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORDEIRO, S.L. (org). **Os cortiços de Santa Ifigênia**: sanitarismo e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

DARDOT, P. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal / Pierre Dardot e Christian Larval. São Paulo: Boitempo,2016.

DELEUZE, G. **Michel Foucault**: as formações históricas. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politéia, 2017.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FIX, M. **Parceiros da exclusão**: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FIX, M. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FÓRUM CENTRO VIVO. **Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas**. Dossiê de Denuncia, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M**. Sobre a história da sexualidade**. In: São Paulo. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 243 - 276

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. IN:Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão (39ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. in: RABiNOW, P. & DREYFUS, h. M. Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Editora EDUSP, 2000.

FRÚGOLI JR, H. e SPAGGIARI, E. Da **cracolândia aos nóias**: percursos etnográficos no bairro da Luz. Pontourbe, 6, 2010. Disponível em: http://pontourbe.revues.org/1870

LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUSSEY. A. **A história secreta de Paris**. São Paulo: Amarilys, 2011.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOWARICK, L. **São Paulo: novos percursos e atores** (sociedade, cultura e política) / organização de Lúcio Kowarick e Eduardo Marques. São Paulo: Editora 34; Centro do Estudo da Metrópole, 2011.

KOWARICK, L. **Pluralidade urbana em São Paulo**: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismo / organização de Lúcio Kowarick e Heitor Frúgoli Jr. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

MACHADO, A. A. **Brás, Bexiga e Barra Funda**. São Paulo: Papagaio, 2012.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAZARINI, A. C. L. **A amoaluz na senda das redes da indignação**: Periferia/Centro na metrópole de São Paulo. 2017. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

REIS FILHO, N. G. **Dois séculos de projetos no estado de São Paulo**: grandes obras e urbanização. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

OTÍLIA A.;VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

PATERNIANI, S. Z. **Transitoriedade e permanência**: histórias e desenrolares envolvendo a ocupação Mauá, no centro de São Paulo. 2012. Disponível em : 2012-artigo-paterniani_stella_zagatto.pdf

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Projeto **Nova Luz: Projeto Urbanístico Específico**. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br› 201108_PUE

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUI, T. **Usos da "Luz" e da "cracolândia":** etnografia de práticas espaciais. Saúde soc., 23, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100007.

SANTOS, M. "O Retorno do Território". *In:* SANTOS, M. *et al*. (org). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1994.

SENNETT. R. **O declínio do Homem público**. Rio De Janeiro: Record, 2021.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1977.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Ed. Forense Universitária, 1991.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3°ed. São Paulo: Contexto,2019.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). **Nas Tramas da Cidade** - trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

TOLEDO, R. P. **A capital da vertigem**: Uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

VELHO, O. G. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincon Institute, 2001.